

BRUNO PEREIRA NASCIMENTO

**MEL: O MATADOR DE POLICIAIS:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO DO JORNAL
O POVO SOBRE O CASO “MEL”: O MATADOR DE POLICIAIS**

FORTALEZA

2010

BRUNO PEREIRA NASCIMENTO

**MEL: O MATADOR DE POLICIAIS:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO DO JORNAL
O POVO SOBRE O CASO “MEL”: O MATADOR DE POLICIAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, sob a orientação do Professor Mestre Raimundo Nonato de Lima.

FORTALEZA
2010

BRUNO PEREIRA NASCIMENTO

**MEL: O MATADOR DE POLICIAIS:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO DO JORNAL
O POVO SOBRE O CASO “MEL”: O MATADOR DE POLICIAIS**

Esta monografia foi submetida ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Monografia apresentada à Banca Examinadora:

Prof. Ms. Raimundo Nonato de Lima (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Ms. José Ronaldo Aguiar Salgado (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Prof^ª. Esp. Klycia Fontenele Oliveira (Membro)
Universidade Federal do Ceará

FORTALEZA
2010

Dedico este trabalho aos meus pais,
pelo amor e apoio incondicionais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha saúde física, mental e espiritual;

Aos meus pais, Nonato e Judith, por sempre terem me dado todo apoio e amor do mundo;

Aos meus verdadeiros amigos da Vila Vicentina, do Colégio Christus, da UECE, da UFC e da Polícia Militar do Ceará, pelos momentos alegres e difíceis que passamos unidos;

Ao meu orientador Prof. Nonato Lima, pela atenção, paciência e comprometimento;

A banca examinadora, pelo profissionalismo na análise desse trabalho;

E a todos que contribuíram para minha formação pessoal e profissional.

RESUMO

O presente trabalho estuda, utilizando-se dos dispositivos teórico-metodológicos da Análise do Discurso e do Jornalismo Policial, o discurso de matérias do Jornal O Povo publicadas no período compreendido entre 16 de janeiro a 31 de março de 2007, que tratam do caso de Ednaldo Evangelista da Cunha, o Mel, conhecido como “Matador de Policiais.” O objetivo desse trabalho se justifica ao perceber que o jornalismo é marcado por relações de interesses, que podem ser expressas por meio das vozes existentes em um discurso, consolidando o caráter heterogêneo que é característico da linguagem. As vozes, que nesse estudo são consideradas formações discursivas, são essenciais para se perceber a posição editorial do jornal diante do caso “Mel”. Assuntos policiais sempre interessaram o público, que busca informações diárias a respeito de ações criminosas que causam impacto e temor social. O jornal O Povo, como outros jornais do Estado, pratica o Jornalismo Policial e esta área é certamente considerada parte integrante dos debates sociais estabelecidos pelas páginas do jornal. A análise das matérias ocorre sob a Análise do Discurso, averiguando e discutindo as marcas de enunciação, argumentação e pressuposição existentes no texto. Conclui-se que o discurso do Jornal O Povo abordou o caso “Mel” em suas páginas como uma notícia factual de caráter relevante para a sociedade, corroborando com idéia introduzida pela mídia de que Mel era um “Matador de Policiais”, porém não levantou discussões mais profundas a respeito do caso no âmbito da Segurança Pública Estadual.

Palavras-chave: Segurança Pública. Violência. Jornalismo Policial. Análise do Discurso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 SEGURANÇA	11
1.1 Concepção de Segurança Pública	11
1.1.1 Conceito de polícia	12
1.1.2 A polícia além do aparelho policial	15
1.1.3 Comunidade e polícia	16
1.2 Violência	18
1.2.1 Breve análise dos fatores que influenciam a violência	20
1.2.2 Violência, criminalidade e segurança pública	22
1.2.3 Mídia, violência e polícia	23
2 JORNALISMO E DISCURSO	27
2.1 Conceito e Considerações Gerais	27
2.1.1 A busca da objetividade na produção jornalística	28
2.2 Jornalismo Investigativo	30
2.2.1 Conceito	30
2.2.2 Jornalismo policial	31
2.2.3 O fascínio do Jornalismo Policial	33
2.3 Análise do Discurso	34
2.3.1 Considerações gerais	34
2.3.2 Conceitos de formações ideológicas, sociais e discursivas	36
2.3.3 Os discursos presentes no discurso: heterogeneidade, intertextualidade e interdiscurso	37
2.3.4 Os ditos e não ditos: os pressupostos e subtendidos no discurso	38
2.3.5 Leitor imaginário: dialogismo	39
2.3.6 Marcas linguísticas: enunciação, discurso e argumentação	40
3 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS PRODUZIDAS PELO JORNAL O POVO SOBRE O CASO “MEL”	45
3.1 Considerações Gerais	45
3.2 Contextualização	47
3.3 Análise das Matérias Jornalísticas	48
3.3.1 Texto I – “Presos suspeitos de integrar o bando de Mel”	49

3.3.2 Texto II – “Comerciante assassinado e delegado é baleado”	52
3.3.3 Texto III – “Kel é preso e polícia fecha cerco a Mel” e “um dos bandidos mais procurados”	55
3.3.4 Texto IV – “Mel é morto por PMs em Canindé” e “A trajetória começou aos 17 anos”	59
3.3.5 Texto V – “Tumulto em velório”, “denúncia de execução” e “Mel pode ter sido morto com dois tiros”	63
3.3.6 Texto VI – “Multidão acompanha enterro de Mel”, “família acusa a polícia” e “família afirma que jovem incorporou espírito de Mel”	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	75
ANEXOS	79

INTRODUÇÃO

A imprensa, de modo geral, sempre acompanhou de perto os fatos ligados a questões de segurança pública. Assaltos, sequestros e assassinatos ocupam diariamente as páginas dos jornais mais representativos do País e do mundo. O sentimento de insegurança assola toda a comunidade, que observa e acompanha o aumento dos índices de violência e criminalidade através dos meios de comunicação. A imprensa possui uma grande responsabilidade de questionar, discutir e cobrar a excelência dos serviços oferecidos pelo Estado, principalmente na esfera da segurança pública, que é essencial para a manutenção de uma convivência social pacífica.

No segundo semestre do ano de 2006 e início do ano de 2007, vários assaltos começaram a ocorrer na Região Metropolitana de Fortaleza, mais precisamente na localidade de Alto Alegre, em Maracanaú, e em Canindé. Tais assaltos passaram a ser atribuídos ao bando de Ednaldo Evangelista da Cunha, conhecido como “Mel”. Ele iniciou a sua trajetória de crimes por volta dos 17 anos de idade. Sua ficha criminal registra pelo menos 20 ocorrências de roubos, latrocínios (roubo seguido de morte), lesão corporal, homicídios, tentativa de homicídio, extorsão mediante sequestro, porte ilegal de arma de fogo e fugas da prisão.

Durante esses assaltos Mel teria assassinado quatro policiais, além de um comerciante. Foram atribuídas a Ednaldo Evangelista as mortes do policial civil Francisco Wagner da Silva, do subtenente da PM João Lúcio de Oliveira, do sargento PM João Melo de Sousa e do soldado Raimundo Correia da Silva.

Na época houve uma grande exposição de tais crimes na mídia. Em um espaço de 11 dias o jornal O Povo deu duas manchetes de capa relacionadas ao bandido. O caso chamou a atenção da sociedade, que passou a acompanhar pela mídia cada ação criminosa de Mel, bem como as investidas da polícia na tentativa de capturá-lo.

Este trabalho tratará especificamente da divulgação das ações criminosas de “Mel” e seu bando em um meio de comunicação, o jornal O Povo. Verificaremos se ao publicar notícias a respeito das ações criminosas do bandido, referido como “matador de policiais” e “bandido mais procurado pela polícia”, o jornal buscou difundir a ideia de um mito do crime ou apresentou algum tipo de argumento para levantar a discussão sobre o problema de segurança pública que as ações de “Mel” representavam naquele momento.

Para tanto, torna-se imprescindível identificar, por meio das marcas de argumentação e das premissas do jornalismo policial, como se dá a produção do discurso e

como ela constitui significados. Objetivamos compreender as construções discursivas do jornal por meio dos dispositivos teórico-metodológicos da análise do discurso.

O trabalho busca, também, ressaltar a importância do jornalismo policial na construção da cidadania, sob o prisma de potencial gerador de discussões e soluções a respeito dos fatos noticiados, que sobremaneira estão ligados à política de segurança pública do Estado.

O primeiro capítulo deste trabalho abordará o conceito de segurança pública, estabelecendo o papel do Estado para a manutenção da segurança e da paz social. Em seguida, trataremos do conceito de polícia, principal aparelho de manutenção da ordem utilizado pelo Estado a fim de preservar a paz por meio da vigilância e, caso necessário, por meio da força física.

Prosseguindo, faremos uma breve discussão sobre a relação entre polícia e comunidade, abordando seus aspectos positivos e negativos no que diz respeito à execução do trabalho policial. Trataremos, ainda, do conceito de violência, bem como dos fatores que a influenciam. Por fim, abordaremos a complexa relação entre violência, polícia e mídia, observando a questão mercadológica dos meios de comunicação ao usufruírem dessa relação.

No segundo capítulo apresentaremos os conceitos gerais de jornalismo e discurso, passando pela busca da objetividade jornalística. Discutiremos, ainda, o conceito de jornalismo investigativo, bem como jornalismo policial, que é a matéria-prima deste trabalho. Serão abordados conceitos básicos da análise do discurso que servirão de norte teórico para a análise dos textos na terceira parte deste trabalho.

A terceira parte desta monografia se atém à análise dos textos. Na análise observaremos os conceitos de diagramação, considerada parte integrante do discurso jornalístico, bem como os textos propriamente ditos. Em trabalhos desta natureza podem-se perceber construções de sentido, posições e atitudes diversas a respeito dos fatos narrados na produção jornalística.

2 SEGURANÇA

1.1 Concepção de Segurança Pública

Uma das principais funções do Estado é garantir a segurança de seus cidadãos, assegurando-lhes a sua integridade física, moral, religiosa, entre outras, a fim de alcançar uma convivência pacífica e harmoniosa entre os indivíduos. Partindo dessa ótica, o conceito de segurança pública (do latim *secure*, significa “sem medo”) está ligado ao poder de polícia e à ordem pública com a manutenção da ordem interna do grupo.

Para Moreira Neto (1998, p. 71),

Segurança Pública é a atividade administrativa do Estado que tem por fim limitar e condicionar o exercício das liberdades e direitos individuais visando a assegurar, em nível capaz de preservar a ordem pública, o atendimento de valores mínimos da convivência social, notadamente a segurança, a salubridade, o decoro e a estética.

Moreira Neto (1998, p. 71) formulou um novo conceito de segurança pública, tendo como consenso a “ausência de perturbação e disposição harmoniosa das relações sociais”. Segundo o estudioso, segurança pública é conceituada como manutenção e garantia de ordem pública interna, sendo esta:

o estado de paz social que experimenta a população, decorrente do grau de garantia individual ou coletiva propiciado pelo poder público, que envolve, além das garantias de segurança, tranquilidade e salubridade, as noções de ordem moral, estética, política e econômica independentemente de manifestações visíveis de desordem. (MOREIRA NETO, 1998, p. 81).

Analisando os conceitos, segurança pública é a garantia proporcionada pelo Estado para a manutenção das relações sociais, com base na convivência, livre de atos e ações violentas. Nesse cenário todos podem usufruir de seus direitos constitucionais por meio do exercício efetivo do poder de polícia. Percebe-se que a garantia proporcionada pelo Estado de manutenção da paz social está ligada à repressão de ações violentas e criminosas por parte da força policial.

Desta forma, o Estado, como elemento de garantia da paz social, se faz presente em todas as sociedades, sendo a polícia o único representante do poder público capaz de combater diretamente a violência, e responsável por garantir a segurança.

A segurança pública, como atividade realizada pelo Estado, é responsável por empreender ações de repressão e combate à violência e ações delituosas, além de oferecer

estímulos ativos para que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e se divertir, protegendo-os dos riscos a que estão expostos.

Com o surgimento do chamado Estado de Direito o poder de polícia incorporou valores sociais, podendo ser definido como a atividade administrativa que envolve o Estado na finalidade de impor limites e educar no exercício dos direitos e das liberdades dos cidadãos, objetivando, em proporções capazes de preservar a ordem pública, o atendimento aos valores mínimos inerentes à convivência social, destacando-se a segurança pública, a saúde, a dignidade e outros valores.

O combate à violência é parte de um contexto onde há um clamor social intenso, tornando necessária a implementação de uma série de ações governamentais voltadas à solução desse problema. É óbvio que a vontade política e social é o ponto de partida dessa luta.

Porém, mesmo o Estado sendo o principal responsável pela manutenção da paz social, a Constituição Federal de 1988, no *caput* do Art. 144, trata a segurança pública não apenas como dever do Estado, mas também como responsabilidade de todos.

Art. 144 – “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida pela preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]” (BRASIL, 1988).

Em uma concepção moderna de segurança pública o cidadão tem um papel crucial na manutenção da paz e da tranquilidade.

Com a constitucionalização da responsabilidade de proporcionar segurança todos os cidadãos passam a ser responsáveis diretos pela manutenção da ordem sob o prisma do dever constitucional. Isso significa dizer que todo cidadão tem o dever de realizar ações em prol das causas que lhe dizem respeito, superando a visão de que apenas o Estado é responsável pelos problemas sociais.

1.1.1 Conceito de polícia

Etimologicamente, polícia, assim como política, vem do grego *politeia* (constituição), que surgiu juntamente com a Cidade-Estado grega, entre os séculos VIII e VII a.C. Este termo remete, por um lado, à ideia de uma instituição específica, a *pólis*, e, por outro lado, à noção de uma ação que visa a manter a unidade dentro da *pólis*, o Governo.

A derivação etimológica de *politeia* engendrou uma definição abrangente de polícia. Esta significou, basicamente, tanto na Idade Clássica como na Idade Média, instituições direcionadas para o funcionamento e a conservação da pólis. Dentro da modernidade, mais especificamente a partir do século XIX, a polícia adquiriu um significado mais restrito, passando a direcionar suas atividades para proteger a comunidade dos perigos internos relacionados à desordem pública, entendidas como as manifestações contrárias ao *status quo* político-econômico e com a insegurança pública, representada pelas ações ameaçadoras da integridade física e da propriedade por parte de eventos naturais e inimigos sociais.

A partir desta concepção moderna de polícia é possível encontrar várias definições que possibilitam um melhor entendimento do significado do termo na atualidade.

Reiner (2004) afirma que a polícia é um grupo de profissionais uniformizados que executam atividade de patrulhamento em espaços públicos, exercendo um mandato direcionado prioritariamente para o controle do crime e a manutenção da ordem, sem, contudo, deixar de realizar algumas funções negociáveis de caráter social.

Para Reiner (2004), os indivíduos modernos imaginam que a polícia é essencial para a ordem social e sem essa força pública a sociedade tornar-se-ia um caos.

Monjardet (2002) definiu a polícia como uma instituição que detém o monopólio do uso da força e que tem como finalidade garantir ao poder político o controle social nas relações sociais internas.

Por fim, para Monet (2001) a polícia é uma organização encarregada de reprimir as infrações contrárias às leis e aos regulamentos e de evitar movimentos coletivos que coloquem em risco a ordem social das cidades.

A nova concepção de polícia dentro da modernidade delimitou suas funções basicamente para as questões vinculadas à ordem pública e à segurança pública, afastando-se, assim, daquela função meramente administrativa de auxiliar o governante no gerenciamento da cidade.

Conforme as definições acima, pode-se inferir que a polícia moderna é uma instituição que detém uma estrutura burocrática racional-legal e que tem no uso da força física a sua especificidade para garantir a ordem e a segurança pública dentro da sociedade. A definição de polícia remete à definição de policiamento.

A polícia é, segundo Reiner (2004), um tipo de instituição social. Já o policiamento é um conjunto de processos que executam funções sociais específicas. A polícia existe em toda sociedade, mas não tem uma única forma. Ademais, o policiamento exercido

por ela é necessário para qualquer ordem social, podendo tomar as mais variadas feições institucionais.

A Polícia também não é a única instituição social responsável por fazer policiamento, assim como o policiamento realizado por ela difere de outras instituições por sua especificidade: fazer o policiamento com o fim de preservar a ordem e garantir a segurança através da vigilância e da ameaça do uso da força física no espaço público.

Para Monjardet (2002), o que diferencia a polícia de outras instituições destinadas ao controle social, como, por exemplo, as prisões, os manicômios, o quartel e a família, é que aquela detém o monopólio do uso da força física no âmbito público, enquanto estas detêm o monopólio do uso da força em ambientes privados, não podendo esse monopólio ser estendido ao ambiente público.

Assim, o uso da força física no âmbito público é o elemento diferenciador que dá o caráter de exclusividade à polícia, ou seja, não é a força privada, mas a força pública que é de monopólio da polícia. Além disso, a polícia é reguladora daqueles que detêm o uso da força privada. Como as polícias realizam o controle social, pois são partes do aparato estatal, o seu poder coercitivo se torna limitado em virtude do arcabouço de leis e códigos de conduta.

A Polícia vem sendo estudada há algumas décadas por pesquisadores de diversas áreas das Ciências Sociais. Cientistas políticos e sociólogos destacam-se entre eles, produzindo muitos trabalhos científicos sobre o tema.

Embora reconhecendo que as teorias de polícia são historicamente transitórias, está ao nosso alcance o recurso a variadas análises sobre tal matéria. Neste caso, a autoridade do sociólogo Dominique Monjardet é bastante útil para estabelecer um quadro da democraticidade policial.

Segundo Monjardet (2002), as relações que se estabelecem entre o poder, a polícia e a sociedade tornam-se muito complicadas devido ao mecanismo da democracia, com predomínio do direito, e à implementação de grandes organizações burocráticas constituídas por profissionais e funcionários permanentes.

No primeiro caso, a polícia é instituída como força pública subordinada a um direito. No segundo caso, a polícia apresenta-se como organização e se assume como uma profissão.

Monjardet (2002) identifica estes três aspectos como critérios fundamentais de uma polícia democrática. O sociólogo coloca em evidência a vantagem de dividir a força pública em aparelhos distintos, como precaução democrática, de forma a garantir que caso um

dos aparelhos falhe haja sempre outro disponível, pois a polícia dividida é menos complexa e mais fácil de dirigir.

Como organização, a polícia deve funcionar com eficácia, de modo que possa ser não apenas gerida, mas também dirigida, sem opor à sua instrumentalização opacidade e inércia. A profissão deve ser dotada com todos os meios humanos e materiais de que tenha necessidade para cumprir a sua missão. Finalmente, a sociedade deve assegurar que o poder esteja dotado de meios para verificar se a organização e a profissão funcionam conforme o previsto.

Segundo Monjardet (2002), pode-se reconhecer-se nessas ideias o espírito que tem presidido a muitos projetos de reforma que pretendem “modernizar” e “democratizar” a polícia, o que não impede de se duvidar da respectiva eficácia. Mesmo sendo condições necessárias elas não são suficientes. A análise sociológica revela disfuncionamentos, corporativismo, resistência à mudança, problemas organizacionais e, principalmente, contradições intrínsecas ao próprio mandato policial.

Assim, a polícia não é uma “organização” nem uma “profissão” como as demais, perdurando nela uma antinomia entre o direito e a força.

1.1.2 A polícia além do aparelho policial

Segundo o sociólogo Monjardet (2002), a visão puramente instrumental da polícia, ainda largamente difundida, distribui-se por duas escolas ou correntes.

Para a corrente progressista, defendida pelos seguidores de Marx e Engels, o aparelho policial é o “exército interno” da classe dominante ao qual se recorre quando todos os outros recursos de dominação já não são suficientes, constituindo-se, assim, num instrumento de dominação física das classes dominadas pelo uso da força.

Em contrapartida, o movimento conservador define polícia como um instrumento especializado na aplicação da lei, isto é, enquadra-a numa visão meramente funcionalista.

Segundo essas perspectivas, a polícia é um instrumento relativamente passivo que executa mecanicamente as diretivas e as normas emanadas do sistema político, que correspondem ao modo como a teoria jurídica descreve a função policial. Mas, essa ideia de um agente passivo e dócil, instrumentado pelo poder, no entender dos progressistas, ou simplesmente utilitário, na opinião dos funcionalistas, foi ventilada sob outro aspecto.

Como em todas as profissões, os policiais têm interesses próprios expressos pelos sindicatos, associações e outras coligações profissionais, sendo que é na interação cotidiana entre eles próprios, entre eles e o público, e entre eles e as suas tarefas que se constitui e se reproduz uma cultura profissional.

Segundo Monjardet (2002), toda instituição se especifica pelos valores a que serve. No caso da instituição policial, esses valores são extremamente discriminantes, tal como no caso da escola. Embora tenha uma função instrumental de transmissão de saberes, a escola pode não cumprir do mesmo modo e com os mesmos meios quando se trata de promover a igualdade de oportunidades ou de selecionar uma elite.

O saber transmitido pela escola é substancial (currículo), enquanto que a polícia pode ser obrigada a aplicar a força, que não tem conteúdo próprio: ela é pura relação. Essa falta de conteúdo apela para uma sobrecarga de valores que fazem com que essa instituição, entre todas, seja a que mais se rodeia de exposição. Todas as atuações dos policiais obedecem a determinadas normas que, ao não serem levadas a rigor, podem-se voltar contra ela mesma.

Em outras palavras, o professor tem um conteúdo para lecionar, mas pode escolher o seu método de ensino e alterá-lo, ao longo do ano letivo, conforme as dificuldades do aluno, enquanto que um policial pode não ter tempo para escolher adequadamente o seu método de intervenção. Por este motivo é importante que a formação de base dos policiais os prepare para fazer face às situações complexas caracterizadas por conflitos de valores e os ajude a discernir o valor que deve predominar numa situação concreta.

Na profissão de policial Monjardet (2002) considera que exista, além das questões próprias da profissionalização – saber técnico, organização burocrática, tipo de trabalho, relações hierárquicas, entre outras – uma condição policial, ou seja, “um destino social imposto, que seu detentor não escolheu, e que a ele se impõe do exterior” devido às especificidades do trabalho policial.

Esta noção da condição policial nos permite perceber que após os ritos de instituição, o policial incorpora à sua identidade social, de diferentes formas, os significados simbólicos do ser policial militar.

1.1.3 Comunidade e polícia

A relação entre polícia e comunidade vai muito além da implementação de um projeto de segurança pública. A própria existência do aparelho policial é legitimada pela

sociedade. Segundo Barreira (2004), historicamente a polícia existe em virtude da sua relação com a sociedade, que a autoriza, como aparelho de repressão do Estado, a atuar para regular as ações sociais.

A polícia não existe sozinha. Ela está ligada a grupos sociais que lhe conferem autoridade. É parte integrante da própria comunidade, que lhe concede lançar mão da força física, se necessário, para a regulação e manutenção da ordem social. Atualmente, ela é uma força pública que o Estado, como representante legítimo da comunidade em geral, mantém e controla. (BARREIRA, 2004). Existe uma ideia comum entre polícia e comunidade: para ambas a polícia tem de estar na rua combatendo as ações criminosas de forma ostensiva diuturnamente.

Considerando essa observação, o trabalho policial apresenta uma estreita relação com a comunidade no instante em que as atribuições dadas à polícia são relacionadas diretamente aos anseios da comunidade, no que diz respeito ao combate ao crime e à manutenção da ordem pública.

Sob esse prisma abordaremos a relação de parceria existente entre a polícia e a comunidade. Comunidade, neste caso, é traduzida como a representação de um grupo de pessoas unidas pela proximidade de espaço, como por exemplo, um bairro, cujas relações de vizinhança tornam comum o interesse público pela manutenção da ordem.

Partindo deste ponto de vista, Barreira (2004) diz que essa proximidade física é capaz de traduzir, de forma considerável, problemas sociais semelhantes, inclusive aí os relacionados aos de segurança pública.

Ao estudar as relações polícia e comunidade, têm-se particularmente em vista as agências de controle e prevenção à criminalidade instituídas pelo Estado diante da autorização e legitimação da sociedade; e as comunidades dispostas em bairros e outras localidades que organizam em torno da problemática da violência e da segurança pública. Pode-se dizer que essa relação polícia e comunidade é a concretização mais próxima da relação polícia e sociedade, constituindo, portanto, a base da atuação policial em conjunto com diferentes comunidades. (BARREIRA, 2004, p. 138).

As comunidades geralmente constituem lideranças comunitárias que atuam com o objetivo de estimular a participação dos moradores na resolução dos problemas ligados à violência e à criminalidade, contribuindo, sobremaneira, com os órgãos de segurança pública do Estado, tomando a iniciativa e não esperando apenas pelas autoridades.

Por vezes, tais lideranças não se limitam apenas a atuar na área de segurança. Elas fazem um trabalho social mais abrangente que influencia diretamente na redução dos índices de violência e criminalidade.

Segundo Barreira (2004, p. 140), as lideranças comunitárias priorizam as reivindicações por soluções na área de segurança pública, sendo também responsáveis por denúncias sobre casos de violência e de tráfico de drogas, bem como sobre o trabalho policial desempenhado na comunidade.

Neste sentido, é primordial o trabalho das lideranças comunitárias, pois mostra aos órgãos de segurança pública as áreas críticas onde ocorrem conflitos violentos, solicitando mais policiamento para aqueles locais. Porém, a relação entre polícia e comunidade cai na superficialidade quando esta se restringe a apenas colaborar com os órgãos de segurança com o repasse de denúncias e informações, esquecendo a importância de traçar e discutir políticas de segurança que desemboquem em estratégias voltadas para a melhor efetivação das ações permanentes de combate à criminalidade.

Alguns setores dos órgãos de segurança pública tecem críticas ao modelo utilizado de participação comunitária.

O grande problema dos Conselhos (Comunitário) de Segurança é que eles não têm visibilidade [...] Na verdade você percebe que o conselho não tem o poder de elaborar uma política de segurança, o conselho não decide nada [...] Na realidade o Conselho (Comunitário) não atua da maneira que deveria atuar, com a visibilidade que deveria ter. (BARREIRA, 2004, p. 142).

Mesmo diante de críticas, percebe-se que o contato entre comunidade e os órgãos de segurança pública, através da polícia, constitui um espaço de aproximação onde são discutidos e apresentados pontos de vistas distintos, tanto da comunidade quanto da polícia, sobre a redução da criminalidade e da violência.

1.2 Violência

Conceituar violência é algo complexo. Ela é um produto totalmente atrelado aos preceitos sociais de cada momento histórico vivido pela humanidade, por isso ela muda de fisionomia de acordo com os aspectos da vida social. Para Dias (1996) é impossível conceber e entender o fenômeno da violência, independentemente de critérios de ponto de vista.

Uma saída para começar a discutir a natureza da violência seria a análise do sentido do termo através de correntes etimológicas e do Direito.

Os dicionários de francês contemporâneo (por exemplo, o Robert, 1964) definem violência como: a) o fato de agir sobre alguém ou de fazê-lo agir contra a sua vontade empregando a força ou a intimidação; b) o ato através do qual se exerce a violência; c) uma disposição natural para a expressão vital brutal dos sentimentos; d) a força irresistível de uma coisa; e) o caráter brutal de uma ação. (DIAS, 1996, p. 100).

A etimologia do termo violência vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravo, força. O significado do verbo *violare* é tratar com violência, profanar, transgredir. Os dois termos provavelmente se referem a “vis” que significa força, vigor, potência, violência, emprego de força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. De forma mais profunda, a palavra “vis” significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força e, portanto, a potência, o valor, a força vital.

Analisando o termo em grego há uma confirmação do núcleo de significação. Ao *vis* latino corresponde o *is* homérico (iS), que significa músculo ou, ainda, força, vigor, e se vincula a *bia* (βία), que quer dizer força vital, a força do corpo, o vigor e, conseqüentemente, o emprego da força, a violência, o que coage e faz violência. Os especialistas ligam tais termos ao sânscrito *j(i)ya*, que significa predominância, potência, dominação que prevalece. (DIAS, 1996).

No Direito o termo é apresentado em definições estritas, conforme a abordagem jurídica do direito penal e direito civil que prevê dois aspectos cujo primeiro é um elemento de força física identificável com seus efeitos e o outro, mais imaterial, de transgressão, vinculado a dano a uma ordem normativa. Isto é, como dano físico, o ato de violência é totalmente identificável, já a violência como violação das normas sociais, qualquer coisa pode ser enquadrada como sendo um ato de violência.

Dias (1996) contrapõe duas posições no entendimento da violência. Primeiramente diz que a violência é uma significação formulada a partir do ponto de vista da prática da ação violenta, enquanto em outro ponto de vista, entende violência a partir da perspectiva daquele que sofre a ação violenta. Percebe-se que, na primeira posição apresentada pela autora, a violência está ligada à noção de força. Já para a segunda, a noção de violência está mais próxima da privação, isto é, do sentimento de que determinadas coisas estão sendo negadas sem razões explícitas, o que não necessariamente é uma ação de força.

Embora exista dificuldade de se compreender a violência, em virtude de fatores subjetivos, podemos perceber a distinção de fenômenos diferentes. Um baseado em quem pratica a violência com base na força física, e outro voltado para quem sofre a violência, seja ela física ou não.

Na comunidade internacional de direitos humanos a violência é compreendida como todas as violações aos direitos civis – vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e de culto – direitos políticos – direito a votar e de ser votado, participação política – direitos sociais – habitação, saúde, educação, segurança – direitos econômicos – emprego e salário e direitos culturais – direito de manter e manifestar a sua própria cultura.

Neste trabalho a forma de violência que será abordada na análise dos textos é aquela tipificada como violação da lei penal, como assassinato, sequestros, roubos e outros tipos de crime contra a pessoa ou contra o patrimônio. Essas ações formam um conjunto que se convencionou chamar de violência urbana, pois se manifesta principalmente no espaço das grandes cidades.

A violência urbana, no entanto, não compreende apenas os crimes, mas todo o efeito que provoca sobre as pessoas e as regras de convivência na cidade, muitas vezes influenciada pela exposição excessiva de atos criminosos pela mídia. A violência urbana interfere no tecido social, prejudica a qualidade das relações sociais e corrói a qualidade de vida das pessoas.

Assim, os crimes estão relacionados com as contravenções e com as incivildades. Gangues urbanas, pichações, depredação do espaço público, trânsito caótico, praças mal cuidadas e sujeira em período eleitoral compõem o quadro da perda da qualidade de vida e traduzem potencialidades para a eclosão do fenômeno violento.

1.2.1 Breve análise dos fatores que influenciam a violência

Atualmente, as formas de manifestações da violência alcançam um amplo leque de comportamentos, relações e práticas. Essas formas plurais e multifacetadas foram ao longo da história sendo formuladas e reformuladas, de modo que qualquer compreensão mais abrangente do fenômeno, hoje, requer uma aproximação com as diferentes correntes teóricas. Aspectos distintos interferem, portanto, na dialética da violência: fatores intrapsíquicos, estruturais, culturais, sociopolíticos, éticos e outros.

Para a Psicologia o fenômeno da violência é explicado como “o emprego desejado da agressividade com fins destrutivos, sendo uma forma de desrespeito e de negação do outro”. (LUCINDA, 1999).

As explicações psicológicas apontam no campo das ações para práticas que considerem o processo de construção da individualidade, da identidade social e da sociabilidade.

Para os sociólogos cada sociedade, num determinado período histórico, produz normas sociais e culturais de relacionamento que servem de parâmetro para a compreensão do fenômeno da violência.

Segundo Santos (1986), noções de solidariedade social, consciência coletiva, crime e anomia fornecem um ponto de partida para o estudo da violência. Santos (1986) ainda destaca a interferência no mundo atual dos conflitos relacionais que agregam as relações de dominação. A violência, nesta perspectiva, poderia ainda ser explicada como “um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais.”

Segundo Lucinda (1999) a violência “é uma particularidade do viver social, um tipo de negociação, que pelo emprego da força ou da agressividade visa encontrar soluções para conflitos que não se deixam resolver pelo diálogo e pela cooperação.”

Para a Antropologia, a violência apresenta uma pluralidade de manifestações que precisam ser analiticamente investigadas. Riófitis (2005) diz que o discurso denunciatório centraliza sua observação e intervenção no campo da defesa, incorporando e centralizando uma posição catastrófica e alarmista do fenômeno.

Neste sentido, os estudos atuais focalizam a atenção no estudo sobre a criminalidade, os conflitos de gerações e a violência institucional. Alerta essa corrente da necessidade de estudos no campo das microrrelações, da subjetividade dos sujeitos como uma forma de compreensão analítica do fenômeno, de modo a alargar a leitura para aspectos positivos do fenômeno, como elemento instaurador de identidades sociais, como força face aos processos de controle e homogeneização e como construção de subjetividades.

As desigualdades sociais, as disparidades regionais e os indicadores sociais e econômicos têm interferido no aumento da criminalidade urbana, como a fragmentação do espaço e da vida urbana com implicação no trânsito, no transportes de massas, na degradação das condições de vida de setores populares, na precarização do emprego e na dissolução das relações de trabalho, nos indicadores sociais de saúde e educação, entre outros.

A concentração da terra e da riqueza tem reproduzido a violência rural, o êxodo rural e ampliado os indicadores de pobreza.

O modo como historicamente as elites dirigentes exerceram o controle e o domínio de grupos étnicos e sociais subalternos sedimentou uma subjetividade autoritária. Esta cultura autoritária tem-se revelado nas práticas de controle e manutenção da ordem, no modo como se interage com os conflitos sociais e os atores coletivos e na forma como se tem sujeitado as vontades coletivas.

1.2.2 Violência, criminalidade e segurança pública

Conter o vertiginoso aumento da prática da criminalidade seguida da violência é um dos grandes desafios das autoridades que compõem ou estão à frente das ações de segurança pública no País. A prática de crimes cada vez mais violentos está deixando a sociedade temerosa, à beira do pânico. Faz-se necessário que políticas efetivas de segurança pública sejam tomadas para que os índices de criminalidade e violência possam ser reduzidos a um ponto em que a sociedade passe a perceber a segurança como um sentimento que de fato o é. Assim como deveria ser a segurança pública, que por sua vez também é um sentimento coletivo que varia da paz social à intranquilidade pública. Portanto, a saída para essa situação é a aplicação de políticas de segurança pública efetivas. Segundo Zaverucha e Barros (2002), embora o Plano Nacional de Segurança Pública proposto pelo Governo Federal, através do Ministério da Justiça, tenha dado prioridade a ações em série de enfrentamento da violência e da criminalidade, continua faltando uma coisa muito importante: a política.

Mesmo reconhecendo que houve um avanço com os recursos federais liberados, os quais deram uma nova vida às polícias estaduais, não apenas quanto a equipamentos, mas também em relação a treinamento, os autores defendem que não existe uma política nacional de segurança pública que sirva de orientação para as ações policiais. Isso, de certa forma, é visto de forma negativa pela sociedade, que observa os recursos sendo aplicados, mas não vê resultados que lhe garantam usufruir do sentimento de segurança pública baseado na paz social.

Traçar política é estabelecer estratégias para se atingir um desiderato. Se o objetivo é a redução da violência e da criminalidade, não basta oferecer os meios, sob pena de vê-los pulverizados em diversas direções. O leque de ações previstas no Plano Nacional de Segurança Pública contemplou outros segmentos além do aparelho policial, reconhecendo que este não esgota o esforço. Mas é preciso concatená-las e

ir além, responsabilizando e envolvendo todos os atores numa ação ordenada e direcionada a um fim específico. (ZAVERUCHA; BARROS, 2002, p. 236).

Para se estabelecer uma política de segurança pública são necessárias ações de forma integrada e coordenadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, estabelecidas de forma clara, com metas traçadas e, se possível, com rotinas de operações que viabilizem a efetividade das diretrizes de forma homogênea.

Ações de curto prazo são essenciais neste momento, mas o estabelecimento de metas, segundo os autores, não basta para reduzir a violência e a criminalidade, pois a aferição dessas metas “se baseia em dados pouco confiáveis oriundos do registro de ocorrência policial.” (ZAVERUCHA; BARROS, 2002, p. 236).

Combater a violência e a criminalidade não é um assunto meramente policial. O judiciário também tem sua parcela de responsabilidade no tocante à implementação de políticas de segurança pública que funcionem de fato. Ele tem de buscar soluções, também de curto prazo, para que sejam cumpridos os prazos da lei relativos a réus presos. Para Zaverucha e Barros (2002) o Congresso também deve rever a legislação processual penal, especialmente o “duplo processo de formação de culpa para reduzir o tempo de resposta da sanção penal.”

Porém, superar o desafio da violência e da criminalidade passa essencialmente pela implementação de uma política nacional de segurança pública, baseada em diagnósticos produzidos com dados qualificados e precisos a respeito das necessidades reais da sociedade brasileira no que se refere à segurança pública e à manutenção da paz social.

1.2.3 Mídia, violência e polícia

A mídia sempre veiculou atos de violência em seus produtos, sejam eles impressos, televisionados, radiofônicos, e mais recentemente pela internet. Todos os tipos de violência têm a sua visibilidade. A violência vende. Ao vender o produto violência, os meios de comunicação potencializam sua abrangência que, dependendo da força do meio usado para a difusão da notícia, o tema poderá durar por muito tempo nos debates constituídos e levantados pela sociedade em geral.

Casos que podem ser chamados de corriqueiros, se analisados dentro do prisma social em que acontecem, quando expostos de forma excessiva causam repercussão desnecessária no tocante à formação do estigma de uma sociedade violenta.

Com a exploração da violência pela mídia, a sociedade observa aquela situação como algo concreto e que precisa de uma solução imediata advinda dos órgãos competentes na área da segurança pública. Segundo Barros (2002), em atitudes impensadas e sem estratégias previamente definidas, a polícia acaba, na tentativa de virar o jogo, apelando para atitudes inconsequentes que, se flagradas pela mídia, serão alvo de críticas e denúncias de abuso de poder ou violência policial.

Além da busca pela informação mais recente e precisa de alguma ocorrência policial, a fiscalização sobre o trabalho da polícia é um das justificativas que a imprensa utiliza para acompanhar de perto as ações policiais. Porém, Barros (2002) comenta que por vezes a polícia, até de maneira intencional, entra no jogo daqueles que desejam fazer da violência, seja policial ou não, um espetáculo que colabora para a estigmatização de certos grupos sociais, incluindo também a formação da imagem da própria polícia.

Como se sabe, os responsáveis pela 'faxina social'- serviço que há muito se tornou institucional -, em nosso país é a polícia que, infelizmente, tem corroborado algumas denúncias de violência e desrespeito aos direitos humanos. Mas não deixa de ser interessante o paradoxo que nos metemos: a despeito de prestar um importante serviço social, as instituições policiais são obrigadas a tolerar e responder a episódios que os meios de comunicação selecionam como pauta de importância social. (BARROS, 2002, p. 6).

Pode-se levantar uma questão interessante sobre a veiculação da violência policial pela mídia. Não existe atualmente na mídia uma discussão a respeito da diferença entre o uso da violência por parte dos agentes de segurança pública e a aplicação do uso progressivo da força, que é garantido ao policial utilizar caso necessário.

Tudo é posto e visto da mesma forma pela mídia. As ações policiais pautadas na técnica policial vêm sendo encaradas e apresentadas, em certos casos, como violência ou brutalidade policial, erguendo, assim, um estigma de banalização da violência que, para o público, certamente parte dos órgãos que garantem a segurança nas ruas.

Barros (2002) afirma que a não-distinção da técnica policial da violência policial causa impacto negativo no trabalho policial. A mídia não tem como prioridade esclarecer à população de que o policial está legitimamente respaldado a utilizar a força para a manutenção da ordem pública. Por despreparo de seus profissionais, ou até mesmo intencionalmente, muitos na mídia são ignorantes neste sentido.

O ruim é que essa ignorância tem um papel essencial na produção da notícia ou reportagem, pois ela pode refletir de forma negativa no trabalho policial, chegando, inclusive, a estigmatizar e criminalizar as operações realizadas pela polícia. "No jogar de todo entulho

na vala comum da violência e brutalidade policial, as imagens de TV, as manchetes de jornais e revistas, bem como as vozes do rádio, têm cometido desvantajosos equívocos à sociedade”, afirma Barros (2002) fazendo referência à forma como a mídia trata as ações policiais que necessitam do uso da força da mesma forma com que expõe ações esporádicas de condutas incompatíveis com o trabalho policial.

Existem autores que em suas análises discordam de Barros (2002). É o caso de Ramos e Paiva (2007), que acreditam que o momento atual da cobertura policial vem mudando de forma considerável.

Segundo Ramos e Paiva (2007), existe uma mudança na cobertura da violência e da criminalidade no tocante à diminuição do uso de recursos sensacionalista e noções apelativas pela maioria dos meios de comunicação. “Os principais jornais deixaram de utilizar fotos explícitas, e mesmo os mais populares evitam recomendar que a polícia elimine criminosos ou desrespeite direitos para combater o crime.” (PAIVA; RAMOS, 2004, p. 15).

A máxima “violência vende”, tão combatida e criticada inclusive no meio acadêmico, já não condiz com a realidade das coberturas de violência e criminalidade. O tema segurança pública ganhou espaço maior e mais importante com o aumento crescente da violência.

Isso teria feito com que a imprensa incorporasse essa temática de forma mais responsável, já que hoje a mídia é uma das grandes responsáveis pela implementação e, conseqüentemente, sucesso de qualquer política pública, e na segurança não é diferente.

Uma mudança que segundo as autoras vem fazendo a diferença na cobertura policial é a extinção da editoria de polícia em vários jornais. Atualmente, os repórteres que cobrem violência e crimes são repórteres gerais, isto é, também são jornalistas que são pautados para matérias com outras temáticas. Paiva e Ramos (2004) argumentam que essa mudança é de extrema importância por favorecer nos textos a integração dos temas violência e criminalidade com outros como educação, cultura, habitação e esporte, por exemplo.

Outro ponto positivo citado pelos profissionais é a diversidade de temas, que exige mais informação e preparação dos jornalistas, evitando que eles incorporem o estereótipo do repórter de polícia, que pouco se diferencia dos policiais e não consegue transitar além da delegacia. (PAIVA; RAMOS, 2004, p. 20).

Contudo, mesmo com os avanços observados nos últimos anos, a relação da mídia que cobre a violência, combatida e, por vezes praticada pela polícia, ainda tem muito a melhorar. O que percebemos, durante as coberturas do cotidiano, é que os investimentos nas

redações para se tratar de assuntos voltados para ações policiais são muito pequenos em relação à importância que elas têm.

Enquanto a mídia tenta de todas as formas fixar o olhar da sociedade na grave crise que acredita existir, na segurança pública, apenas expondo casos de violência e criminalidade, deixa de debater mais profundamente, junto à sociedade e ao Estado, políticas de segurança pública mais eficazes e abrangentes.

2 JORNALISMO E DISCURSO

2.1 Conceito e Considerações Gerais

Define-se jornalismo como sendo um fenômeno existente apenas na cultura moderna, de cunho tipicamente ideológico. Ele é sempre ligado a uma fase histórica do desenvolvimento socioeconômico de uma determinada sociedade.

Jornalismo é um conjunto de materiais escritos ou impressos, falados ou visuais, muitas vezes em combinação, que, de uma forma documental, descrevem a realidade social atual, especificamente a de importância universal, e que através da multiplicação por diversos meios de comunicação social têm impacto de massa sobre um público diferenciado. (HUDEC, 1980, p. 36).

O jornalismo tem por objetivo, além de produzir notícias, orientar e entreter o seu público consumidor. Inicialmente, seu propósito é levar informações, porém no mundo contemporâneo também é formador de opinião em um contexto social complexo e diversificado. A influência direta das informações sobre os receptores dos meios de comunicação jornalísticos, além de formar opiniões, garantir audiência para dar continuidade a um ciclo de informações que geram lucro, garantem a permanência de empresas jornalísticas no mercado.

Para Gaillard (1974), o objetivo da atividade jornalística é transformar acontecimentos em notícias, sejam eles simples ou não. Essa transformação se inicia quando o jornalista procura o que vai ser publicado, tendo em seguida de transformar os acontecimentos em notícias. A escolha dos jornalistas, para Gaillard (1974), obedece a três critérios básicos: o primeiro é o da atualidade, pois a notícia é tida como uma novidade, e o público consumidor absorve informações novas e inéditas. Em segundo lugar está o critério da significação. O jornalista tem de perceber como o fato escolhido para ser noticiado irá repercutir socialmente. Segundo Gaillard (1974), este é um pressuposto básico do jornalismo. Por fim, vem o interesse que o assunto escolhido vai despertar no público. “O interesse é um critério muito mais complexo do que os dois anteriores, porque não está apenas ligado ao próprio acontecimento em si mesmo, mas à atitude que em relação ao mesmo terá o público.” (GAILLARD, 1974, p. 31).

Isso demonstra que o jornalista tem por dever profissional conhecer o seu público-alvo. Com base nessa obrigação é que existem os estudos voltados para a audiência e para o público leitor, que buscam indicar de forma científica os caminhos que os meios de

comunicação jornalísticos devem seguir para gerar interesse e, conseqüentemente, agradar seus consumidores.

Passando a analisar a imprensa escrita, percebemos que ela tem algumas peculiaridades em relação à imprensa televisiva e radiofônica. Estas últimas tendem a seguir um fluxo acelerado de informações que por vezes impossibilita ao receptor imprimir seu próprio ritmo de seleção das informações, diferentemente do que ocorre com a imprensa escrita, que busca comunicar ao leitor de acordo com a sua maneira de selecionar as informações que lhe geram interesse.

A seleção das informações feita pelos leitores, ouvintes ou telespectadores, depende, certamente, da forma como os emissores apresentam seus discursos midiáticos. No entanto, tais discursos são repletos de outros discursos advindos de diversos fatores, os quais influenciam direta ou indiretamente os produtores da informação. Considerando essa ótica, percebe-se que as relações sociais que influenciam ou influenciaram a formação da subjetividade do jornalista estão inseridas na sua produção midiática. Portanto, a objetividade pregada pelos meios de comunicação jornalísticos está repleta da subjetividade do emissor. Torna-se necessário, então, abordarmos a existência da objetividade, ou não, nos discursos jornalísticos.

2.1.1 A busca da objetividade na produção jornalística

Do ponto de vista filosófico, a objetividade é definida como algo que não depende do pensamento. (JAPIASSU; MARCONDES, 1993). Já na perspectiva epistemológica, ela pode ser uma construção que não leva em conta os aspectos subjetivos e sensíveis dos fatos.

Para muitos profissionais da área de jornalismo a objetividade é uma das virtudes mais importantes para a profissão. Ela deve ser perseguida por todos aqueles que desejam ter suas produções pautadas na ética profissional. No entanto, Amaral (1996) questiona se a objetividade é o reflexo da verdade e da realidade, pois segundo ele, todos nós somos de certa forma prisioneiros de valores adquiridos ao longo da construção de nossas relações sociais. “Nossos atos são influenciados, quando não determinados, por nossa maneira própria de ver, sentir e reagir à ação dos agentes externos.” (AMARAL, 1996, p. 18).

Não se pode confundir “valor de verdade” e “efeito de verdade” (CHARADEAU, 2007), embora em ambos os casos se esteja diante de um julgamento epistêmico, pois o homem enquanto ser social tem a necessidade de basear a sua relação com o mundo num

“crer ser verdade”. Para Charadeau (2007), é uma questão de verdade, mas também é uma questão de crença. Todo tipo de discurso constrói seus efeitos de verdade de uma maneira única.

De acordo com Charadeau (2007, p. 50):

O discurso de informação modula-os segundo as supostas razões pelas quais uma informação é transmitida (por que informar?), segundo os traços psicológicos e sociais daquele que dá a informação (quem informa?) e segundo os meios que o informador aciona para provar sua veracidade (quais são as provas?).

O que o jornalista busca não é tanto alcançar a verdade em si, mas a busca de uma credibilidade que gere as condições de validade da informação emitida. A verdade não está inserida no discurso, mas somente no efeito que ele produz, apresentando, de forma variável e com consequências diversas, efeitos de autenticidade, de verossimilhança e de dramatização do fato exposto.

Autores como Amaral (1996) afirmam que até o início do século XIX, a imprensa não apresentava a preocupação com a existência da imparcialidade em suas produções. Somente com o advento das agências de notícias, das grandes guerras mundiais e com o desenvolvimento das indústrias é que essa perspectiva de objetividade passou a ser adotada pela imprensa no mundo. Porém é ingênuo pensar que as grandes transformações econômicas, políticas e sociais não iriam gerar qualquer tipo de influência direta na produção dos discursos jornalísticos da época.

Os grandes grupos capitalistas dentre os quais estão as empresas de comunicação voltadas para a produção jornalística defendem que o discurso jornalístico deve ser isento de subjetividade, sendo voltado diretamente para o lado objetivo da apuração de um fato, seja ele de grande relevância ou não. Tal conduta estaria refletindo os valores morais e éticos das grandes empresas das quais o jornal faz parte. Porém, em tese todos os valores ideológicos, políticos, morais e éticos dos jornais, que são defendidos pelos seus jornalistas, também estão repletos de subjetividade. Portanto, a exigência da objetividade jornalística é posta em xeque.

No entanto, o trabalho do jornalista não é voltado apenas a defender os valores particulares dos jornais. Ele também tem por objetivo atender direta ou indiretamente os interesses dos anunciantes e leitores. Outros fatores, que Orlandi (2000) chama de condições de produção e interdiscurso, também influenciam para que a matéria jornalística seja permeada pela subjetividade. Tais condições compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação, bem como a memória. “Podemos considerar a condições de produção em sentido

estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.” (ORLANDI, 2000, p. 30). Abordaremos esses conceitos de forma mais aprofundada no tópico 3.3.

Deve-se ressaltar que o compromisso com a verdade, assim como em outros campos do exercício profissional, é fundamental para a atividade jornalística. Mas isso não quer dizer que a objetividade jornalística esteja diretamente ligada à verdade dos fatos, pois a subjetividade do emissor também pode ser “uma verdade” acerca dos fatos publicados.

A objetividade jornalística funciona muito mais como um discurso estratégico, que visa a solidificar a imagem do jornalismo diante do seu compromisso político, histórico, social e econômico instituído ao longo do tempo perante a sociedade.

2.2 Jornalismo Investigativo

2.2.1 Conceito

Podemos definir jornalismo como sendo a atividade profissional que consiste em lidar com notícias e fatos do dia-a-dia, divulgando-os com o objetivo de informar a população sobre o que está acontecendo no mundo. Ele está dividido em várias editorias, como política, esporte, cultura e polícia.

A respeito do termo jornalismo investigativo, alguns autores afirmam que é redundante, pois toda forma de produção jornalística é baseada em levantamento de dados, em checagem de informações, o que de certa forma acaba sendo uma investigação.

Estudos apontam que os trabalhos mais conhecidos do segmento jornalismo investigativo são oriundos dos anos pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente advindos dos Estados Unidos.

Medeiros; Alves e Menezes (2010, p. 7) afirmam que o florescimento desse gênero se dá entre 1955 e 1974, pois em consequência da Guerra do Vietnã (1964-1973), os jornalistas americanos passaram a fazer oposição ao Governo e deram início a uma análise crítica sobre a atuação dos políticos naquele momento histórico. “A imprensa havia alcançado um estágio de amadurecimento suficiente para enfrentar outras forças estabelecidas, particularmente os políticos profissionais.” (MEDEIROS; ALVES; MENEZES, 2010, p. 8).

Periago (2003, p. 170) afirma que o centro da produção jornalística continua sendo a reportagem, e que não há nada no jornalismo que não seja oriundo da busca pela notícia. Para ele “toda reportagem requer uma investigação.” Mesmo a reportagem sendo o centro da produção jornalística é preterida em virtude do avanço da imediatividade da divulgação das notícias.

Atualmente, existe a necessidade de o fato ser noticiado logo após acontecer. Isso certamente prejudica o trabalho do repórter em relação à falta de informações mais precisas e profundas acerca dos fatos noticiados. “Fala-se em jornalismo investigativo como se fosse possível um repórter dedicar-se exclusivamente à investigação jornalística pura, ainda mais na época atual, com redações reduzidas pela metade, pressões políticas a todo o vapor”. (FORTES, 2005, p. 25).

O jornalismo investigativo tem por objetivo investigar a essência dos fatos, tendo sempre de responder e esclarecer as causas que provocaram situações merecedoras de uma cobertura jornalística mais aprofundada.

2.2.2 Jornalismo policial

Denomina-se jornalismo policial a especialização que o repórter possui em cobrir fatos criminais, judiciais, de segurança pública e de investigações policiais, utilizando técnicas de apuração do jornalismo investigativo. As primeiras coberturas policiais são atinentes dos meados do século XIX, produzidas por jornais sensacionalistas ingleses e americanos.

Não é de hoje que a imprensa em geral acompanha de perto o dia-a-dia policial. Rotineiramente repórteres são mandados às ruas para cobrir os plantões policiais nas delegacias de polícia civil. Sempre que existir uma ocorrência policial de grande ou pequeno vulto, certamente a mídia estará presente. Há muita coisa para se veicular nas páginas policiais: assaltos, acidentes de trânsito, arrombamento, homicídios, uso de drogas, entre outros.

Isso é normal partindo-se do princípio de que os grandes meios de comunicação têm como uma de suas responsabilidades sociais a cobrança pela excelência nos serviços oferecidos pelo Estado, sejam eles de saúde, educação, moradia ou segurança pública, entre outros. No entanto, o que observamos é que nem sempre, em se tratando dos serviços

prestados pela polícia, a imprensa age apenas com o objetivo de fiscalizar e divulgar as ações por ela presenciadas, com base em seus repórteres policiais.

Em certos casos, além da busca pelo fato novo, pela divulgação da verdade de um crime ou pela matéria mais atraente e vendável, existe a busca pela espetacularização da violência e do crime.

Erbolato (1981) diz que o valor que é dado ao noticiário policial varia de acordo com a orientação da empresa jornalística. Raramente um crime deixa de ser noticiado, pois grande parte da imprensa brasileira admite o fato policial como um atrativo em potencial para o seu público-alvo.

A chamada “imprensa popular”, segundo Erbolato (1981), se especializou em divulgar fatos violentos. Mesmo que um esfaqueamento ocorra no mais simples casebre da mais miserável favela de uma cidade, sempre há jornais que cobrirão e noticiarão o fato, mostrando, se possível, o local do homicídio, o acusado, a vítima e a arma do crime.

Em um encontro realizado entre policiais e jornalistas, em 1963, promovido pelo Instituto Internacional de Imprensa, em Hamburgo, o chefe da Real Polícia Montada do Canadá, C. W. Harrison, declarou que em certos momentos os repórteres parecem querer mais o sensacionalismo do que a exatidão, e que os meios de comunicação de massa têm fortes tendências de glorificar o crime. (ERBOLATO, 1981).

Depoimentos como este tendem a enfatizar que no jornalismo policial cujo assunto preponderante é a violência as reportagens são, geralmente, repletas de apelo sensacionalista. As vítimas ou seus familiares emocionados, a linguagem descritiva e as tomadas de câmera aproximativas são elementos que oferecem uma carga dramática ao espectador, que é informado do que e de como ocorreu. (SOUZA, 2002).

O jornalismo policial, tomando como justificativa os assuntos de interesse público, incentivam, de certo modo, a cobrança social pela resolução de crimes e diminuição da violência junto às autoridades governamentais. Contudo, para Souza (2002), com interesses estritamente econômicos, a mídia ganha dinheiro ao estimular o sensacionalismo de crimes bárbaros.

Utilizando os interesses sociais, a mídia, através do jornalismo policial, resgata a imagem de defensora dos interesses sociais e mostra-se inconformada com a crueldade, assemelhando-se ao povo e fortalecendo seu papel de formadora de opinião pública e de valores de sociais.

Erbolato (1981) considera de certa forma penosa a missão do jornalista policial, pois o profissional sabe que a sua matéria irá alcançar pessoas que estão vivendo um momento de desespero e de choque com alguma tragédia ocorrida na família.

Os fatos (policiais), em sua maioria, não podem deixar de serem publicados, porque, por sua importância e por apresentarem facetas curiosas, passam para o domínio público instantes depois de ocorrerem e poucas horas antes de o jornal rodar na madrugada seguinte. Todavia, em qualquer hipótese, deve ser adotado o critério de não se tripudiar sobre ninguém. (ERBOLATO, 1981, p. 55).

Segundo Erbolato (1981), o repórter de polícia precisa ser sagaz, agir rápido e se acostumar a presenciar cenas fortes, pois as fontes dos fatos policiais geralmente são colhidas em delegacias, prontos-socorros, hospitais e em institutos médico legais.

Devido ao grande interesse público que as reportagens policiais geram, Fuccia (2008) defende a especialização do jornalista que atua na editoria de polícia. Segundo Fuccia (2008, p. 27), “pela crescente difusão de notícias policiais e pelo interesse que elas despertam, a reportagem policial requer especialização dos profissionais, embora isso seja desejável aos jornalistas de todos os segmentos.”

2.2.3 O fascínio do jornalismo policial

A imprensa há muito tempo percebeu o interesse do público por violência e, a partir daí, utiliza a velha, mas não menos eficiente política do pão e circo. Ela prioriza o interesse do público, muitas vezes associado ao sensacionalismo, aquilo que chama a atenção e a curiosidade do espectador e que, por isso, dá audiência, em detrimento do interesse público que são as informações realmente indispensáveis dentro do contexto social em que vive o cidadão comum.

Partindo dessa política, os meios de comunicação iniciam a guerra pela audiência ou pelo aumento do número de vendas de jornais e revistas.

As batalhas ocorrem através de programas populares de televisão ditos jornalísticos, que conseguem espaços cada vez maiores nas grades de programação ou por meio de manchetes dos jornais de grande circulação.

A violência é o principal atrativo para as pessoas que gostam de um toque de morbidez nos programas que escolhem para assistir. É por isso que tantos programas policiais apelativos têm sucesso garantido na televisão.

Erbolato (1981, p. 54) explica o interesse do público pelo jornalismo policial. Ele diz que a imprensa tem uma função psicoterapêutica:

O leitor quer relaxar suas tensões e estabelecer relações primárias que não pode ter em uma sociedade de massa. A reportagem é um bálsamo para os que vivem na desorganização psicológica produzida pelo ambiente. O cidadão, ao ler o noticiário policial, identifica-se com o assassino que matou a sogra e glorifica-o e o aplaude mentalmente, porque ele, leitor, em seu subconsciente, desejaria fazer o mesmo com a mãe de sua mulher e não tem coragem.

De certa forma, o crime apaixonava. Ele infere uma relação muito estreita entre os meios de comunicação e seu público. A tendência da mídia, nessa relação, seria a de suprir os anseios do público. Desse modo, nada mais natural que a exploração do chamado mundo cão, já que o povo parece ter uma paixão mórbida pela desgraça.

Hoje, vemos nas telas dos televisores reportagens policiais recheadas de um sensacionalismo vergonhoso que busca a todo custo a lei a seu modo, sem se dar conta de que nada sabem ou nada querem saber sobre os direitos e garantias fundamentais. Se estes direitos fossem respeitados por todas as categorias e classes de nossa sociedade, certamente seríamos um povo na busca do Direito no sentido exato da palavra.

Desenvolveu-se uma nova exposição do crime totalmente diferente. Uma exposição em que o crime é glorificado, porque revela a monstruosidade dos fortes e dos poderosos, porque a perversidade é ainda uma maneira de ser privilegiado.

2.3 Análise do Discurso

2.3.1 Considerações gerais

No final da década de 60 do século XX, surgiu a análise do discurso francesa englobando três áreas do conhecimento científico: o materialismo histórico, a psicanálise e a linguística. A contribuição da psicanálise para a análise do discurso se deu no estudo do sujeito descentrado, inconsciente. O materialismo contribuiu com o conceito de sujeito assujeitado, que é constituído pela linguagem e interpelado pela ideologia. Poderemos perceber, então, que o sujeito do discurso, partindo do ponto de análise dessas perspectivas, será um sujeito que tem presente a ação da linguagem, mas de acordo com os aspectos linguísticos e históricos.

A análise do discurso veio trazer o sujeito para o centro dos estudos, quebrando e transformando o paradigma do estruturalismo europeu cheio de formalismo linguístico, onde o sujeito era excluído do processo de formação dos discursos. Ela teve seu marco inicial em 1969, com obras que tinham como objetivo saber de que forma os discursos faziam sentido partindo das condições de sua produção. Estudiosos como Cardoso (1999, p. 38) fazem menção a algumas condições de produção: “Um locutor, um alocutário, um referente, uma forma de dizer, um contexto em sentido estrito e um contexto em sentido lato”. Outros autores, como Orlandi (2000), já passam a apontar funções atinentes à análise do discurso, como a de problematizar e questionar as maneiras de ler, tendo como certeza a inexistência da neutralidade mesmo no uso rotineiro de signos e códigos do cotidiano.

Uma das funções mais importantes da análise do discurso é suprir com ferramentas que possam mostrar como os discursos fazem sentido. Ela busca sempre o real sentido existente na linguagem, sem se preocupar se esse sentido está completo ou não. Analisa os textos levando em conta que o mesmo é um objeto sócio-histórico, e não apenas linguístico, e que o linguístico apenas intervém como um pressuposto.

O discurso para Orlandi (2000) é a linguagem que tece a relação existente entre o homem e a realidade social em que ele se encontra. É ainda um lugar, segundo Cardoso (1999, p.21), de investimentos sociais, históricos, ideológicos, psíquicos, por meio de sujeitos que interagem em situações concretas.

Já o sujeito pertencente ao discurso é aquele que produz o enunciado (o que é dito) e que é notoriamente reconhecido como locutor. Há autores que dizem que o sujeito está submetido diretamente à ideologia. No que diz respeito à relação entre linguagem e discurso, considerando-se a linguagem como um modo de produção social, é ela que estabelece a relação entre o linguístico e o não-linguístico. Partido daí poderemos dizer que ela passa a constituir um discurso concebido sob o enfoque sócio-histórico.

Para Brandão (2004) a linguagem é, de certa forma, um lugar de conflito ideológico, visto que a significação do discurso se apresenta em toda a sua complexidade.

Passando a analisar a relação texto e discurso Orlandi (1995) diz que o texto, do ponto de vista empírico, é estruturado em começo, meio e fim. Porém, se o texto for considerado discurso passa a ser incompleto, pois se relaciona com outros textos, com diversas condições de produção e com outros interdiscursos. Cardoso (1999) diz que a relação entre discurso e texto se dá da seguinte forma: um discurso geralmente é formado em sua concepção por vários textos, ao mesmo tempo em que um só texto é atravessado por diversos discursos.

Porém, em nosso trabalho consideraremos discurso e texto sinônimos, visto que quando um texto passa a ser analisado ele se torna um discurso, pois constitui significado.

A concepção de um texto passa por um autor, que possui identidade social e histórica, portanto situaremos o discurso como algo que compartilha a identidade do autor. Portanto, para se interpretar um texto é necessário que seja levado em conta o contexto em que o texto ou discurso está inserido. Para se atribuir sentido a um texto devem ser analisadas as realidades do autor e do receptor. Quando se leva isso para os textos jornalísticos, percebemos que o autor, o jornalista, é um sujeito construído social e historicamente e que certamente influencia o modo de concepção do texto. O leitor de uma matéria ou artigo jornalístico deve considerar as condições de produção do texto para que possa tentar interpretá-lo, assim como absorver, mas também reelaborar o seu sentido.

2.3.2 Conceitos de formações ideológicas, sociais e discursivas

As formações ideológicas refletem as posições sociais que o sujeito do discurso ocupa. Geralmente possuem o caráter conflituoso. As formações sociais são determinadas pelas classes sociais que o sujeito do discurso ocupa em um determinado momento histórico. Todo discurso é composto por formações ideológicas que, em conjunto com as formações discursivas, determinam o que deve ou não ser dito. Logicamente, não podemos deixar de observar que as formações ideológicas sofrem grande influência das relações de poder da sociedade na qual estão inseridas.

Podemos entender como formação discursiva as grandes unidades históricas constituídas pelos enunciados. Para Cardoso (1999) essas unidades históricas não são lugares totalmente herméticos, visto que nos enunciados observamos a existência de várias formações discursivas.

Elas são o mecanismo de coesão inserido no discurso. Para que possa ser concebido com tal, devem-se perceber as formações discursivas às quais ele pertence.

As formações discursivas determinam o que pode ou não ser dito em um discurso. Para Brandão (2004), as formações ideológicas determinam as formações discursivas, isto é, o que é dito em um discurso depende diretamente do contexto sócio-histórico em que o autor do discurso está inserido.

2.3.3 Os discursos presentes no discurso: heterogeneidade, intertextualidade e o interdiscurso

Não se pode cometer o equívoco de considerar o sujeito único quando se pretende estudar discursos, pois para análise do discurso todo texto é composto de vários discursos. Ele é um apanhado de vozes provenientes de outros textos, sejam elas explícitas ou não. É observando e percebendo a heterogeneidade que se constata múltiplas vozes no discurso.

Para Orlandi (1995) todo texto possui heterogeneidade em relação a vários aspectos, destacando-se as diferenças em termos de formação discursiva. Segundo ela, todo texto é composto por heterogeneidade.

O conceito de heterogeneidade remete à idéia de polifonia elaborada por Bakhtin (1988), onde o sujeito se transforma em vários outros sujeitos passando a assumir papéis distintos e a ocupar outros discursos. Assim como Orlandi (1995), Bakhtin (1988) afirma que todo discurso tem dentro de si outro discurso (1999, p.65). O que possibilita que o discurso de torne coerente são os indicadores de polifonia, pois interligam ou eximem as diferentes vozes existentes nele.

A heterogeneidade possui dois planos distintos: a mostrada e a constitutiva (ou interdiscurso para alguns autores). Como o próprio nome diz, a heterogeneidade mostrada é aquela que está explicitamente presente no discurso. Uma citação com aspas, por exemplo. A polifonia também é observada como forma de heterogeneidade mostrada, ou seja, várias vozes constituindo um só discurso. Ela se apresenta sob a forma de citações diretas ou indiretas. A citação feita de forma explícita possibilita que o enunciador atribua a outro a responsabilidade pelo discurso citado, proporcionando um distanciamento do enunciador no discurso.

Cardoso (1999) diz que a ironia também pode constituir um caso de polifonia, no instante em que o enunciador se apossa do discurso e atribui a ele um significado distinto. Pode-se incluir, assim como a ironia, a negação e o uso da pressuposição “mas” como caso de polifonia, sendo o “mas” considerado como um “operador argumentativo”, visto que permite a contraposição da perspectiva do locutor e do enunciador.

Maingueneau (1989) apresentam outras formas de heterogeneidade mostrada, como os metadiscursos, que se caracterizam no momento em que o enunciador diz a mesma coisa com outras palavras. A utilização de provérbios (verdades cristalizadas) e os enunciados

produzidos por pessoas consideradas inatingíveis também podem ser considerados formas de heterogeneidade mostrada.

Intertextualidade é a relação de textos produzidos no presente com outros existentes anteriormente. Ela pode ser classificada como implícita ou explícita. A implícita é quando o sentido do texto é baseado a partir de fontes contidas na memória do enunciador. Já a explícita é quando o intertexto é referenciado de forma clara no texto. Para Coracini (1991), todo texto resulta do encontro de uma série de outros textos produzidos por diferentes autores de diversificados grupos sociais e ideológicos e que solidificam discursos múltiplos.

O interdiscurso ou a heterogeneidade constitutiva é um discurso composto por diversas formações discursivas que trazem outros discursos pré-construídos, ou seja, outros sentidos presentes no discurso, que paralelamente se constrói e se reconstrói no novo discurso. Como afirma Cardoso (1999), os discursos podem ser reiterados e reaproveitados para construir um novo discurso por meio de vários processos, como citações explícitas ou implícitas, paródias e alusões, entre outros.

A diferença entre interdiscurso e intertexto é que este abrange fragmentos citados e presentes no discurso, já aquele permite a afirmação de que os discursos se constroem a partir de outros discursos, presentes ou não no novo discurso.

2.3.4 Os ditos e não ditos: os pressupostos e subentendidos no discurso

Quando lemos um texto, além de podermos ver o que foi dito, podemos tentar compreender o que não foi dito. Todo discurso comporta uma carga de informações que estão presentes de forma implícita, isto é significado. Essas marcas que não estão de forma aparente no texto são chamadas pressupostos ou subentendidos.

Pressuposto, segundo Fiorin e Savioli (1991), são ideias expressas de maneira não explícita, mas que o leitor tem a capacidade de perceber a partir de certas palavras ou expressões contidas nas frases. A diferença entre pressuposto e subentendido é que o último pode ser questionado, já o primeiro é sempre admitido e considerado uma verdade.

Pode-se compreender um pressuposto como um recurso argumentativo, pois o que é tido como verdade no texto a partir dele poderá ser aceito ou não pelo leitor. Para Maingueneau (2005), o que diferencia pressuposto de subentendido é que os pressupostos estão geralmente inscritos no enunciado. Portanto, alguns autores como Fiorin e Savioli

(1991) apontam algumas marcas linguísticas que identificam os pressupostos, como é o caso de alguns advérbios, verbos, orações adjetivas e adjetivos.

As informações subentendidas, ao contrário dos pressupostos, são mais suscetíveis a questionamentos do leitor, pois elas são formas de insinuações feitas pelo texto, mas de forma implícita. Geralmente possuem a função de proteger o locutor que visa passar uma informação sem se comprometer diretamente com ela.

2.3.5 Leitor imaginário: dialogismo

Na análise do discurso dialogismo é aquele leitor imaginário subentendido para quem o autor escreve o texto. Quem introduziu esse conceito foi Bakhtin (1988), quando afirmou que todo texto é construído a partir de outros textos, o que pressupõe a presença de várias vozes nos textos, chamado de polifonia.

Para Bakhtin (1988), o leitor imaginário se revela no instante em que o texto está sendo produzido. É aquele leitor que o autor imagina para o seu texto. De acordo com Orlandi (1998), ao ler um texto o leitor real já encontra um leitor constituído, com o qual necessariamente ele tem de se relacionar. Não é a mesma coisa do diálogo, pois este tem de ser constituído a partir da interação face a face.

No dialogismo existe uma suposição de interação entre o leitor real e o leitor virtual. Isso ocorre muito nos textos jornalísticos, onde existe a presença de um interlocutor virtual que já vem constituído no momento em que o texto foi produzido. É o dialogismo que permite a interação entre o leitor real e o leitor virtual. Portanto, pode-se afirmar que o leitor não interage com o próprio texto, mas com os outros sujeitos presentes no próprio texto.

Uma das maneiras para se poder ler um texto é a observação da relação existente entre os interlocutores presentes no discurso. Além disso, para se ler um texto deve-se levar em consideração as condições de produção, ou seja, toda a contextualização em que o mesmo foi elaborado, o que está implícito no texto, isto é, tudo aquilo que não está dito mas que está repleto de significado.

Outro ponto que deve ser observado, segundo Orlandi (1988), para a leitura de um texto tendo como base a análise do discurso são as relações de poder existentes. Tais relações podem certamente determinar o sentido de um texto. A posição social do interlocutor permite saber se os sentidos de seus textos possuem mais ou menos importância que um texto de outro interlocutor que ocupa posição social tida como inferior. Tais posições são estabelecidas pela

sociedade em que os interlocutores estão inseridos, levando-se em conta os aspectos históricos e ideológicos da época. Segundo Orlandi (1995), o texto também é atravessado por várias formações discursivas que podem ser verificadas através da historicidade ou, como diz Orlandi (1995), pelo seu modo de produzir sentidos.

2.3.6 Marcas linguísticas: enunciação, discurso e argumentação

A enunciação é tida como o modo encontrado pelo enunciador para constituir enunciados, que são as combinações linguísticas que produzem sentidos. Segundo Fiorin (1993, p. 80), o “enunciador é o destinador da enunciação. Pode estar implícito no enunciado ou inscrito em seu interior.” Aquele para quem é destinada a enunciação é o enunciatário. A enunciação, para Benveniste (1991), é a atividade linguística de alguém que fala no momento em que fala. De acordo com o autor, é possível se detectar as marcas linguísticas em cada enunciado que evidencia o sujeito. Benveniste (1991) baseia a sua teoria da enunciação no sistema pronominal, fazendo a diferença entre os pronomes da pessoa (1ª e 2ª) e dos da não-pessoa (3ª). Para ele, os pronomes da não-pessoa são os referentes da interlocução dos pronomes da pessoa.

A teoria da enunciação, segundo Koch (1997, p. 13),

tem por postulado básico que não basta ao lingüista preocupado com questões de sentido descrever os enunciados efetivamente produzidos pelos falantes de uma língua: é preciso levar em conta, simultaneamente, a enunciação. Isso porque as condições de produção são constitutivas do sentido do enunciado: a enunciação vai determinar a que título aquilo que se diz é dito.

Ainda segundo a autora, corroborando a ideia de Benveniste (1991), o enunciado traz marcas que nos deixam ver como o discurso foi produzido. São marcas que permitem a busca de pistas para o entendimento e compreensão do discurso. As marcas que são identificadas no enunciado, segundo Maingueneau (2005), dão base à situação de enunciação. Para ele, a enunciação é oposta ao enunciado, já que o autor vê o enunciado como sendo uma “marca verbal do acontecimento que é a enunciação.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 56).

Bakhtin (1988) lançou a ideia de polifonia partindo de uma crítica ao objetivismo abstrato. De acordo com o estudioso, não se pode considerar o ser humano fora das relações que o ligam aos outros. A polifonia seria parte integrante das enunciações. O conceito de enunciação proposto por Bakhtin (1988, p. 112) é que ela “é o produto da interação de dois

indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor”.

Partindo das ideias de Bakhtin (1988), Ducrot (1987) criou a teoria polifônica. Contudo, ele considerou suas análises sobre textos, e não sobre enunciados que constituem esses textos. Segundo Ducrot (1987), a enunciação é o acontecimento que se constitui a partir do aparecimento de um enunciado. Ducrot (1987) entende que existe a necessidade de diferenciar os sujeitos que dão origem à enunciação entre os diversos sujeitos, os locutores e os enunciadores.

Ducrot (1987) se refere diretamente ao conceito de sujeito ao fazer uma distinção: ele diferencia o sujeito falante, isto é, aquele que realmente produz a enunciação daquele que se representa no próprio enunciado como locutor. Quanto ao enunciador, para o autor ele é apenas um ponto de vista, já que Ducrot (1987) o coloca com uma voz que se expressa no enunciado, mas somente por meio da voz do locutor, ou seja, o enunciador.

O jornalista quando utiliza um discurso indireto como: “O governador irá realizar mais concursos públicos”, vê-se que ele (jornalista), no mesmo instante que incorpora o discurso do governador, afasta-se dele, tirando de si a responsabilidade na produção do discurso, construindo, assim, a polifonia. Presume-se a existência de mais de um enunciador representado por visões da esfera social, os quais dizem que a quantidade de concursos públicos realizados é insuficiente e, que por conta disso o governador realizará mais.

Neste trabalho esses pontos de vista são considerados como formações discursivas que apontam o caráter heterogêneo da linguagem e que certamente determinam o que pode ou não ser dito em um discurso. (BRANDÃO, 2004). Adotaremos, neste trabalho, os conceitos de enunciação, enunciado e locutor.

Os textos jornalísticos primam pela objetividade, clareza e imparcialidade, pois são palavras de outros sujeitos, sendo-lhes vetadas expressões em primeira pessoa, exceto em alguns casos, como editoriais e artigos opinativos. O jornalismo faz, ao mesmo tempo, a representação e a construção de uma realidade que gera influência direta na vida dos indivíduos. A linguagem é que gera essa representação através da sua relação com o contexto social. Os sentidos, então, são criados através da interação desses fatores com os indivíduos. “A Análise do Discurso vai, à medida que estuda os elementos discursivos, montando por interferência a visão de mundo dos sujeitos inscritos no discurso”, segundo Fiorin (1993, p. 71).

Segundo Pinto (2002), os argumentos que são usados num discurso qualquer são tirados de discursos que existiam anteriormente e que já haviam funcionado bem.

Determinamos os argumentos e as visões de mundo nos discursos através das marcas linguísticas da argumentação ou da enunciação, que Koch (1997, p. 29) define como “mecanismos que permitem indicar a orientação argumentativa dos enunciados.” Tais marcas mostram como o enunciador constrói o seu discurso visando à atuação sobre o enunciatário. Elas estão divididas em operadores argumentativos, marcadores de pressuposição, índices de modalidades, índices de atitudes, tempos verbais e índices de polifonia.

Independentemente da natureza do texto, as marcas linguísticas de enunciação são importantes para a interpretação dos mesmos. Elas permitem a compreensão, até certo ponto, da intenção ou objetivo de quem enuncia, visto que o enunciador pode ser enganado pelo seu próprio discurso. Pinto (2002, p. 56) afirma que as pistas ou marcas deixadas no processo de geração de sentidos interpretadas pelo analista dependem do contexto. Isto quer dizer que nem sempre uma mesma marca encontrada em discursos diferentes tem, necessariamente, a mesma interpretação.

Koch (1997) estabeleceu marcas linguísticas que permitem que se discuta a intencionalidade do enunciador. Elas podem ser observadas na relação existente entre o texto e a sua enunciação. As pressuposições marcadas são utilizadas no enunciado com o caráter de validação dos sentidos. Elas podem ser identificadas através de:

Verbos que indicam mudança de estado (ficar, permanecer, deixar de, continuar, começar a, passar a, tornar-se). Exemplo: Carlos **passou a** dançar merengue, o enunciado pressupõe que Carlos não dançava merengue. Ele podia até dançar outro ritmo musical, mas merengue certamente ele não dançava;

Verbos que são complementados pela enunciação de algo (verbos de estado psicológico). Exemplo: **Odeio** a demora da Maria, pressupõe que Maria sempre ou vez por outra costuma atrasar em seus compromissos.

Determinados conectores de circunstâncias (desde que, depois que, visto que, antes que). Exemplo: **Depois que** ficou rico, Paulo não fala mais com os amigos. Pressupõe que Paulo não era rico e que falava normalmente com os amigos antes disso.

A partir de Ducrot (1987), surgiram operadores argumentativos com o objetivo de mostrar que a argumentação não é limitada a uma sequência lógica e que a linguagem que a manifesta não é transparente. Isto é, o enunciado é composto de vários pontos de vista, resultado da junção de várias vozes.

Para Koch (1997), os operadores argumentativos têm a função de indicar a direção apontada pelo enunciado. Eles são divididos em:

Operadores que determinam se um argumento é mais forte que outro, indicando uma conclusão: até, até mesmo, inclusive, mesmo, no mínimo, pelo menos. Exemplo: A festa foi ótima, todos compareceram: o *office boy*, o supervisor, o gerente e **até mesmo** o dono da empresa. O grau de força da argumentação cresce gradativamente do *office boy* para dono da empresa, o que conclui que a festa foi ótima em virtude da participação de todos.

Operadores que, se empregados juntos, beneficiam uma determinada conclusão: e, também, ainda, nem, mas também, não só, tanto como, além de. Exemplo: Paulo é um bom empregado: chega na hora, não falta e não enrola no serviço. O uso do **aliás** como um operador que beneficia a conclusão, resume os argumentos passados e estabelece o argumento decisivo no enunciado. Exemplo: Paulo é um bom empregado: chega na hora, não falta e não enrola no serviço. **Aliás**, é o único que faz isso.

Operadores que explicam uma conclusão relativa a argumentos apresentados anteriormente pelo uso do por conseguinte, portanto, logo, em decorrência, pois, conseqüentemente. Exemplo: No Ceará, o sistema de educação está falido, os hospitais estão abandonados, o salário é baixo e a moradia escassa. **Portanto**, não se pode dizer que as condições sociais no Estado estão entre as melhores do País.

Os operadores que recebem uma relação de alternância entre os argumentos: ou, ou então, quer... quer, seja... seja, etc. Exemplo: Vamos juntos ao cinema. **Ou** você acha melhor ir ao teatro?

Operadores que permitem comparações: mais que, tão... como, menos que. Exemplo: Vamos contratar o DJ Lúcio para a festa. O Dj Airton é **tão** bom **quanto** o Lúcio.

Operadores que justifiquem ou expliquem um enunciado anterior: porque, já que, que, pois etc. Exemplo: Traga sua roupa de banho, **porque** iremos à praia amanhã.

Operadores que evidenciam conclusões opostas: mas, porém, contudo, no entanto, todavia, apesar de. Exemplo: João é um excelente funcionário, **porém** haverá corte de gastos na empresa e ele será demitido.

Operadores que identificam pressupostos: já, ainda, agora. Exemplo: O noivo **ainda** não chegou à igreja. O pressuposto é de que ele já deveria ter chegado.

Operadores que funcionam, um como afirmação, e outro como negação. São eles: um pouco e pouco, que conforme o contexto modifica o enunciado. Exemplo: Será que Lúcia passa na prova? Ela estudou pouco. (Provavelmente não passará) - Ela estudou um pouco. (Tem possibilidade de passar).

Os principais modalizadores que identificam o que está sendo dito são: necessário, possível, duvidoso, certo, incerto, obrigatório, facultativo. Eles também podem ser representados por alguns advérbios ou locuções adverbiais, verbos auxiliares mais o infinitivo e alguns verbos modais. Os índices de atitudes determinam o estado psicológico em que o enunciador se encontra. São, em geral, advérbios, de modo que remetem a um estado psicológico. Podem também ser adjetivos que conferem um caráter avaliativo aos enunciados. Exemplo: **Melancolicamente** declarei o meu voto.

Os tempos verbais possuem a característica de identificar tanto o mundo narrado quanto o comentado. No primeiro, há um distanciamento com o objetivo de não comprometer o enunciador com o que foi dito. Já no segundo o enunciador se apresenta como responsável pelo que diz. Autores com Weinrich (1964) apud KOCH (2004) identificam o mundo comentado através dos verbos empregados no presente, futuro do presente e todas as locuções verbais resultantes desses tempos. O mundo narrado é representado pelos verbos nos pretéritos perfeitos, mais-que-perfeito, pretérito perfeito, futuro do pretérito e seus derivados.

Koch (1997) faz observações em relação aos verbos nas manchetes de jornais, que, segundo ela, estão no presente por se tratarem do mundo comentado, mesmo que o fato noticiado já tenha acontecido. A autora diz que se houver a utilização de um tempo do mundo comentado em um texto do mundo narrado, isso significa menor comprometimento, distância, irrealidade, cortesia. Para Koch (1997, p. 60), “a pretensa neutralidade de alguns discursos é apenas uma máscara, uma forma de representação (teatral).” Cabe então ao analista encontrar e estabelecer uma relação entre os fatores em busca de uma possível “verdade” dos sentidos.

3 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS PRODUZIDAS PELO JORNAL O POVO SOBRE O CASO “MEL”

3.1 Considerações Gerais

O material a ser analisado são notícias referentes às ações criminosas de Ednaldo Evangelista da Cunha, o “Mel” e seu bando, veiculadas nas editoriais “Fortaleza” e “Ceará” do jornal O Povo, no período compreendido entre 16 de janeiro a 31 de março de 2007. A escolha desse material se deu em virtude da grande repercussão das ações do “Mel” e seu bando, que, a partir de então, passou a ser conhecido como “matador de policiais”. Ele foi personagem principal na manchete de primeira página do jornal por duas vezes em um espaço de onze dias. Portanto, o material em análise trata-se da veiculação de notícias sobre o avanço das ações criminosas de um homem e seu bando no Interior do Estado do Ceará.

Porém, ao iniciar a análise propriamente dita é preciso compreender conceitos essenciais de diagramação e seus elementos gráficos, considerados, em qualquer análise, parte integrante do texto, portanto do discurso, já que passam a constituir sentido e condições de produção textual e discursiva.

O jornal usa a diagramação como um dos elementos básicos que visam a persuadir o leitor, pois a diagramação é a distribuição dos elementos gráficos que constitui a página de um jornal, feita de forma atraente e harmônica. Com ela são articuladas técnicas e discursos que, por vezes, de forma consciente ou inconsciente, influenciam a maneira de se ler o texto, já que também produzem significado. O discurso produzido pela diagramação é chamado discurso gráfico, que tem como objetivo organizar a percepção do leitor durante a leitura. (SILVA, 1985). Percebe-se, portanto, que ao se ler um jornal são feitas duas leituras: uma gráfica e outra textual, que se completam na construção de um possível sentido.

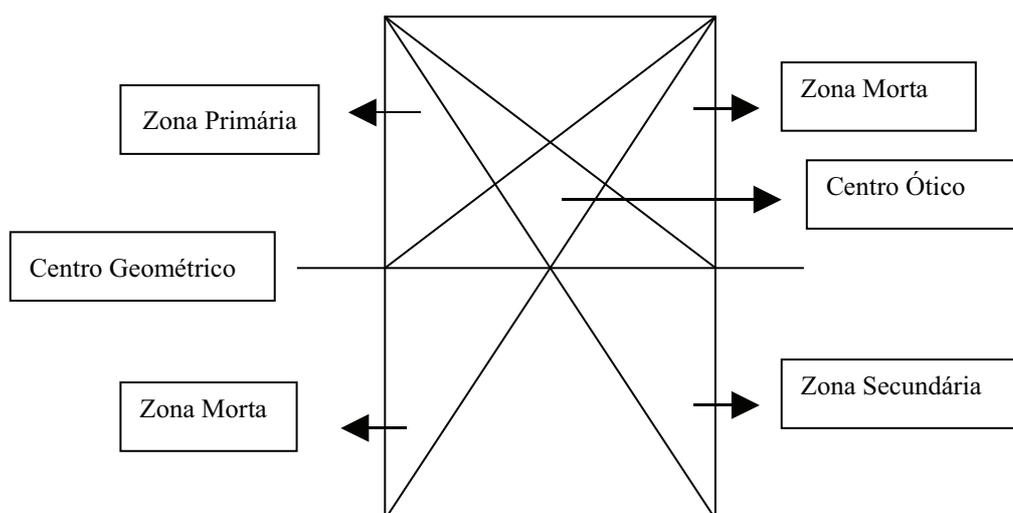
Não é apenas a organização do texto na página do jornal que é considerada diagramação. A utilização de infográficos, de fotos e a hierarquização das matérias por ordem de importância também constituem aspectos da diagramação.

O título principal de um jornal é a manchete. Nela está o assunto considerado de maior importância veiculado no jornal naquela data, portanto, nos jornais diários apenas encontramos uma manchete. Porém, no início de cada matéria encontramos um título que de forma resumida apresenta o assunto e chama a atenção do leitor para o texto. Além dos títulos no início das matérias, encontram-se os subtítulos e antetítulos. Os subtítulos, sutis ou linhas de apoio, vêm logo abaixo do título principal e sua função é introduzir o assunto,

completando a informação que traz o título. Já o antetítulo é uma pequena palavra colada acima do texto principal com o objetivo de referenciar o assunto da matéria que vem a seguir.

Nos jornais existe um espaço destinado em cada página para aplicação da arte, que são as fotografias, os infográficos, as charges e as ilustrações. Analisando as fotografias, elas sempre vêm acompanhadas de legendas e dos créditos de quem as produziu. As que supostamente podem chamar mais a atenção do leitor são colocadas nas páginas principais do jornal. Porém, sua função vai além de despertar atenção pelo aspecto visual. Elas complementam o texto, deixando a matéria mais rica e repleta de informações. Os infográficos são esquemas visuais, como gráficos ou sequências de ações de uma situação qualquer. As charges são desenhos que, via de regra, possuem um tom cômico voltado para a sátira de alguma personagem ou situação.

Outro elemento gráfico que existe no jornal é o *box* ou caixa. Esse elemento é um espaço incluído no texto, geralmente em formato retangular, que possui a função de explicar algo que foi dito dentro do próprio texto, como um conceito, o significado de uma palavra ou uma curiosidade sobre o assunto abordado. Outro elemento que não é tão importante para o texto jornalístico em si, mas que influencia diretamente na diagramação do jornal é o anúncio (espaços para publicidade). A página impressa é dividida em zonas de visualização que teoricamente auxiliam na melhor distribuição dos elementos no jornal. Elas são baseadas na forma de leitura instituída culturalmente.



Fonte: Dines (1974).

Na cultura ocidental lê-se da esquerda para a direita na horizontal, portanto o diagramador terá de se preocupar em dispor de forma organizada os elementos gráficos que sejam atraentes para o leitor nas zonas mortas e no centro ótico e geométrico da página.

3.2 Contextualização

No final do ano de 2006 e no início do primeiro semestre de 2007, crimes de assaltos seguidos de morte, com características muito parecidas, passaram a ocorrer na Região Metropolitana de Fortaleza (bairro Siqueira II, Maracanaú, Alto Alegre, Pajuçara) e em Canindé. Tais crimes passaram a ser investigados pela polícia, que atribuiu os fatos a uma quadrilha de criminosos cujo suposto líder seria Ednaldo Evangelista da Cunha, o “Mel”.

A polícia, então, passou a realizar ações para tentar capturar “Mel” e seu bando, que começaram a ganhar notoriedade como bandidos cruéis que tinham como principal característica reagir às investidas da polícia. Muitos crimes que estavam ocorrendo na região foram sendo atribuídos a “Mel” e seu bando, dando ainda mais fama aos criminosos. O grupo passou a ser perseguido incessantemente e cada integrante foi sendo preso ou morto.

A ousadia e a crueldade foram as principais características que marcaram as ações de “Mel”. Ser acusado da morte de quatro policiais, de inúmeros assaltos, extorsão mediante sequestro, formação de quadrilha e escapar de cercos policiais intensos renderam a Mel a fama de bandido mais procurado do Ceará, passando ser conhecido como “matador de policiais”.

A cada assalto atribuído a Mel e seu bando, como cada captura de integrante do grupo, a imprensa realizava a cobertura e consolidava a figura dele como sendo o bandido mais procurado no Estado, porém ele tinha a capacidade de continuar fugindo dos cercos policiais sem deixar rastro.

Segundo os jornais a serem analisados a seguir, Mel possuía um comparsa no grupo que era considerado o seu “braço direito”: Ezequiel Rodrigues, o “Kel”. Ele foi preso em um cerco policial que teria sido o principal passo para a desarticulação da quadrilha.

No dia 29 de março de 2007, “Mel” foi morto pela polícia com dois tiros em um cerco policial na cidade de Canindé, próximo à casa de seus pais. Após a ação policial e a morte do bandido, a notícia se espalhou pela cidade causando um grande alvoroço, inclusive no enterro de “Mel”, que foi acompanhado por centenas de pessoas da região.

3.3 Análise das Matérias Jornalísticas

Em meio ao acontecimento de crimes de assalto seguidos de morte na Região Metropolitana de Fortaleza e na região de Canindé, através das editorias “Fortaleza” e “Ceará”, o jornal O Povo fez a cobertura dos fatos, objetivando o esclarecimento da população sobre os crimes. Coberturas como essas certamente já foram realizadas anteriormente pelo jornal, até de forma corriqueira, visto que assaltos e homicídios são uma constante na cobertura do jornalismo policial.

Esse caso foi escolhido por ter tido grande repercussão na mídia local, pois o personagem central dos acontecimentos, Ednaldo Evangelista da Cunha, o “Mel”, passou a ser visto como um bandido muito perigoso em virtude de seus crimes cometidos contra policiais que tombaram em confronto com o marginal. “Mel” passou a ser chamado de “matador de policiais”, sendo inclusive, em comentários, comparado ao cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, o “Lampião”.

As ações do bandido causaram grande temor na população, gerando um sentimento de insegurança e medo, principalmente naqueles que frequentavam ou moravam na região onde “Mel” costumava agir. A polícia do Estado montou uma série de operações para prender o assaltante a fim de evitar mais crimes contra a população e, acima de tudo, contra policiais.

O objetivo desta pesquisa é verificar, através de análise, como foi construído o discurso do jornal O Povo sobre o caso, observando a intencionalidade do jornal em discutir o caso como um problema de segurança pública através da voz do locutor, autor da enunciação, em cada texto. Durante a análise, o locutor neste trabalho será identificado pela letra L. A intencionalidade contida nos textos permite observar a posição ideológica assumida pelo jornal, que será verificada através das marcas linguísticas de argumentação.

Serão analisadas seis intervenções (notícias, coordenadas) produzidas pelo jornal a respeito do caso, que na maioria das vezes apareceram na editoria “Fortaleza”. O que pretendemos através de cada recorte do texto e da relação entre este e o discurso gráfico apresentado no jornal, é perceber os processos ideológicos na construção de discursos que incorporam o jornalismo policial e um problema de segurança pública. Buscamos, com o trabalho, identificar a constituição da subjetividade do locutor, além das expressões de subjetividade expressas por outros locutores inseridos no discurso e o que essas subjetividades significam junto ao leitor do jornal. Comentaremos, também, a diagramação e a utilização de

infográficos nas páginas das matérias analisadas, interligando os conceitos de discurso gráfico aos conceitos de jornalismo policial e discurso.

A utilização da metodologia da análise do discurso nos permitirá observar e compreender as posições ideológicas presentes no discurso do jornal O Povo sobre o caso. A análise de cada texto será feita separadamente e também serão realizadas articulações com o conjunto discursivo, os textos, percebendo os processos argumentativos presentes neles.

3.3.1 Texto I – “Presos suspeitos de integrar o bando de Mel”

O jornal O Povo é um jornal standard, cuja disposição dos textos é feita em seis colunas. O texto em questão foi publicado no dia 16 de janeiro de 2007 e está disposto na última coluna do lado direito da página nº 2. O texto não apresenta foto, possui tamanho razoável se comparado aos outros textos da página, que é destinada a notícias curtas e rápidas, denominadas “Últimas”, voltadas aos últimos acontecimentos colhidos antes do fechamento do jornal.

Em relação a zonas de visualização, o texto está disposto no limite entre a zona morta e a zona secundária. O antetítulo está grafado em azul e inserido em um *box* retangular, o que constitui um pequeno atrativo para o leitor. A matéria disputa a atenção na página com uma coluna tradicional do jornal, a “Vertical”, com um *box* denominado “Notícias da hora”, uma notícia internacional, duas notas pagas, um convite de sepultamento e de missa de sétimo dia. O título está disposto em três linhas e não vem acompanhado de subtítulo.

Percebe-se, pela disposição da matéria na página do jornal, que podem ter ocorrido duas situações para a nota ter sido diagramada em uma zona de visualização não tão atraente: não ter existido grande interesse na prisão de homens suspeitos de integrarem o bando de “Mel” ou não ter havido tempo de levantar maiores dados sobre o fato, para que a matéria ocupasse um espaço considerável no jornal.

No título da matéria, “Presos suspeitos de integrar o bando de Mel”, o termo “suspeitos” transmite ao leitor a ideia de incerteza sobre a real participação dos homens no bando de “Mel”, pois se houvesse a real certeza o título seria: “Presos integrantes do bando de Mel.”

Pode-se constatar tal incerteza na utilização do verbo integrariam (mundo narrado) logo na primeira linha no primeiro parágrafo do texto. Embora ele venha precedido do verbo prender, que da forma como foi empregado transmite a certeza do fato (“A polícia

prende na noite de ontem...”), o verbo **integrar** leva o leitor a criar uma ideia de suposição: “A polícia prendeu na noite de ontem dois homens que **integrariam** a quadrilha do latrocida...”

O texto poderia ser escrito da seguinte forma e conservaria a mesma ideia: “A polícia prendeu na noite de ontem dois homens que **supostamente integram** a quadrilha do latrocida...” Portanto, neste caso, o verbo tendo sido utilizado no futuro do pretérito demonstra a falta de certeza a respeito da participação dos homens presos.

Ainda no primeiro parágrafo refere-se a “Mel” como “matador de policiais”: “... o Mel, **conhecido como matador de policiais** e assaltante...”. Porém, ao utilizar a expressão “conhecido como” exime o jornal de ter criado tal jargão.

Observamos que L incorporou outras vozes já existentes para atribuir a referência a Mel, isto é, ao mesmo tempo em que assume o discurso distancia-se dele, não sendo diretamente responsável pelo mesmo, constituindo, assim, um caso de polifonia. A veiculação de tal apelido, de certa forma, passa ao leitor o fortalecimento da ideia de que Mel é realmente conhecido como matador de policiais, além de ser assaltante de passageiros de ônibus. Portanto, podemos observar aí a presença do interdiscurso ou heterogeneidade constitutiva, que permite que o discurso produzido e pré-construído seja tomado como verdade.

Com o emprego do verbo “integrariam”, o primeiro parágrafo do texto não traz nenhuma informação fidedigna ou fonte que comprove a ligação dos presos com o bando de “Mel”. O parágrafo apenas informa que os homens foram detidos após assaltar um mercadinho, algo comum a assaltantes. Portanto, o primeiro parágrafo deixa incerteza para o leitor: por que os presos são suspeitos de integrar o bando de “Mel”?

O segundo parágrafo é iniciado com a utilização do verbo “estavam”, que pelo tempo verbal corresponde ao mundo narrado. Logo em seguida detectamos o emprego do advérbio “ainda”, que sinaliza para ao leitor a materialidade do crime, além de um pressuposto: “os dois criminosos estavam em um veículo, **ainda** com produtos do estabelecimento comercial, quando foram abordados por policiais militares”...

O termo “ainda” está significando a expressão “até aquele momento”, o que atribui a prática do delito aos homens presos, pois até então estavam com o produto do roubo, isto é, a materialidade do crime. O termo pressupõe que a polícia agiu de forma rápida, pois os criminosos não tiveram sequer tempo de repassar a mercadoria roubada, visto que “ainda” foram presos de posse dela.

Prosseguindo com o segundo parágrafo, encontramos no início do segundo período o trecho “por medida de segurança”, que constitui um trecho explicativo da prisão dos

criminosos. Em contraponto ao primeiro parágrafo, esse trecho dá margem para o leitor criar uma ideia de que os bandidos são mesmo perigosos e pertencentes à quadrilha de “Mel”, já que a autoridade policial tomou a decisão de deixá-los presos em uma delegacia especializada de Fortaleza, quando o rotineiro seria encarcerá-los na delegacia da área onde ocorreu o crime.

No terceiro período, L emprega o termo “segundo” para atribuir à autoridade policial a informação que apresentará em seguida e assim se descomprometer com o discurso. Mais uma vez, como é característica dos textos jornalísticos, principalmente notícias e reportagens, L se utiliza de outro locutor para constituir outra voz no texto: L1. Ao qualificar o delegado, titular da delegacia especializada, o locutor confere ainda mais importância à outra voz no discurso.

Porém, mesmo na voz de L1, a utilização do verbo seria (futuro do pretérito) também acarreta incerteza. Mas agora é em relação à função de um dos presos no bando de “Mel”. Vejamos: “Segundo o titular da especializada, delegado Andrade Júnior, Naldo **seria** o homem que dirige para quadrilha”. Se L1 tivesse a certeza dos fatos diria: “Naldo **é** o homem que dirige para a quadrilha”. Portanto, observamos que até outra voz trazida para legitimar o discurso de L1 utiliza o mundo narrado.

No terceiro parágrafo o termo “baixas” tem o sentido de perdas, no instante em que o L afirma que dois dos integrantes da quadrilha foram mortos em confronto com a polícia. O termo “baixa” remete ao leitor a ideia de que o bando é militarmente organizado, já que tal termo é mais associado às organizações militares quando tem seus soldados mortos em confronto. Somente no final do terceiro parágrafo é que o mundo comentado aparece no texto através do verbo “atua” utilizado por L quando faz referência à voz da polícia (L1) inserida novamente no discurso.

Observa-se que o texto atende as normas de produção jornalística, podendo ser considerado jornalismo policial. Ele tem o objetivo de informar o leitor rápida e objetivamente sobre o fato. No entanto, ele peca na questão da averiguação da informação precisa, ficando na suposição da verdadeira realidade dos fatos, que só será desvendada após a investigação policial acerca dos componentes da quadrilha.

3.3.2 Texto II– “Comerciante assassinado e delegado é baleado”

O texto a ser analisado foi veiculado no dia 3 de fevereiro de 2007. Está disposto em quatro colunas do lado esquerdo da página nº 3, na editoria Fortaleza. O texto apresenta ilustração que explica a sequência dos fatos narrados na matéria, sendo o de maior expressão visual na página. O assunto também se desdobra em uma coordenada disposta ao lado da matéria principal, constituída em duas colunas. O texto principal disputa a atenção do leitor com uma tabela de previsão do tempo para o Estado do Ceará e anúncios publicitários, dispostos no alto e na parte de baixo da página, respectivamente.

Sobre as zonas de visualização, o texto está disposto essencialmente na zona primária, o que demonstra prioridade da matéria em relação aos anúncios, tabela de previsão do tempo e coordenada. O infográfico, principal elemento atrativo, está disposto no centro óptico da página. Ele é apresentado em formato de tiras de quadrinhos e ilustra a sequência dos fatos da ocorrência, tendo abaixo de cada quadro uma sucinta explicação da cena. Esse artifício tenta suprir a ausência de fotos e objetiva reconstruir a realidade dos fatos para melhor informar o leitor.

Logo abaixo do quadro temos um pequeno texto onde os tipos estão grafados em roxo, sendo mais um atrativo visual, já que, além da cor e da disposição do mesmo, seu conteúdo traz uma informação relevante sobre a não-participação de “Mel” no assalto. O título possui três linhas e vem acompanhado de subtítulo. O intertítulo está grafado com tipos também em roxo, constituindo um elemento a mais para atrair o leitor.

No título do texto, observa-se a utilização do mundo comentado com a utilização do verbo *ser* no presente do indicativo: “Comerciante assassinado e delegado é baleado”, técnica utilizada no jornalismo para chamar a atenção logo no título da matéria. Observa-se também que o verbo *ser* é suprimido quando L fala do comerciante assassinado, deixando, por questão de estilo, para empregar o verbo apenas uma única vez na frase, já que o conectivo *e* transmite a ideia de o verbo *ser* tanto para o comerciante quanto para o delegado: “Comerciante é assassinado e delegado é baleado”.

O subtítulo apresenta os verbos no passado, caracterizando o mundo comentado. Ele complementa a informação do título e aguça ainda mais a curiosidade dos leitores sobre o caso. Na passagem “uma terceira pessoa, que estava no carro das vítimas, **só** não foi baleada **porque** se escondeu”, percebe-se que o emprego do termo “**só**” passa a ideia ao alocutário de que essa pessoa poderia ter sido baleada por se encontrar dentro do carro no momento da ação

criminosa, porém não o foi porque se escondeu, fortalecendo a ideia do uso do operador “porque”, utilizado para justificar ou explicar um enunciado anterior: “Uma terceira pessoa só não foi baleada, mesmo estando dentro do carro, **porque** se escondeu”. Verificamos, então, que o “porque” está explicando o motivo pelo qual a pessoa, mesmo estando dentro do carro, não foi baleada. Ela simplesmente se escondeu.

No primeiro parágrafo do texto, assim como nos demais, os verbos empregados pertencem ao mundo narrado, com poucas exceções, principalmente no segundo parágrafo. Exemplos: “Ele **está** internado no Instituto Doutor José Frota, **mas** não corre risco de morte; policiais civis e militares **estão** realizando diligências em toda a região”. Observa-se nesse trecho o uso do “**mas**”, que é um operador argumentativo, utilizado com o objetivo de contrapor as ideias de “internado” a de “não correr risco de morte.”

No primeiro parágrafo já se percebe claramente o envolvimento do autor com o fato ao narrar o crime. Ele diz que a viagem das vítimas “foi interrompida de **maneira trágica**”. Usando essa expressão ele tenta influenciar o leitor para que o mesmo compartilhe da sua percepção. Bastaria ao L ter dito que a viagem foi interrompida por um assalto. Se isso é trágico ou não, cabe ao locutário mensurar.

No decorrer do texto, L utiliza outras vozes para confirmar o seu discurso através dos termos “como disse”, “conforme”, “contou”, usando aspas (heterogeneidade mostrada), como se pode ver claramente no terceiro e quarto parágrafos.

Nesse texto, a análise do quinto parágrafo contribuirá mais substancialmente com nosso trabalho. Logo de início, com o discurso indireto o locutor (L) diz: “O cabo PM Antônio Azevedo descartou a versão que logo se espalhou na região”. Neste caso, ao mesmo tempo em que ele toma para si o discurso do Cabo PM (L1), afasta-se dele, eximindo-se da responsabilidade em ter produzido o discurso, constituindo uma polifonia. Em seguida, diferentemente do primeiro texto analisado, o locutor não classifica ou atribui a “Mel” a condição de matador de policiais, mesmo podendo fazê-lo com base em outros discursos já existentes e consolidados.

Ele usa o termo “acusado” de matar policiais, corroborando, de certa forma, a afirmação do Cabo PM que descarta a participação de “Mel” na tentativa de assalto.

Prosseguindo, L utiliza mais uma vez a voz do Cabo PM (L1) para se eximir do discurso narrado, fazendo uso das aspas (heterogeneidade mostrada), sem interferir na ideia do policial: “Ele **já** é um **mito**”, disse o militar. No discurso do PM, o uso do **já** constitui marcador de pressuposição, ao mesmo tempo em que enfatiza o discurso de que Mel é um mito. O uso do verbo **é**, no presente, indica o mundo comentado pelo PM. No entanto, o termo

mito, da forma como foi dito, pode transmitir ao leitor a ideia de que Mel está ganhando notoriedade, sem fazer *jus* a ela, até mesmo porque, em seguida, L1 argumenta que o assassino “**somente**” atua em estradas carroçáveis no sertão de Canindé: “Mel **somente** age em estradas carroçáveis, no sertão de Canindé”. O emprego do termo **somente** traz a carga semântica de total exclusão da participação de “Mel” e seu bando no crime narrado por L, visto que o assalto seguido de morte aconteceu em uma BR, local onde “Mel” não costumava agir.

A matéria traz, também, uma coordenada, disposta em duas colunas, com o título “Assalto ou Vingança?”, onde L tenta polemizar a ação dos bandidos. Para este trabalho nos ateremos à análise do primeiro parágrafo.

No quarto período do primeiro parágrafo o locutor utiliza o termo “embora”, classificado um operador que contrapõe argumentos evidenciando conclusões opostas: “**Embora** tenha sido cometido na área de atuação da quadrilha do assaltante Ednaldo Evangelista da Cunha, o “Mel”, o delegado **acha pouco provável** que ele tenha participado do crime.” Percebe-se que neste trecho L tentou passar a ideia ao alocutário utilizando-se de maneira indireta do discurso de L1(delegado) para se eximir da informação (polifonia) de que a quadrilha de “Mel” não participou do assalto, mesmo tendo ocorrido em sua área de atuação.

Constata-se tal ideia com o emprego dos moderadores **pouco** e **provável**, acompanhados do verbo achar que, neste caso, funcionam como uma afirmação, porém sem apresentar certeza absoluta do que está sendo dito. Isso vem a se confirmar com o discurso do delegado no período seguinte (heterogeneidade mostrada), senão vejamos: “**Não descarto a possibilidade, mas** a abordagem feita com três homens é bem diferente da realizada pelo Mel, que ataca sempre com **pelo menos** nove homens”, explica. Percebe-se que mesmo não descartando a possibilidade da participação de “Mel” no assalto, L1 utiliza o operador argumentativo “mas” para evidenciar a conclusão oposta ao argumento que ele mesmo colocou, ou seja, o não-descarte da atuação de Mel. Essa argumentação é feita com base no modo de atuação de Mel, que é diferente do que foi executado, segundo o próprio L1. O delegado emprega ainda o operador *que*, responsável para justificar ou explicar o enunciado anterior: “[...] abordagem feita é bem diferente da realizada pelo Mel, **que** ataca sempre com pelo menos nove homens”.

O texto atende as normas de produção jornalística, podendo ser considerado jornalismo policial. Ele tem o objetivo de esclarecer o leitor sobre a ocorrência, mas questiona e levanta a discussão sobre a atuação de “Mel” na região e a sua possível

mitificação, destacando que provavelmente ele não tenha participado do assalto. O texto não questiona nem cobra ações da polícia voltada para conter os crimes de “Mel”.

3.3.3 Texto III – “Kel é preso e polícia fecha cerco a Mel” e “um dos bandidos mais procurados”

O terceiro texto foi publicado no dia 18 de março de 2007 e está disposto em quatro colunas do lado direito da página nº 2 e é matéria de capa do jornal. A manchete de capa está disposta em duas linhas, tendo logo abaixo um intertítulo grafado com tipos em vermelho e um subtítulo que resume o assunto da notícia.

O texto não apresenta foto e é destaque na página do jornal denominada “Últimas”, destinada às notícias curtas e rápidas referentes aos últimos fatos do dia. Abaixo do texto principal está disposta uma coordenada inserida em um *box* retangular de cor bege, conservando a mesma diagramação da matéria principal.

Em relação a zonas de visualização, o texto está disposto no limite entre a zona morta e a zona secundária, passando tanto pelo centro geométrico como pelo centro ótico da página. O intertítulo está grafado em azul, localizado bem no centro ótico, o que constitui um atrativo para o leitor. A matéria disputa a atenção do leitor na página com uma coluna tradicional do jornal, a “Vertical”, com um *box* denominado “Notícias da hora”, uma notícia de política nacional e duas propagandas. O título está disposto em duas linhas e vem acompanhado de subtítulo.

Percebe-se que, ao contrário do primeiro texto analisado neste trabalho, esta notícia obteve um destaque visual mais significativo, inclusive tendo chamada na capa, o que a tornou mais atraente ao alocutário. Após algumas ações criminosas atribuídas a “Mel”, os meios de comunicação passaram a ter grande interesse na prisão de homens suspeitos de integrarem o seu bando, principalmente o “Kel”, seu braço direito. Porém, assim como na primeira matéria, embora L tenha conseguido levantar maiores dados e informações sobre o fato, presume-se que este também ocorreu próximo ao horário de fechamento do jornal, sendo as informações dispostas na página denominada “Últimas”, não ganhando, portanto, maior espaço na editoria “Fortaleza” ou “Ceará”, mesmo sendo matéria de capa.

No título os verbos utilizados pertencem ao mundo comentado, técnica amplamente utilizada no jornalismo para atrair a atenção e o interesse do leitor. O título não se prende apenas à informação da prisão de Kel, mas, sobretudo, indica que a prisão de Mel

está próxima, pois o cerco policial está se fechando. Percebe-se tal ideia com o uso do conectivo “e”, que é um operador argumentativo que, neste caso, beneficia a conclusão da iminente prisão de “Mel”, pois a polícia está fechando o cerco.

O intertítulo “em Itapiúna”, grafado com tipos em azul, demonstra e contextualiza o local em que os fatos a serem narrados se desenrolaram, antecipando tal informação ao alocutário antes mesmo que ele leia o texto. No subtítulo, utilizado para instigar a leitura do texto que se segue, L utiliza, inicialmente, o verbo no mundo narrado: “Quatro pessoas do bando de Mel **foram** presas”, passando em seguida a utilizar os verbos no mundo comentado: “A Polícia **fecha** o cerco a Mel e seu bando...”

Ainda no antetítulo, L passa a trabalhar junto ao alocutário a ideia de “Mel” como o bandido mais procurado do Estado, atribuindo a importância da prisão de Kel a este fato. O locutor qualifica “Kel” como o braço direito de “Mel”, com base em outros discursos existentes anteriormente (interdiscurso), conforme a expressão “apontado como”, que tira a responsabilidade de L sobre a qualificação do bandido preso.

No primeiro parágrafo o *lead* (parte inicial da matéria que traz as informações mais importantes do texto) construído por L não faz referência à prisão de “Kel”, mas sim, à operação deflagrada pela polícia para tentar capturar Mel, passando uma ideia ao alocutário de que a prisão de “Kel” foi consequência direta das buscas por “Mel”.

Seguindo com o parágrafo, L insere outro discurso ao texto (L1). Ele apresenta as informações do delegado utilizando o termo “segundo”, constituindo uma polifonia: “**Segundo** informações do delegado Francisco Alves de Paula, diretor do Departamento de Inteligência da Polícia Civil (DIP), durante as operações quatro pessoas foram presas...” O discurso de L1, bem como sua qualificação, reforçam a importância de sua voz com autoridade dentro do discurso de L.

O segundo parágrafo inicia-se com a voz de L utilizando o verbo no mundo comentado, mas logo em seguida é introduzida novamente a voz de L1(delegado), constituída como uma autoridade no texto, para narrar os fatos com maior propriedade e construir sentido ao discurso, inclusive com o uso de aspas, revelando a heterogeneidade utilizada por L. Em seguida o locutor retoma o discurso, porém utilizando o mundo narrado como referência.

No final do parágrafo, L continua empregando a voz de L1 em seu discurso. A utilização das aspas visa a transmitir com mais credibilidade ao alocutário a ideia de que a polícia está fechando o cerco a “Mel”: “**Acreditávamos** que o Mel também estivesse lá’, completa.” Esse discurso mostra a presença de uma metáfora temporal, através do verbo

acreditar (acreditávamos), significando a possibilidade real de “Mel” ter sido capturado naquela operação.

No início do terceiro parágrafo não se observa a presença direta do discurso de L1 no texto (heterogeneidade mostrada), porém L tenta se afastar do relato fazendo referência ao L1 através do discurso indireto, atribuindo as informações e explicações do caso a ele: “**O delegado Francisco Alves explica** que quando encontrou “Kel”, ele **já** estava baleado na perna direita e com forte infecção devido ao ferimento”.

Neste trecho, podemos observar o uso do **já**, um operador argumentativo que estabelece o pressuposto de que “Kel” não foi baleado naquela ocasião. Algo que se confirma mais adiante no discurso de L1 utilizado indiretamente por L: “**Segundo** o delegado Alves, Ezaquiel Rodrigues **pode ter sido baleado** no último dia 11 de março, em Horizonte”.

Ainda no terceiro parágrafo L introduz no seu discurso mais uma autoridade, o superintendente da polícia civil, que atua indo **ao IJF para tratar da proteção de Kel**. A introdução da ação dessa autoridade no discurso transmite ao alocutor a real periculosidade de “Kel” e a importância para a polícia de mantê-lo preso e, acima de tudo, vivo. O termo “proteção” remete à ideia de dispensar cuidados a alguém ou a algo. Neste caso, dispensar cuidados para proteger “Kel” de alguma ação violenta, pois ele está enfermo e, supostamente, não oferece perigo algum, tornando-se, assim, um alvo fácil para rivais, sejam eles bandidos ou policiais.

No quarto parágrafo L utiliza o discurso de L1 para explicar o desenrolar da operação montada pela polícia, utilizando as aspas, constituindo uma polifonia. Em seguida, no quinto parágrafo do texto, que se inicia com o discurso indireto, observa-se que L, ao mesmo tempo em que utiliza o discurso de L1, afasta-se dele e se exime da responsabilidade de produzi-lo, estabelecendo mais uma vez em seu discurso uma polifonia: “**O delegado Francisco Alves diz** que o cerco a Mel vai continuar na região...”

Ainda no quinto parágrafo percebe-se o operador argumentativo “**mas**”, que, combinado com termo “**agora**”, estabelece para o alocutário, além da ideia de argumentação, uma concepção de pressuposto: “**Mas agora** estamos utilizando o serviço de inteligência para prender o Mel.”

Desta forma, pressupõe-se que anteriormente não se estava usando o serviço de inteligência nas operações para capturar de “Mel”, possível causa do insucesso das diligências, conforme apresenta L, utilizando o discurso de L1 (polifonia): “‘Estamos conversando com a comunidade, sem identificação de que somos policiais, para não intimidar as pessoas que temem represálias. **Os cercos para prender o Mel não davam resultado**’,

completa.” O discurso de L1 mostra ao alocutário que as ações da polícia passaram a surtir efeito somente após a utilização da serviço de inteligência (investigação).

Partindo para a análise da coordenada “um dos bandidos mais procurados”, ela trata de mostrar ao alocutário os crimes atribuídos a “Mel” e seu bando, bem como de fomentar a ideia de Mel ser um bandido perigoso e, principalmente, audacioso, por ter realizado grande quantidade de assaltos e ter matado quatro policiais.

O título já transmite o nível de periculosidade que L atribui a “Mel”, reforçando a ideia construída na matéria principal de ele ser o “inimigo público número um”.

No início do primeiro parágrafo L repassa ao alocutário as ações realizadas por “Mel” que teriam lhe rendido a classificação de bandido mais procurado do Ceará: “Assaltos, **grandes** escapadas a cercos e assassinato de quatro policiais”. O adjetivo “grandes” remete ao alocutário uma carga semântica de que “Mel” escapava dos cercos policiais de forma diferenciada e inventiva, algo que não é realizado por bandidos comuns. O termo contribuiu para a construção da imagem de “Mel” como sendo um mito do mundo do crime.

No final do primeiro parágrafo L expõe claramente ao alocutário a superioridade de “Mel” em relação às ações policiais realizadas para capturá-lo, quando afirma que, no período de um ano, a polícia realizou pelo menos dez cercos policiais na tentativa de prender “Mel” e seus comparsas, não tendo obtido sucesso em nenhum.

No segundo parágrafo L classifica novamente “Mel” e seu bando como “matadores de policiais”, utilizando um discurso já construído anteriormente pela polícia (interdiscurso ou heterogeneidade constitutiva): “A dupla é **apontada pela polícia** como “matadores de policiais”. Porém, mesmo L se eximindo do comentário presente em seu próprio discurso, a ideia continua sendo transmitida ao alocutário de forma contundente, pois a própria polícia é quem denomina o bandido dessa forma.

No início do terceiro parágrafo observa-se a utilização do mundo narrado, porém L deixa refletir uma imprecisão na apresentação de dados concretos sobre a real participação de “Mel” na morte de mais duas vítimas. Essa imprecisão pode ser percebida no emprego da expressão “teriam sido”, pois se houvesse a certeza por parte de L ou alguma outra fonte que pudesse ser inserida no discurso, emprego do verbo seria: “Outras vítimas de Mel **teriam sido** (imprecisão) o soldado Raimundo Correia da Silva... e o comerciante Vilamar Manoel...” / “Outras vítimas de Mel **foram** (precisão) o soldado Raimundo Correia da Silva... e o comerciante Vilamar Manoel...”

Tal imprecisão também aparece no quarto parágrafo, quando em L afirma que Kel “atuaria (futuro do pretérito)” como braço direito de Mel. O verbo “atuaria” remete a um

outro discurso que não o do locutor, por isso transmite a ideia de uma certeza não tão concreta.

O último parágrafo traz uma nova informação ao alocutário: a família de “Kel” atribui a morte de seu irmão, José Jonas Rodrigues, à polícia. Tal informação L apresenta em discurso indireto, eximindo-se da responsabilidade em produzi-lo, constituindo uma polifonia.

Em seguida, observa-se o no discurso o emprego termo “já”, que é um operador de pressuposto. Porém, neste caso, ele está sendo utilizado como operador argumentativo, introduzindo a resposta da polícia (polifonia) sobre a acusação da morte do irmão de Kel: “**Já** (mas, porém, contudo) a Polícia afirmou que Jonas foi executado por inimigos da quadrilha de Mel...”

A produção jornalística pode ser considerada jornalismo policial. Ele esclarece o leitor sobre a ocorrência, porém dá mais foco à figura de “Mel” como “matador de policiais” e “inimigo público número um” do que à prisão de “Kel” propriamente dita. Tal posição de L se confirma pela coordenada que abordou a figura de Mel, sem fazer nenhuma menção à prisão de Kel, que era o fato novo trazido pelo jornal. A matéria em nenhum momento tenta iniciar uma discussão ou questionamento a respeito da operação montada para prender o bandido. Não é apresentado ao alocutário de que forma as autoridades policiais conseguiram chegar a “Kel” nem como estruturaram a operação policial.

3.3.4 Texto IV – “Mel é morto por PMs em Canindé” e “a trajetória começou aos 17 anos”

O texto principal, que será analisado a seguir, foi matéria de capa do jornal publicado no dia 29 de março de 2007. A manchete de capa é disposta em duas linhas, tendo logo abaixo um intertítulo grafado com tipos em vermelho e um subtítulo que resume o assunto da notícia.

A matéria principal está disposta em seis colunas da página nº 3 e apresenta infográfico que explica a sequência dos fatos narrados pelo locutor. O assunto se desdobra em uma coordenada disposta ao lado da matéria principal, constituída em uma coluna. O texto disputa a atenção do leitor com um anúncio publicitário na metade de baixo da página e com uma tabela de previsão do tempo para o Estado no alto.

No que diz respeito às zonas de visualização, a manchete do jornal está disposta na zona primária da página, gerando grande atrativo para o leitor, porém a foto que segue

abaixo não está ligada ao assunto, desviando a atenção do alocutário para outra notícia abordada no jornal, no caso, um assunto esportivo.

O texto da matéria principal está disposto na zona primária, demonstrando prioridade absoluta da matéria em relação ao anúncio, tabela de previsão do tempo e coordenada. O infográfico apresenta a função de elemento atrativo e está disposto no centro óptico da página. Ele é apresentado em formato de tiras de quadrinhos e traz a sequência dos fatos da ocorrência, tendo abaixo de cada quadro, assim como no texto II, uma sucinta explicação da cena. Esse artifício tem o objetivo de suprir a ausência de fotos e aproximar o alocutário da realidade dos fatos, bem como explicar a cena da morte de “Mel” de forma objetiva.

Antes de partirmos para a análise da manchete, observa-se a importância atribuída à morte “Mel” pelo jornal. Ela está na capa de um dos veículos de comunicação de maior expressão no Estado, sendo a principal notícia daquela data. Foi encarada como um fato relevante a ser noticiado de forma especial, sendo merecedor da capa em detrimento de tantos outros fatos importantes que certamente ocorreram naquele dia. Possivelmente, a importância atribuída à morte de “Mel” foi consequência direta da imagem do bandido criada pelo próprio jornal: “O bandido mais procurado do Estado” e “O matador de policiais”.

Na manchete de capa L atribui a “Mel”, novamente, a classificação de bandido mais procurado do Estado, reforçando a ideia que vinha sendo transmitida ao alocutário no decorrer das matérias sobre o bandido. Ao substituir o termo “procurado” por “caçado”, L enfatiza e espetaculariza a procura incessante da polícia pelo homicida.

O termo traz uma carga semântica que atrai o alocutário e o leva a pensar em ações intensas e ininterruptas realizadas pelas autoridades à procura de “Mel”, como se o mesmo fosse um animal, já que o termo “caçar” é especialmente aplicado à procura ou busca por animais: “Morto o bandido mais **caçado** pela polícia”. O termo “caçado” também transmite ao alocutário a ideia de dificuldade que a polícia teve para encontrar “Mel” em seu esconderijo, assim como um caçador tem dificuldade de encontrar a sua caça, principalmente quando ela está acuada.

Logo abaixo da manchete está posto o intertítulo “Mel” grafado com tipos em vermelho, chamando a atenção do alocutário para o subtítulo e também expondo quem é o bandido morto anunciado na manchete. No subtítulo L emprega o verbo do mundo narrado, expondo onde e como “Mel” foi morto pela polícia. A utilização do termo “segundo”, demonstra apropriação do discurso da polícia por L, constituindo uma heterogeneidade, para

explicar por que “Mel” teria sido morto com dois tiros, e não simplesmente preso: “**Segundo** a Polícia, Mel teria reagido a uma ordem de prisão.”

Na matéria principal o título apresenta apenas uma linha e vem acompanhado do intertítulo e subtítulo. O verbo empregado pertence ao mundo comentado (presente), técnica jornalística utilizada para atrair o alocutário logo a partir do título da matéria. O intertítulo, grafado em roxo atrai o leitor tanto pela cor utilizada quanto pelo seu conteúdo: “Fim da caça”. Como na capa, L utiliza no intertítulo o termo “caça” para transmitir ao alocutário a dificuldade encontrada pela polícia em capturar “Mel”. O subtítulo esclarece rapidamente que Mel foi morto com três tiros pela polícia após ter reagido à prisão. O verbo empregado por L pertence ao mundo narrado. Observa-se o discurso indireto no instante em L introduz em seu texto o discurso da polícia, caracterizado pelo verbo *disse* (polifonia): “A Polícia disse que ele reagiu à prisão.”

No primeiro parágrafo observa-se que L utiliza o mundo narrado: “**Acabou** na noite de ontem a trajetória...” O verbo “acabou” expressa, também, uma sensação de alívio por parte do locutor quando ele transmite ao alocutário que a trajetória de crimes de “Mel” chegou ao fim. Prosseguindo no primeiro parágrafo, L qualifica novamente “Mel” como sendo o homem mais procurado do Estado, solidificando, a cada matéria, essa ideia junto ao alocutário. Desta vez, ao contrário do que vinha sendo feito, L não utiliza outras vozes em seu discurso para instituir essa qualificação ao latrocida: “**O homem mais procurado do Estado** foi morto com três tiros na localidade de Sousa, no município de Canindé, a 113 quilômetros de Fortaleza”. Ele somente o faz quando incorpora em seu discurso o que diz a polícia sobre os fatos, dando maior credibilidade ao que está sendo dito, constituindo polifonia.

No segundo e terceiro parágrafos, L transmite ao alocutário, utilizando o discurso da polícia, onde Mel estava quando foi encontrado, como ele foi morto após tentar fugir de mais um cerco montado pela polícia e quais crimes eram atribuídos a ele.

Ainda no terceiro parágrafo L informa novamente ao alocutário que Mel era conhecido como matador de policiais, argumentando essa afirmativa logo em seguida. Percebe-se, porém, que L utiliza a expressão “pelo menos”, que passa ao leitor a possibilidade de haver mais policiais mortos por “Mel”, mas que, no mínimo, quatro ele assassinou, fazendo jus à sua fama. Observa-se, em seguida, que L utiliza o operador argumentativo **mas** para, com base no discurso do delegado Edvaldo Amorim (L1), único policial a prender anteriormente “Mel” por duas vezes, contrapor uma informação dada por populares que não possuem tanta credibilidade quanto uma autoridade policial, construindo, portanto, uma heterogeneidade constitutiva.

O quarto parágrafo é iniciado com um operador argumentativo mostrando que “Mel”, embora sendo o homem mais procurado do Estado, continuava agindo da mesma forma. “**Mesmo** (embora) como o homem mais procurado do Estado, “Mel” continuava agindo em Fortaleza, Maracanaú, Canindé, Horizonte e Itapiúna, em ações marcadas por violência”. Tal enunciado passa ao leitor a ideia de que “Mel” não se intimidava com os cercos policiais montados com o objetivo de sua captura, fortalecendo, assim, a imagem de mito do mundo do crime.

No quinto parágrafo L trata de mostrar ao alocutário algumas ações ousadas que “Mel” realizou no momento de suas fugas, reforçando a ideia de **caça** apresentada na manchete de capa do jornal. O tempo verbal utilizado no parágrafo pertence ao mundo narrado, porém o verbo “**teria**”, utilizado duas vezes, reflete imprecisão da informação por parte de L.

Observa-se no parágrafo o uso do “**até**”, operador utilizado para demonstrar a hierarquia entre os argumentos apresentados: “Mel teria furado mais de 15 cercos policiais, quando trocou tiros, se escondeu em fossas, pintou os cabelos e **até** teria se vestido de mulher”. A conclusão da ação foi que Mel teria furado mais de 15 cercos policiais. Já a hierarquia de argumentos que indicam essa conclusão é a seguinte: trocou tiros (argumento mais fraco), se escondeu em fossas, pintou os cabelos e se vestiu de mulher (argumento mais forte).

Na sequência seguinte, o termo “enfim” utilizado por L, foi inserido para transmitir ao alocutário o sentimento de alívio do locutor em relação ao combate das ações criminosas de “Mel”. Percebe-se isso ao se constatar que o termo poderia ser suprimido do texto e a oração continuaria com o mesmo sentido.

No sexto parágrafo o locutor usa predominantemente o verbo pertencente ao mundo narrado e insere em seu texto o discurso da polícia através do termo “segundo”, a fim de se distanciar e se isentar da informação a ser apresentada, constituindo uma heterogeneidade. A utilização do verbo **teria** transmite mais uma vez ao alocutário a ideia de imprecisão na informação passada por L. Mais adiante no parágrafo, observa-se o uso do operador argumentativo “**mas**” para contrapor uma ideia apresentada anteriormente: “Na época, a quadrilha chegou a negociar com a polícia uma rendição” (conclusão implícita de que a quadrilha iria se render), “mas a tentativa acabou em acusações mútuas”. (Conclusão implícita de que a quadrilha iria se render).

O sétimo parágrafo informa o alocutário a respeito da morte de um dos principais componentes do bando de “Mel” e que a polícia irá se pronunciar sobre o caso. Nesse

parágrafo L inicia usando o verbo pertencente ao mundo narrado e termina com um verbo no futuro do presente (**deverá**), correspondente ao mundo narrado.

A coordenada da matéria principal está disposta em uma coluna inserida do lado direito do texto e possui dois parágrafos. O título a “Trajetória começou aos 17 anos” apresenta o verbo pertencente ao mundo narrado e transmite ao alocutário a ideia de que “Mel” já estava no mundo do crime há um tempo considerável, desde adolescente.

O primeiro parágrafo não apresenta nenhuma outra voz inserida no discurso, a não ser a do próprio locutor, que repassa ao alocutário os dados pessoais de “Mel” e sua ficha policial repleta de crimes. Esse trecho demonstra, com o uso da expressão “pelo menos”, a possibilidade de haver mais crimes cometidos por “Mel”, mas que, no mínimo, vinte ocorrências L tem certeza de que foram registradas no nome do bandido, reforçando a sua periculosidade e justificando a sua caça.

No segundo parágrafo L relaciona as localidades onde Mel costumava agir, bem como a sua prisão, em 2004, por porte ilegal de arma. Não se observa nenhuma outra voz inserida no discurso do locutor e o tempo verbal pertence, diferentemente do parágrafo anterior, ao mundo narrado.

O texto é considerado jornalismo policial, pois informa o leitor a respeito dos fatos da ocorrência. No entanto, desde a manchete até o último parágrafo percebe-se a construção da ideia de um bandido extramente perigoso, considerado matador de policiais e que foi caçado pela força policial até ser morto. Essa concepção reforça a imagem de que Mel realmente seria o bandido mais procurado e perigoso do Ceará. Em nenhum momento no texto percebe-se que o assunto foi tratado como um problema de segurança pública. Tal questão não foi abordada pelo locutor mesmo de forma superficial. As únicas ações atribuídas à polícia para resolver o caso foram os cercos policiais.

3.3.5 Texto V – “Tumulto em velório”, “denúncia de execução” e “Mel pode ter sido morto com dois tiros”

O texto principal a ser analisado foi publicado no dia 30 de março de 2007 e está disposto em duas colunas do lado esquerdo da página nº 6, na editoria Fortaleza. Ele é acompanhado de três fotos: a primeira registra um tumulto no velório de “Mel”, a segunda retrata o corpo de “Mel” estendido no chão com uma pistola na mão direita e a terceira traz os pais de “Mel” vendo o corpo do filho sendo colocado no caixão.

O assunto se desdobra ainda em duas coordenadas dispostas abaixo da matéria principal. Uma, inserida em *box* e constituída em duas colunas, e a outra apenas diagramada em uma coluna simples. A página do jornal ainda traz depoimentos de dois cidadãos sobre o caso, bem como curiosidades a respeito do velório e da vida particular de “Mel”. A matéria principal disputa a atenção apenas com suas coordenadas e com um artigo disposto na parte inferior da página.

Sobre as zonas de visualização, o texto está disposto essencialmente na zona primária, o que demonstra a prioridade absoluta da matéria em relação às coordenadas e ao artigo. As fotos se apresentam como principais elementos atrativos ao leitor e estão dispostas no centro óptico e geométrico da página.

O título da matéria “Tumulto em velório” não apresenta verbo, está disposto em uma linha e vem acompanhado de subtítulo. O intertítulo grafado com tipos em roxo, constituindo um elemento de atração para o leitor, explica o porquê do tumulto no velório: “Multidão de curiosos”. No subtítulo, L emprega os verbos no mundo narrado e apresenta ao alocutário o motivo do interesse das pessoas da região em se fazerem presentes ao velório de “Mel”: “Todos queriam ver **o homem mais caçado pela Polícia.**” Percebe-se que L, já no subtítulo, transmite e reforça ao leitor a ideia de “Mel” realmente ter sido o homem mais caçado pelas autoridades policiais. Em seguida, utilizando o verbo no mundo comentado (**denuncia**), o locutor, pela primeira vez nas matérias analisadas neste trabalho, dá espaço para a inserção da voz da família de “Mel” em seu discurso: “A **família do acusado denuncia** que ele foi vítima de execução”.

No primeiro parágrafo, ao referenciar a cidade de Canindé como a terra de São Francisco de Assis, L pressupõe que o alocutário sabe da tradição do município em receber periodicamente a peregrinação de milhares de fiéis devotos do santo. Tal pressuposto fica perceptível quando o locutor usa a expressão “um **outro tipo** de peregrinação”, isto é, uma peregrinação não religiosa, como deve ter presumido o leitor. Porém, mesmo sendo outro tipo de peregrinação, a ideia ligada ao termo continua sendo a de religiosidade. Nesse parágrafo, não se observa outras vozes no discurso e L utiliza o verbos no mundo narrado (passado).

Prosseguindo, L emprega no texto o termo “até”, que é um operador determinante da hierarquia de um argumento em relação ao outro. Nesse caso, não foram apresentados os argumentos, porém o termo pressupõe que qualquer outro argumento que tivesse sido posto no texto seria inferior aos fogos disparados pelos peregrinos.

No segundo parágrafo os verbos empregados pertencem ao mundo narrado. O locutor utiliza outra voz em seu discurso, o ambulante Luciano Coelho (L1), para confirmar e

dar credibilidade à sua informação sobre a ampla divulgação da chegada do corpo de “Mel” à cidade de Canindé. “As notícias vinham pelo rádio e atraíam dezenas de curiosos ao local. O ambulante Luciano Coelho, 45, foi um deles... ele aproveitou a visita na casa dos pais para poder ver o velório.”

No entanto, em seguida, percebe-se a utilização da heterogeneidade mostrada (aspas) no discurso de L, quando L1 afirma que mesmo estando ali para acompanhar o enterro de “Mel”, nunca tinha ouvido falar dele: “Na cidade onde eu moro, ninguém ouviu falar dele”. Ao utilizar o discurso de L1, o locutor transmite ao alocutário a ideia de que mesmo sendo considerado o homem mais procurado pela polícia, muitas pessoas sequer sabiam da existência de “Mel” ou da sua fama de bandido matador de policiais. Nesse momento L deixa uma lacuna para o leitor refletir e questionar se “Mel” seria ou não um bandido realmente famoso.

No terceiro e quarto parágrafos o locutor insere em seu discurso mais duas vozes: as donas de casa Maria Pereira (L2) e Edvândia Batista (L3). O locutor utiliza as vozes L2 e L3 para mostrar ao alocutário, diferentemente das outras matérias, posições contrárias ao discurso da polícia de que “Mel” seria um bandido muito perigoso a ponto de ser caçado. L2 - “Nunca havia visto nenhuma danação”... “Ele sempre ajudava o meu pai a carregar água”. Sobre os crimes que teriam sido cometidos pelo “homem mais caçado do Ceará”, ela discorda. “O povo conversa demais, fica aumentando as coisas”. L3 disse que a entrada de Ednaldo no mundo do crime foi “uma surpresa para todo mundo”. “Ele era calmo, mas com o tempo foi se envolvendo com outras pessoas”.

Com a utilização desses discursos L implicitamente estimula o alocutário a tirar suas próprias conclusões a respeito dos fatos apresentados até o momento. Ao empregar a expressão “teria cometido”, o locutor implicitamente admite, junto ao alocutário, que alguns crimes atribuídos a “Mel” podem não ter sido cometidos por ele. Inicialmente L utiliza no parágrafo o verbo no mundo narrado (passado), mas faz a alternância em seguida para o mundo comentado. Prosseguindo, percebe-se o uso novamente do termo “até” que, assim como o primeiro empregado no início do texto, é um operador determinante da hierarquia de um argumento em relação ao outro.

No sexto e sétimo parágrafos L faz uma abordagem sociológica levando ao alocutário dados a respeito das poucas ofertas de emprego na região. Apresentando esses dados, e com base nos discursos direto (polifonia) e indireto de alguns moradores, L implicitamente passa ao alocutário a ideia de que a dificuldade de conseguir um emprego pode ter levado Mel, que segundo L2 e L3, era um jovem comum, a ingressar no mundo do

crime, assim como acontece com tantos outros jovens na região: “De acordo com outro adolescente, essa situação” (falta de emprego) “acaba influenciando a entrada de outros jovens no mundo do crime”. “Um amigo meu disse que queria entrar para a quadrilha do Mel”, revela.

A primeira coordenada a ser analisada possui o título “Denúncia de execução”. Ela está disposta em um *box* de cor roxa e foi diagramada em duas colunas, logo abaixo da matéria principal. No *box*, o locutor transmite ao alocutário o discurso de defesa da família de “Mel”, constituído por uma heterogeneidade mostrada (L1) através da voz do advogado Ricardo Alcântara.

Ao utilizar o discurso do advogado, L se distancia da informação apresentada, atribuindo a L1a responsabilidade do discurso produzido. “Ele foi executado, não tenho nenhuma dúvida”, “assegurou Ricardo Alcântara, um dos advogados”. Apresentando *este* discurso ao alocutário, L possibilita que o mesmo levante a discussão se “Mel” realmente resistiu à voz de prisão da polícia ou se foi executado por ter matado quatro policiais. O verbo utilizado pelo locutor nesse parágrafo pertence ao mundo narrado.

O locutor, no segundo parágrafo, continua, de forma indireta (“segundo Alcântara”), utilizando o discurso do advogado, que apresenta informações sobre uma possível rendição de Mel antes de sua morte. Tais informações vão de encontro à ideia transmitida ao alocutário, nas matérias analisadas, de que Mel seria um bandido sempre disposto a enfrentar a polícia. “**Depois de** ver a mãe livre, ele iria se entregar”, disse.

Percebe-se implicitamente na voz de L1 a condição apresentada na expressão “depois de”, pois a libertação da mãe de “Mel” seria a única condição para que o bandido se entregasse pacificamente. Com este trecho o alocutário pode pressupor a existência de uma forte ligação afetiva entre Mel e sua mãe, já que ele renegaria sua própria liberdade em detrimento da liberdade da mãe. A imagem do bandido violento e perverso fica fragilizada nessa ocasião.

No parágrafo seguinte, o locutor apresenta o desfecho da negociação. Observa-se o uso do termo “contudo”, operador argumentativo que evidencia conclusões opostas, utilizado, neste caso, para marcar o contraponto entre a saída da mãe de “Mel” da cadeia e a morte do filho. “Maria de Nazaré conquistou a liberdade graças a um alvará de soltura... A alegria, **contudo**, logo se desfez. Pouco tempo depois Nazaré foi informada da morte do filho.”

O quarto parágrafo traz duas outras vozes para o discurso de L, além da voz de L1. São inseridas as vozes da mãe (L2) e do pai (L3) de “Mel” (heterogeneidade mostrada).

Elas afirmam que Mel era um bom filho e que as suas ações na região não eram tão significativas como colocam os discursos da imprensa e da polícia. Mais uma vez, através de outros discursos, L transmite uma imagem diferenciada de Mel em relação à que vinha sendo apresentada nas matérias do jornal.

A segunda coordenada possui o título “Mel **pode ter sido** morto com dois tiros” e está disposta em uma única coluna ao lado do *box* da primeira coordenada. A expressão “pode ter sido”, usada no título, reflete a incerteza do locutor ao repassar a informação para o alocutário a respeito da quantidade de tiros que levaram “Mel” a óbito, subentendendo-se que podem ter sido dois ou mais tiros os causadores da morte do latrocidista. O alocutário somente terá a certeza da informação ao avançar na leitura da coordenada.

No primeiro e terceiro parágrafos observa-se outra voz, de forma indireta, inserida no discurso de L (o Delegado Regional de Canindé, Marcos Sandro Lira – L1), constituindo uma heterogeneidade. Não é L quem fala, ele utiliza o discurso de L1 para construir sentido ao seu discurso e proporcionar credibilidade ao texto.

No segundo parágrafo percebe-se a presença de outro locutor no discurso, a Promotoria, L2, que constitui outra autoridade no discurso de L. Assim como no primeiro parágrafo é constituída uma heterogeneidade implícita. Os tempos verbais empregados na segunda coordenada são referentes ao mundo narrado.

O texto é considerado jornalismo policial, pois informa o leitor a respeito dos fatos do velório de “Mel”. No entanto, diferentemente das outras matérias analisadas, L passa a transmitir ao alocutário, com base em outras vozes inseridas em seu discurso, outra concepção do assassino. Aquela imagem de bandido perigoso, violento e destemido torna-se questionável, principalmente levando-se em conta os discursos de pessoas que conheceram “Mel” de perto durante sua infância e adolescência. Embora o locutor, em algum momento do texto, aborde a causa que poderia ter levado “Mel” ao mundo do crime, em nenhum momento abordou-se a questão do ponto de vista de um possível problema de segurança pública. Questionamentos sobre como a polícia estava encarando o caso do “matador de policiais” não foram levantados, nem mesmo após a morte de “Mel”.

3.3.6 Texto VI – “Multidão acompanha enterro de Mel”, “família acusa a Polícia” e “família afirma que jovem incorporou espírito de Mel”

O texto principal a ser analisado foi publicado no dia 31 de março de 2007 e está disposto em três colunas do lado direito da página nº 11, na editoria Ceará. Ele é acompanhado de uma foto que registra um tumulto no velório de Mel.

O assunto se desdobra em duas coordenadas dispostas abaixo e ao lado esquerdo da matéria principal. Uma inserida em box, constituída em três colunas, e a outra diagramada em duas colunas curtas. A matéria principal disputa a atenção com duas notas curtas no alto da página e com dois anúncios publicitários, um do lado esquerdo da matéria principal e o outro na parte inferior da página.

Sobre as zonas de visualização, o texto está disposto essencialmente entre as zonas morta e secundária. A matéria é o principal elemento atrativo ao leitor, mesmo não estando disposta no centro óptico ou geométrico da página.

O título da matéria “Multidão acompanha enterro de Mel” apresenta verbo no mundo comentado, está disposto em duas linhas e vem acompanhado de subtítulo. O intertítulo, grafado com tipos em marrom, constitui um elemento de atração para o leitor, além de informar rapidamente o local onde os fatos na matéria ocorreram, ou seja, “em Canindé”. O termo “multidão”, empregado por L no título, passa ao alocutário exatamente a ideia de aglomeração de pessoas no local. Se o termo “multidão” fosse substituído por “curiosos”, “Curiosos acompanham enterro de Mel”, o alocutário certamente teria a percepção de que o número de pessoas que acompanharam o enterro não foi tão significativo. Mesmo que o número de pessoas presentes tenha sido baixo, o termo “multidão” leva o alocutário a acreditar no contrário. A foto utilizada para ilustrar a matéria corrobora a ideia de multidão constituída por L, pois no segundo plano se percebe uma quantidade de pessoas considerável que ocupam todo o fundo do enquadramento.

No subtítulo L emprega os verbos no mundo narrado e comentado. Observa-se que os termos “comoção” e “desespero” transmitem ao alocutário dor e tristeza por parte dos que acompanhavam o enterro, diferentemente da sensação de alívio que deveria causar a morte de um bandido perigoso que atuava na região. O locutor, ao empregar esses termos, demonstra que as pessoas, ali presentes, não queriam a morte de “Mel”, mesmo ele sendo considerado um bandido matador de policiais.

Ainda no subtítulo, a expressão “cerca de” pressupõe que poderia haver mais ou menos 600 pessoas no velório e cortejo. Ela reflete uma imprecisão por parte de L em repassar um dado concreto ao leitor.

No primeiro parágrafo o locutor utiliza novamente os termos “comoção” e “desespero” com a mesma ideia apresentada no subtítulo, porém reforçando-a com a inserção de outro discurso (L1) em seu texto. “O caixão de Mel foi recebido com um buzinação na entrada do cemitério promovido pelos amigos”. “Temos respeito por ele”, “disse um deles que não quis se identificar”. No trecho, L apresenta o discurso de um amigo de “Mel”, constituindo a heterogeneidade mostrada, caracterizada pelo uso de aspas, para se afastar do texto e da informação apresentada ao alocutário. No tempo verbal utilizado predominou o mundo narrado.

No segundo e terceiro parágrafos, assim como no primeiro, L emprega os verbos pertencentes ao mundo narrado e se observa a presença de outros locutores (L2, L3 e L4), que demonstram ao alocutário o nível da fama de “mito do mundo do crime” que “Mel” atingiu.

O termo “celebridade”, atribuído a “Mel” por um dos locutores no texto transmite ao leitor a ideia instituída por L, ao longo das matérias analisadas, de que o bandido realmente se tornou um criminoso célebre por suas ações ousadas e violentas, tendo sua fama reconhecida principalmente na hora de sua morte. L2: “Eu, nos meus 67 anos, nunca tinha visto um movimento como esse”, afirmou a aposentada Maria de Lourdes da Silva. “Eu tinha medo dele. Toda vez que batiam na porta da minha casa à noite, eu pensava se podia ser ele querendo levar as minhas coisas”, disse a aposentada. ; L3: “Todo mundo tinha medo dele. Aqui na região, ninguém topava fazer frente ao Mel”, ressaltou. (Comerciante Anivaldo Silva Lima); L4: “Fiquei curioso. Vim do sítio para a cidade e aproveitei para dar uma olhadinha”, confirmou o agricultor Gráuzio Pereira, que acompanhava o enterro da calçada da igreja.

O locutor, ao constituir tais heterogeneidades mostradas, se distancia do discurso produzido por ele mesmo, além de dar credibilidade às informações apresentadas em seu texto a respeito do medo que as pessoas sentiam de “Mel”, bem como a curiosidade que ele provocou no momento de seu enterro.

O quarto parágrafo apresenta verbos pertencentes ao mundo narrado e ao mundo comentado. Nesse parágrafo L apresenta resumidamente o momento de sepultamento de Mel, bem como a emoção de seus pais e amigos. Percebe-se o uso do termo “já”, um operador que identifica pressupostos no enunciado. No caso, pressupõe-se que todo o processo de sepultamento estava bastante adiantado quando os pais de Mel começaram a passar mal e foram encaminhados ao hospital.

No *box* intitulado “Família afirma que jovem incorporou espírito de Mel”, o locutor demonstra sua opinião sobre o fato relatado logo no primeiro parágrafo: “Um fato estranho vem chamando a atenção dos moradores de Canindé”. O adjetivo “estranho”, utilizado por L em seu discurso, deixa clara a opinião do locutor sobre o fato. Observa-se que se o termo fosse retirado do texto a frase ainda permaneceria constituindo sentido e passando a mesma informação: “Um fato vem chamando a atenção dos moradores de Canindé”.

Prosseguindo com o parágrafo, ao utilizar a expressão “alimentar especulações”, L transmite implicitamente ao alocutário que muitas das ações atribuídas a Mel podem não ter ocorrido, já que um novo fato apresentado estaria servindo para alimentar possíveis situações existentes em torno do homem mais procurado pela polícia nos últimos anos.

O segundo parágrafo pertence ao mundo narrado e é composto pela voz de L1, pai do jovem, que teria incorporado o espírito de “Mel”, através de uma citação explícita (uso de aspas), constituindo um afastamento de L do texto.

No terceiro parágrafo, observa-se que a fala atribuída a L, que na realidade é L2, constituindo uma polifonia através do discurso indireto, pertence ao mundo comentado (verbos no presente): “O pai **relata** que...; ele **assegura** que...”. Neste parágrafo percebe-se ainda a inserção de outro discurso no texto, L2, constituindo mais uma vez, com o uso das aspas, uma heterogeneidade mostrada. O discurso de L2 se estende ao longo do quarto parágrafo, transmitindo ao alocutário uma ideia de proteção espiritual em torno de “Mel”: “Ele dizia que o espírito da avó ficava pastorando, por isso não havia sido preso ou morto”.

Na coordenada “A família acusa a polícia”, o verbo do título pertence ao mundo comentado (presente), diferentemente dos verbos empregados no corpo do texto (mundo narrado). O locutor, através do discurso indireto, transmite ao alocutário a posição da família sobre a morte de “Mel”. A acusação de execução, por parte da família, é reforçada no texto através da inserção da voz de outro locutor (L1), a mãe de “Mel”. Nos dois parágrafos que compõem a coordenada, L constitui uma heterogeneidade mostrada para dar mais credibilidade ao seu texto e, principalmente, se isentar das acusações de execução feitas pela mãe do bandido.

O texto atende à concepção de jornalismo policial, informando e esclarecendo o leitor a respeito dos fatos ocorridos durante o velório, cortejo e enterro de Mel. Tentou transmitir ao alocutário a grande movimentação causada na cidade no momento do enterro de “Mel”. Tal movimentação teria sido consequência direta da exposição das ações de Mel nos mais diversos meios de comunicação. Porém, não se percebe qualquer discussão ou comentário, seja do locutor ou de quaisquer outras vozes inseridas no discurso, a respeito da

solução ou fim de um problema de segurança pública que estava acometendo a sociedade cearense. O foco restringiu-se à morte de um bandido que teria se tornado celebridade pelos crimes praticados e o alvoroço que tomou conta da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou compreender o processo discursivo construído pelo jornal O Povo sobre o caso do bandido “Mel” (Ednaldo Evangelista da Cunha). Buscou perceber se o jornal, em seu discurso, abordou o caso como um problema efetivo de segurança pública ou tentou difundir a ideia de um mito do mundo do crime. Para isso foram escolhidas algumas matérias publicadas entre os dias 16 de janeiro e 31 de março de 2007, período em que o cerco policial a “Mel” e seu bando começou a se intensificar e, conseqüentemente, gerar prisões.

No total foram analisadas seis matérias do jornal, partindo-se do pressuposto de que o jornalismo policial, assim como qualquer outra especialidade jornalística, é formado por várias vozes, construindo um discurso heterogêneo.

Durante a análise foram identificadas nos textos marcas de enunciação e argumentação que serviram de base para verificarmos as posições assumidas e os sentidos construídos pelos jornalistas que produziram os discursos. A observação dos marcadores argumentativos foram fatores determinantes para a identificação das posições e intenções assumidas.

Essas posições ou sentidos, que são identificados como formações discursivas existentes na enunciação do locutor, reúnem vozes conflitantes em relação à consolidação da imagem de “Mel” com sendo o bandido mais perigoso e, conseqüentemente, mais procurado do Estado.

Neste sentido, na elaboração dos seus textos o jornalista supõe a presença de um leitor virtual, para quem ele escreve o texto, que necessariamente interage com o leitor real, aquele que de fato lê o texto, causando, portanto, um processo de significação que constitui sujeitos e sentidos simultâneos.

Verificamos que nem todas as fontes utilizadas pelo jornalista constituíam de fato autoridades a respeito do assunto. Algumas delas são pessoas ligadas afetivamente ao caso, bem como pessoas que não possuíam grande representatividade social nem ocupavam posições consideradas relevantes no contexto da segurança pública do Estado.

Durante as matérias o locutor buscou utilizar a imagem de Mel como “matador de policiais” ou “o bandido mais caçado pela polícia”, utilizando operadores argumentativos, índices de atitudes, marcadores verbais e de pressuposição. No entanto,

não apresentou provas concretas que justificassem, sem sombra de dúvidas, tais atributos. Isto é, não foi apresentado no discurso o real processo de criação dessa fama.

Geralmente, pairava nos textos a incerteza quanto aos crimes que teriam sido cometidos por “Mel”. A principal fonte de informação utilizada pelo jornalista era a polícia, porém de forma genérica, sem apontar especificamente autoridades que fossem responsáveis pelo discurso.

Analisando as matérias poderemos especular que a criação de “Mel” como matador de policiais e de bandido mais procurado do Estado surgiu na mídia de alguma forma e em algum momento, mas isso o material escolhido para a análise não identifica. Porém, o que se pode assegurar em nosso trabalho é que as matérias produzidas pelos jornalistas do jornal O Povo se utilizaram de tal pressuposto na construção de seus discursos.

Pouco o locutor apresentou discursos que iam de encontro à ideia de Mel como inimigo público número 1. Quando o fez, utilizou fontes comprometidas e passionais, o que pode ter levado ao leitor descrédito em relação à construção da imagem de “Mel” como um bandido comum. Ao mesmo tempo em que as formações discursivas contrárias interagiam com os discursos criados, elas se autoexcluía, porém o jornalista conseguiu, mesmo assim, consolidar o caráter argumentativo do discurso.

Na análise não se perceberam tentativas de veicular o caso como um assunto ligado à segurança pública. O porquê das ações criminosas de “Mel” contra policiais, por exemplo, não foram abordados, assim como foi questionado se tais crimes apenas se tratavam de coincidências ou faziam parte de ações premeditadas. O jornal apenas veiculou que policiais foram mortos por “Mel”, porém as circunstâncias dos crimes não foram expostas nem veiculadas e, muito menos, discutidas naquela ocasião.

Os motivos pelos quais o bando de “Mel” agia apenas em determinadas localidades da Região Metropolitana e do Interior, assim como os motivos pelos quais “Mel” conseguia escapar dos cercos policiais, que segundo as matérias analisadas foram por volta de dez, não são apresentados ao leitor em nenhum momento no texto das notícias. Percebe-se que o caso não foi tratado pelo jornal como um problema de segurança pública, mas como uma notícia policial de relevância.

Fatos criminosos são expostos diariamente à sociedade, no entanto o porquê desses fatos e as ações tomadas pelas autoridades nem sempre são abordados com o mesmo afinco. Inúmeros problemas voltados à segurança pública surgem, mas apenas o

factual das ações criminosas é publicado, abandonando pontos que poderiam ser discutidos ou apresentados de forma mais aprofundada junto à sociedade.

Porém, entende-se que o locutor, mesmo não abordando em seus textos assuntos que poderiam remeter a discussões sobre segurança pública, praticou uma das premissas do jornalismo, que é a de informar, construir e reconstruir a realidade. O jornalista possui a capacidade de formar opiniões, além de transmitir informações que ele julgue crucial para o seu público. O jornal O Povo, por meio dessas notícias analisadas, conseguiu atender a essa premissa, dentro, é claro, da linha editorial que melhor lhe interessava no momento.

Este trabalho não pretende ser conclusivo, porém observamos algumas deficiências no tocante à cobertura de segurança e violência na mídia. Muitas vezes os bandidos e suas ações criminosas não são vistos pela mídia como um problema de segurança pública, mas apenas como uma boa notícia que irá elevar a venda dos jornais e revistas ou insuflar os índices de audiência. Então, o bandido torna-se a estrela, perdendo seu posto somente quando outro criminoso é capaz de superar suas façanhas.

Valores outros podem ser inseridos nas coberturas de casos e assuntos policiais, tornando-as mais equilibradas, para que se possa melhor informar o leitor a respeito de ações de combate ao crime e à violência, que são ações de responsabilidade das autoridades gestoras da segurança pública.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

BARROS, Lúcio Alves. **Trabalho policial e mídia: um perigoso acordo social?**. Rio de Janeiro: Estudos da Cidade, 2002.

BARREIRA, C. (Org). **Questão de segurança, políticas governamentais e práticas policiais**. Rio de Janeiro: Reluna Dumará, 2004.

BENEVENISTE, Emile. **Problemas de lingüística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991.

BRANDÃO, Helena H. Naganime. In: _____. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARDOSO, Silva Helena Barbi. **Discurso e ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: Educ, 1991.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular**. São Paulo: Educ, 1996.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

ERBOLATO, Mário L. **Jornalismo especializado: emissão de textos no jornalismo impresso.** São Paulo: Atlas, 1981.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto.** São Paulo: Ática, 1991.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo.** São Paulo: Contexto, 2005.

FUCCIA, Eduardo Velozo. **Reportagem policial: um jornalismo peculiar.** Santos: Realejo, 2008.

GAILLARD, Philippe. **O jornalismo.** Tradução de Leonel de Cavalho. Lisboa: Publicações Europa-América, 1974.

HUDEC, Vladimir. **O que é jornalismo.** Lisboa: Editorial Caminho, 1980.

JAPIASSU, Hiltone; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

KOCK, Ingedore G. Villaça. **A inter-ação pela linguagem.** 3. ed. São Paulo: Conexto, 1997. (Coleção Repensando a Língua Portuguesa).

_____. **Argumentação e linguagem.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LUCINDA, Maria da Consolação; NASCIMENTO, Maria das Graças; CANDAU, Vera Maria. **Escola e violência.** Rio de Janeiro: D P & A, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** Campinas: Pontes, 1989.

_____. **Análises de textos de comunicação.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEDEIROS, C. P. de; ALVES, G.; MENEZES, M. R. B. Jornalismo investigativo e policial: os bastidores da produção jornalística de assassinatos em série e crimes que abalaram a sociedade. **Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**, ano 3, ed. 2, p. 1-10, dez. 2009/fev. 2010. Disponível em: <http://www.usp.br/anagrama/Rive_jornalismoinvestigativo.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2010.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**. São Paulo: EDUSP, 2002. (Polícia e Sociedade, v. 10).

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Direito administrativo da segurança pública**: direito administrativo da ordem pública. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. Texto e discurso. In: _____. **Organon**. Porto Alegre: Instituto de Letras, 1995.

PERIAGO, F. R. Investigação é fundamento do jornalismo. In: _____. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**: introdução à análise de discursos. 2. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

RIFIÓTIS, Theóphilos. **Nos campos da violência**: diferença e positividade. Florianópolis: UFSC, 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **A violência como dispositivo de excesso de poder:** estado e sociedade. Brasília, DF: UNB, 1986.

SILVA, Rafael Souza. **Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa.** São Paulo: Summuns, 1985.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Polícia e policiamento no Brasil: mudanças recentes e tendências futuras. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, n. 113, 2002.

ZAVERUCHA, Jorge; BARROS, Maria do Rosário N. (Org.). **Política de segurança pública:** dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Massangana, 2003.

ANEXOS

VERTICAL

FALE COM A GENTE | vertical@opovo.com.br |

OAB RECOMENDA UFC

O ensino superior de direito no Ceará precisa urgentemente de uma revisão. Está é uma das conclusões que se pode tirar diante do resultado de exame realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil em 322 cursos jurídicos. Dos nove cursos regulares do Estado apenas um obteve o selo de qualidade emitido pela instituição aos cursos jurídicos que vêm apresentando melhor índice de qualidade nos últimos anos: a Faculdade de Direito da UFC. Do total de cursos analisados em todo país, 87 receberam o "OAB Recomendado" do Conselho Federal. O professor Wellington Leitão, diretor da faculdade comemorou o resultado, e prepara ampliação do prédio com a construção de novas salas e biblioteca. Apesar da festa, seria uma boa ideia a seccional cearense da entidade analisar com mais detalhe como está a qualidade de ensino nas outras faculdades cearenses, inclusive, nas recentemente regulamentadas. A relação completa do exame está no site www.oab.org.br

PARA NÃO ENGASGAR



O movimento de líderes do PT, em um hotel na Beira Mar, ontem pela manhã, foi enorme. Na pauta, como fica o partido em relação à nomeação dos tucanos Adahil Fontenele, Bismark Maia e Marcos Cals para o governo de coalizão de Cid Gomes. Este é um tema dos mais delicados para alguns aliados de Cid, principalmente o vice-governador Francisco Pinheiro e o deputado Artur Bruno. Entre um gole e outro de café, a questão era: o PT vai engolir calado a convicção com tassistas de carteirinha? Outro assunto em pauta é a ocupação de cargos de primeiro e segundo escalões. O deputado Federal José Ailton (foto) é o único que ainda não entrou no bolo.

NO RITMO

Quem é bom de rima e carnaval já pode se inscrever no 1º Concurso de Marchinhas de Aracati. O vencedor vai levar um bom prêmio em dinheiro e ainda o Troféu Braguinha. O evento abre as festas moinas da cidade dia 15 de fevereiro, às 21 horas, no Chaparral. Mais informações pelo fone: (88) 9226 1326.



MUDANÇA

Iris Tavares confirma. Assumirá o cargo de presidente da Fundação de Cultura e Esportes de Fortaleza (Funcet) no começo de fevereiro. Até lá, ainda é deputada estadual pelo PT. Depois, o primeiro estresse será o ajuste dos últimos detalhes para o carnaval de Fortaleza. Muito trabalho pela frente

NOVO CAP

Eleito o novo presidente da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos de Mercados de Capitais (Apimec). Trata-se de Raimundo Porto Filho, que substituirá a Geraldo Luciano. Mas a posse mesmo só no dia 22 de junho.

NOUTRA PRAIA

O ex-presidente da Funceme,

HORIZONTAIS...

Uma onda de carrapatos atinge várias ruas do Jardim América. Culpas do calor e da sujeira em pontos do bairro, segundo o Centro de Zoonoses. ■ BNB recebe até 6 de fevereiro inscrições para concurso público para 70 de analista bancário nas unidades do Maranhão ■ Empresa de ônibus abriu rodoviária particular na avenida Mister Hull fugindo da administração da Rodoviária do Pobres ■ A Associação Peter Pan recebe amanhã alimentos arrecadados pela Super Rede de supermercado durante campanha realizada em dezembro

SÓ LEMBRANDO...

Como estão as residências vizinhas à construção do Metrôfor que há anos reclamam de rachaduras nas paredes?



Na Internet, você continua acompanhando as informações deste colunista através do blog O POVO, no endereço: www.opovo.com.br/blogpolitica

A COLUNA VERTICAL É PUBLICADA DE SEGUNDA A SÁBADO

Convite Entero
Maria do Carmo Ferreira Diógenes (Carmelita)

Luiz Edivaldo, Marcos, Regina, Aninha e Aliatar (filhos) e familiares, convidam para o sepultamento de sua querida Carmelita, hoje, às 10h, no cemitério Jardim Metropolitano. O corpo está sendo velado na Funerária Terrura.

Antecipadamente a família agradece por este ato de solidariedade.

NOTÍCIAS DA HORA

[visite o site: www.opovo.com.br]

VIOLÊNCIA GOVERNO SOMALI CENSURA IMPRENSA

Três pessoas morreram em Mogadíscio durante tiroteios. O governo somali censurou a rede de TV Al-Jazeera e emissoras locais (rádio) por incitação à violência. Um representante da União Africana (UA) declarou que tropas da força de paz afixada poderão se posicionar "antes do fim de janeiro". Os tiroteios foram os mais intensos desde a entrada das tropas governamentais e etíopes na cidade.

LOTOFÁCIL DOIS ACERTAM AS 15 DEZENAS

Dois apostadores (um do Paraná e um de Sergipe) acertaram as 15 dezenas do concurso 186 da Lotofácil, sorteadas em Jaguaraiá (PR) e receberam o prêmio de R\$ 628.034,83. As dezenas: 02, 04, 05, 06, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24 e 25. Nos 14 acertos 338 apostadores receberam cada um R\$ 1.592,65. Estimativa de prêmio (15 acertos) para o próximo concurso é de R\$ 800.000,00.

PAUL NAVARRETE/PAZ



BOLÍVIA GOLPE É DESCARTADO POR EVO MORALES

O presidente boliviano Evo Morales (foto) assegurou ontem, em Quito, que não existe risco de um golpe de Estado em seu país e descartou uma sucessão por causa das reivindicações de autonomia e também o cancelamento de licenças dos meios de informação da oposição. "Tenho muita confiança nas Forças Armadas", enfatizou o presidente.

FRASES DO DIA



"Tudo o que tenho, tudo o que sou, devo a esse cara. Significa 30 anos da minha vida. Vivi e vou morrer com ele"

[SILVESTER STALLONE, ator, referindo-se ao seu personagem na série de filmes Rocky



"Não negociarei com ninguém a dignidade da pátria. A pátria não está à venda"

[RAFAEL CORREA, presidente do Equador, ao ser oficialmente empossado no cargo ontem

Bolívia insiste em subir preço do gás vendido ao Brasil

QUEDA-DE-BRAÇO] O impasse entre Bolívia e Brasil sobre gás natural continua. A Bolívia quer aumentá-lo até US\$ 5 dólares o milhão de BTU (Unidade Térmica Britânica). Haverá encontro entre representantes das duas estatais - YPFB (boliviana) e Petrobras (brasileira) até o fim do mês

A Bolívia pretende aumentar o preço do gás vendido ao Brasil, para que este país pague um preço similar ao pago pela Argentina. Foi o que afirmou ontem, em Quito, durante os atos de posse de Rafael Correa como novo presidente do Equador, que pedirá para Lula elevar o preço do gás no Brasil. Com base num convênio de compra e venda por 20 anos, vigente desde 1999, a Bolívia exporta uma média de 26 milhões de metros cúbicos (MMCD) de gás diários para o Brasil, a um preço de 4,3 dólares o milhão de BTU (Unidade Térmica Britânica), e agora espera equiparar o preço ao pago pela Argentina: 5 dólares por milhão de BTU (Unidade Térmica Britânica).

Esta estratégia política coincide com o anúncio formulado no fim de semana pelo próprio Morales, que destacou os atos de posse de Rafael Correa como novo presidente do Equador, que pedirá para Lula elevar o preço do gás no Brasil. Com base num convênio de compra e venda por 20 anos, vigente desde 1999, a Bolívia exporta uma média de 26 milhões de metros cúbicos (MMCD) de gás diários para o Brasil, a um preço de 4,3 dólares o milhão de BTU (Unidade Térmica Britânica), e agora espera equiparar o preço ao pago pela Argentina: 5 dólares por milhão de BTU. Ortiz indicou que, paralela-

mente às gestões políticas presidenciais, a empresa que preside continuará discutindo com a estatal brasileira Petrobras os aspectos técnicos que justificam a elevação do preço do gás. De acordo com seu critério, o "Brasil tem que pagar o valor que tem o gás para garantir, por sua vez, o abastecimento permanente".

As cúpulas das estatais YPFB e Petrobras fixaram uma nova data de reunião até o fim do mês na cidade oriental de Santa Cruz. Também estará sobre a mesa o desejo da Bolívia de nacionalizar duas refinarias de petróleo, administradas pela Petrobras, que pede um preço justo. (das agências de notícias)

MARACANAÚ

Presos suspeitos de integrar o bando do Mel

A Polícia prendeu na noite de ontem dois homens que integraram a quadrilha do latrocida Ednaldo Evangelista Cunha, o Mel, conhecido como matador de policiais e assaltante de ônibus de viagens. Antônio Ednaldo Soares de Oliveira, o Naldo, 22, e Leonardo da Silva Lima, 20, foram detidos em Maracanaú após assaltarem um mercadinho no bairro do Aracapé (divisa Fortaleza/Maracanaú).

Os dois criminosos estavam em um veículo, ainda com produtos do estabelecimento comercial, quando foram abordados por policiais militares da 3ª Companhia do 6º Batalhão. Por medida de segurança, os acusados foram autuados na Delegacia de Roubos e Furtos (DRF), na Aldeota. Segundo o titular da especializada, delegado André Júnior, Naldo seria o homem que dirige para a quadrilha.

Em dezembro, a quadrilha teve duas baixas com as mortes de Ângelo Pereira Neto, o Neguinho, 21, e Raimundo Nonato Freitas de Sousa, o Raimundinho Maranguape, 28, após uma troca de tiros com a Polícia, na Pajuçara. Segundo a Polícia, a quadrilha atua no bairro Siqueira II, Maracanaú (Alto Alegre e Pajuçara) e Canindé.

DEGUSTAÇÃO



Para orientar clientes e convidados do Pão de Açúcar do Cócó, o sommelier Ernesto Vasconcelos (e), da Expand, fez uma apresentação ontem à noite em Fortaleza. "Para harmonizar um vinho temos três maneiras. Provamos e pensamos: com qual comida combina, com quem combina e com que momento combina", sugere o especialista. Glenda Teixeira (d), atendente de vinhos do Pão de Açúcar do Cócó, afirmou que a iniciativa teve como objetivo desmistificar o vinho, mostrar que nem só os vinhos caros são bons e que a bebida não é privilégio de poucos.

RECONHECIMENTO



A Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec) entregou ontem o Prêmio Fiec Por Desempenho Ambiental, 3ª edição. Vicente Rios Aguiar (e), da Água Mineral Limpida, recebeu o certificado de 1º lugar das mãos do presidente da Fiec, Roberto Macêdo (d), pela categoria Produção Mais Limpa. Na mesma categoria receberam em 2º lugar a Coelce, em 3º a Cerâmica Torres e em 4º lugar a Serraria Almeida. Na categoria Educação Ambiental o 1º lugar ficou para Rigesa do Nordeste S/A, pelo segundo ano consecutivo, e o 2º lugar com a Coelce.

CONVITE MISSA 7ª DIA

Yolanda Bassila Otoch

Maria Regina e Ivan, Nelson e Cláudia, Maria Cecília (filhos, genro e nora), Renata e Sérgio, Ivan Filho e Rafaela, Andrea e Carlos Aurélio, Rodrigo e Aglae, Luciana e Jorge (netos) e as famílias Otoch e Bassila, convidam familiares e amigos para a missa de 7º dia de sua querida YOLANDA, a ser celebrada na Igreja Nossa Senhora do Líbano, às 19hs do dia 16 de janeiro. Antecipam seus agradecimentos aos que comparecerem.

ERRATA

NO ANÚNCIO DE JORNAL VEICULADO NO DIA 14/01/2007:

O plano de pagamento do Computador CCE e do Notebook Positivo Mobile V25 com Windows XP Home é sem entrada, e não sem juros, como anunciado.



ERRATA

NO TABLÓIDE DE OFERTAS DAS LOJAS MAIA COM VALIDADE DE 13/01 A 26/01/2007:

O Liquidificador Arno Performa Magi não possui filtro.





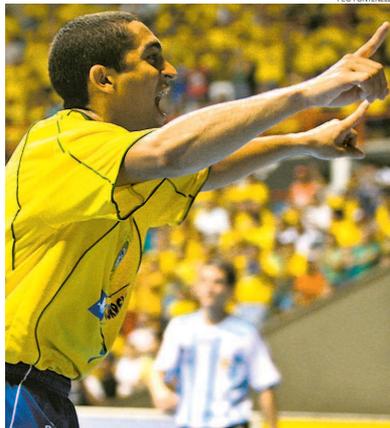
FOTOS DIVULGAÇÃO

BUCHICHO | 3

CAMILA PITANGA, UM PARAÍSO TROPICAL

A intérprete de Bebel na novela global permeia o imaginário masculino e provoca inveja "saudável" na mulherada.

FCO FONTENELE



GOL | 18

FUTSAL DO BRASIL GOLEIA ARGENTINA

CLUBINHO | 3

SAIBA COMO GANHAR UM MONTE DE CHOCOLATE



ISSN 1517-6819



9 771517 681013



FORTALEZA | 8

JOVENS ATUAM NA RESTAURAÇÃO DE PRÉDIOS

O FUTURO Museu da Indústria (foto), no Centro, foi um dos três prédios restaurados por 51 jovens formados pela Escola de Artes e Ofícios

DISCUSSÃO

Capitão da PM mata dois irmãos

O capitão da Polícia Militar Daniel Gomes Bezerra assassinou os irmãos Marcelo e Leonardo, ambos médicos, na madrugada de ontem, em Iguatu. O motivo teria sido uma discussão banal. **7**

GOL | 15

VOVÔ E FERRÃO FAZEM JOGO DE SEIS PONTOS

ECONOMIA | 29 A 31

REDES VAREJISTAS AUMENTAM GERAÇÃO DE RIQUEZAS

EMANCIPAÇÃO

Corrida por novos municípios

Um movimento articulado no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa pode originar a formação de 34 novos municípios no Ceará. Críticos temem o aumento de gastos públicos. **19 a 23**

VALE TUDO

FALE COM A GENTE [alananeto@opovo.com.br]



ALAN NETO

CADÊ O GRILLO?

Além de ter sido tratado a pão e água, nos primeiros quatro anos do Governo Lula, o Ceará perdeu todos os poderes na esfera federal, agora, no segundo. A base lulista tupiniquim anda de crista baixa, desprestigiada, pires na mão. Uma derrota atrás da outra. Nem para a reunião de líderes no Planalto, os cearenses são chamados. Enquanto isso os aliados de Lula em Pernambuco e Bahia ganham todas. Na divisão do confeitado bolo ministerial não sobrou um mísero Ministério, nem mesmo o de Pesca, para nosso Estado. Traduzindo. O Ceará qual a cantiga do grilo está lá atrás. Bem feito.

TAPAS & BEIJOS

A relação da prefeita Luizianne Lins com a Câmara Municipal já foi muito melhor. Atualmente, anda estremeçada por conta de vários bombardeios em sua direção. O mesmo, porém, não acontece com a Assembleia Legislativa. A prefeita não esconde o ótimo relacionamento que tem mantido com alguns parlamentares. A começar pelo presidente Domingos Filho, que dela ganhou um rotundo nota 10. Que os tucanos nem tentem qualquer CPI. Será aborrida no ato. Quem tem padrinho forte e robusto, não morre pagã...

TOMA LÁ, DÁ CÁ

O grupo político de Lúcio Alcântara, o come-quieto, agora no PR, já esfrega as mãos para assumir os comandos do Denit e da Companhia Docas do Ceará. O primeiro irá para um filho do deputado Vicente Arruda. Já tem também um candidato em potencial à Prefeitura, Marcelo Teixeira, com sua idéia fixa. Para completar, o PR está na mira do linguaruto Roberto Jefferson, aquele do escândalo do Mensalão. Para ele, por exemplo, o crescimento da sigla não está bem explicado. Vem chumbo grosso por aí.

QUEDA & COICE

Além de queda, coice. Afora perder o Ministério da Integração Nacional, o PSB de Ciro Gomes, perderá também o Dnocs. Favas contadas. E aquele sonho dourado de emplacar Pedro Brito, sua sombra permanente de bigode, no BNB, pode, também, tirar o cavalo da chuva. Os cristas de carteirinha estão chorando aos cântaros. Não é feio homem chorar.

QUADRO DE VALOR

O senador Tasso Jereissati vai tomar três decisões. A primeira - não permitirá a saída do empresário Beto Studart da política. A segunda - não deixará que saia do PSDB sob qualquer hipótese. A última - considera Beto um quadro de ótimo valor. Tem para ele planos para um ponto futuro logo ali. Qual será? Segredo é a alma do negócio. Não esquecer a lapidar frase do inesquecível Tancredo Neves: "O homem é um animal político". Para um bom entendedor uma só frase basta.

ÁGUAS QUE JORRAM

Exclusivo. Tornou-se um negócio rendoso as águas engarrafadas. Começou de forma tímida. Hoje - pasmem - existem 31 marcas diferentes sem se falar nas clandestinas em número que ultrapassam 10. A concorrência chega a ser desleal. Cabe ao consumidor fazer a melhor escolha, sem se deixar levar pelo preço de ocasião e principalmente sem saber a procedência.

ESTILOS DISTINTOS

No Governo Cid Gomes, dá de tudo. Seu Secretário da Segurança Pública, usa uma chique gravata borboleta. Tem uma enorme coleção. Enquanto isso seu Secretário da Cultura, Auto Filho, não larga o suspensório. Aliás, nenhuma novidade. Ele já usava havia anos. O homem, enfim, é seu estilo. Suspensório também é chique? Resposta com o Lúcio Brasileiro.

NOVA CASA

Guto Benevides, que é do ramo e comanda da TV-Ceará, prega aviso as concorrentes. Dentro de seis meses montará novos e modernos equipamentos na emissora, varrendo para longe o sucateamento que recebeu como herança maldita. Quanto à programação, está bolando na surdina uma série de atrações polêmicas. Quem sobreviver, verá.

PRIMEIROS DA FILA

Está lá na Folha de S. Paulo, com direito a foto colorida três por quatro. Na fila dos três maiores nepotistas da casa dois são cearenses. Arnon Bezerra que empregou quatro familiares, seguido de Vicente Arruda, com três. O salário ronda entre R\$ 720 e R\$ 8.040. Um emprego e tanto. Viva o nepotismo!

O BOTIJO GOLEADOR

Nem sempre o que vem de fora é bom. Existem muitas aberrações e bregues nos anúncios da televisão. Aqui na terra se faz coisa até melhor. Querem um exemplo? A peça criativa da Nacional Gás Butano, tendo como figura central aquele risonho botijão, fazendo até gol de bicicleta. Quem bolou a idéia tem mente fértil. É de se ver e aplaudir.

POLUIÇÃO VISUAL

Tarefa de gincana dominical a quem interessar possa. Trafegar pelo mastodôntica avenida Washington Soares e contar quantos outdoors existem. É um atrás do outro fundindo a curva de qualquer um. Não existe uma disciplina para controlá-los. O exemplo da prefeitura de São Paulo devia ser copiada pela nossa, acabando assim com a marmota. Isto é, se a prefeita andar por aquelas bandas.

ÚLTIMO ROUND

EM BOA HORA a Secretária Executiva Regional II, através da equipe de fiscalização do controle urbano, resolveu agir com mão de ferro. O restaurante Al Mare negociado com grupo pernambucano, através de um empresário local, foi notificado e teve sua obra embargada ano passado. O novo proprietário (Bargato) também já o foi. O local onde se encontra é considerado como "faixa de praia". Somente o poder público pode fazer intervenções. Diante disso, a obra não possui alvará de construção expedido pelo Semam. Continuará, portanto, embargada. Doa a quem doer.

O JORNALISTA ALAN NETO REDIGE A COLUNA AOS DOMINGOS

Dr. CLETO PONTES
CRM 2102
Psiquiatra
Rua Jorge da Rocha, 154 - Aldeota Fones: 3261.6130 / 3261.1257

NOTÍCIAS DA HORA

[visite o site: www.opovo.com.br]

ACUSADO
CAPITÃO DA PM SE ENTREGA

O capitão da Polícia Militar Daniel Gomes Bezerra, acusado de matar dois médicos, os irmãos Marcelo e Leonardo Teixeira, apresentou-se ontem à companhia de Polícia do Jaguaribe. Segundo a própria Polícia, o crime teria acontecido por motivo banal, depois que um dos irmãos urinou próximo ao carro do capitão. Mas, segundo o oficial, um dos irmãos estaria armado, o que motivou o crime.

FÁBIO POZZERBANI



FRASES DO DIA



"Para mim não tem melhor paraíso do que o aconchego da minha casinha. De preferência com meu marido e Maricota, minha enteada."

[CAMILLA PINTANGA, atriz que interpreta a prostituta Bebel em Paraiso Tropical]

JUSTIÇA
CLODOVIL É INVESTIGADO
POR CRIME AMBIENTAL

O Supremo Tribunal Federal, em Brasília, vai investigar o deputado federal Clodovil Fernandes (foto), acusado de crime ambiental cometido no Parque Estadual da Serra do Mar, em Ubatuba. O inquérito foi iniciado na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente do Litoral Norte de São Paulo e agora deverá ser analisado na Suprema Corte. O relator designado para decidir sobre o caso é o ministro Marco Aurélio.

[FÁBIO ARRUDA, professor de etiqueta, durante palestra em Fortaleza]

Kel é preso e Polícia fecha cerco a Mel

EM ITAPIÚNA Quatro pessoas do bando de Ednaldo Evangelista (Mel) foram presas na noite da última sexta-feira. Aos poucos, a Polícia fecha o cerco a Mel e seu bando, tidos como matadores de policiais. Entre os presos na operação de sexta-feira está Ezaquiel Rodrigues, o Kel, apontado como braço direito do Mel, um dos criminosos mais procurados do Estado

Marcos Cavalcante e Carlos Henrique Camelo da Redação

A Polícia fecha o cerco a Ednaldo Evangelista, o Mel, apontado como matador de policiais e um dos bandidos mais procurados. Ele e sua quadrilha são acusados como responsáveis pela morte de quatro policiais militares e um comerciante. Segundo informações do delegado Francisco Alves de Paula, diretor do Departamento de Inteligência da Polícia Civil (DIP), durante as operações quatro pessoas foram presas, sendo três em Itapiúna, a 113 quilômetros de Fortaleza. Entre eles está Ezaquiel Rodrigues de Souza (Kel), 19, apontado como o braço direito do bandido Mel.

Os três estavam escondidos em um sítio no município. "Quando chegamos fomos recebidos à bala. Mas fizemos o cerco bem organizado que não deu chance para eles. Ninguém saiu ferido", ressalta o delegado, que comandou as operações. Foram encontrados dois revólveres, uma pistola e muita munição com o trio. Além de Kel, foram presos Evandilo Pereira e Francisco Wilton, que tomavam conta do sítio em Itapiúna, um dos esconderijos da quadrilha. "Acreditávamos que o Mel também estivesse lá", completa.

O delegado Francisco Alves explica que encontrou "Kel" já estava baleado na perna direita e com forte infecção devido ao ferimento. O bandido foi levado ao Instituto José Frota, e não corre risco de morte. O superintendente

da Polícia Civil, Luiz Carlos Dantas, foi ontem ao IJF para tratar da proteção a Kel. Segundo o delegado Alves, Ezaquiel Rodrigues pode ter sido baleado no último dia 11 de março, em Horizonte. Duas pessoas foram mortas e outras três baleadas depois de uma seqüência de assaltos do grupo. Entre os mortos, estava Francisco Moraes da Silva, o "Chico da Nadir", segundo a Polícia um dos comparsas de Mel. Ele teria sido assassinado pelos próprios companheiros depois de ferido em um acidente de trânsito durante a fuga, para não revelar onde seria o esconderijo.

O cerco à quadrilha de "Mel" começou na quinta-feira, com a utilização de um policial descarado no bairro Jardim Fluminense, em Maracanaú. "Nós conseguimos infiltrar um homem nosso

como entregador de água nas casas. Aos poucos ele foi descobrindo onde o Junior (José Aurílio Costa da Silva Junior) estava escondido". Com a prisão de Junior, a Polícia conseguiu descobrir o esconderijo de Itapiúna. "Tínhamos informações que seria naquela área, mas não sabíamos onde", completa o delegado.

O delegado Francisco Alves diz que o cerco a Mel vai continuar na região próxima a Itapiúna, mesmo não havendo indícios que ele estivesse no local. "Mas agora estamos utilizando o serviço de inteligência para prender o Mel. Estamos conversando com a comunidade, sem identificação de que somos policiais, para não intimidar as pessoas que temem represálias. Os nossos planos para prender o Mel não devem resultar", completa.

Um dos bandidos mais procurados

Assaltos, grandes escapadas a cercos e assassinato de quatro policiais. Não faltam histórias associadas à dupla formada por Ednaldo Evangelista Cunha, Mel, e Ezaquiel Rodrigues de Souza, Kel. A audácia das suas ações e a grande quantidade de assaltos associados ao bando comandado pela dupla transformou Mel e Kel nos bandidos mais procurados no estado na atualidade. Somente

no ano passado, a Polícia realizou pelo menos 10 cercos policiais para tentar capturar os dois, mas não obteve êxito. A dupla é apontada pela Polícia como "matadores de policiais". São atribuídas a Ednaldo Evangelista Cunha as mortes do policial civil Francisco Wagner da Silva, em novembro, em Maracanaú, do subtenente da PM João Lúcio de Oliveira, no dia 20 de julho, no bairro Alto Alegre,

também em Maracanaú, e do sargento PM João Melo de Sousa, morto e torturado em sua residência, no dia 27 de junho, no mesmo bairro.

Outras vítimas de Mel teriam sido o soldado Raimundo Correia da Silva, morto na noite do dia 31 de janeiro. Ele também teria participação na morte do comerciante Vilamar Manoel Carvalho, no dia 5 de setembro, também em Maracanaú.

Ezequiel Rodrigues de Sousa atuaria como "braço direito" de Ednaldo.

No dia último dia 7 de fevereiro, o irmão de Kel, Jonas Rodrigues de Sousa, 30, foi executado em Maracanaú. A família da vítima aponta a Polícia como responsável pelos disparos. Já a Polícia afirmou que Jonas foi executado por inimigos da quadrilha de Mel, como vingança pela morte de alguns membros do bando.

MINISTÉRIO

PMDB espera desistência

O comando do PMDB espera que o deputado Odílio Balbinotti (PMDB-PR) anuncie nas próximas 48 horas a desistência de ocupar o ministério da Agricultura depois que reportagem do jornal O Globo, deste sábado, trouxe documentos que revelam que ele teria usado ex-empregados de sua empresa como "laranjas" numa operação financeira. O site G1 noticiou que os líderes do PMDB, na manhã deste sábado, torciam por uma manifestação do próprio Balbinotti, no fim de semana, pedindo para que seu nome fosse retirado da reforma ministerial. Segundo um integrante do comando do partido, a estratégia é não "constranger" Balbinotti e evitar que seu nome

seja vetado pelo presidente Lula na próxima segunda-feira.

Lula conversou com o presidente do PMDB, deputado Michel Temer (SP) na última sexta-feira e deu 48 horas de prazo para tomar uma posição sobre Balbinotti à espera do que poderia ser publicado contra ele nos jornais e nas revistas do fim de semana. Isto depois que foi divulgado que o deputado, o maior produtor de sementes de soja do país, era investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) num processo sigiloso.

Temer e seus aliados no comando do PMDB esperam que Balbinotti anuncie o quanto antes que não quer participar do governo. (das agências)

APRENDA A FAZER FILMES

PALESTRAS PARA INICIANTES GRÁTIS!
Participe de nossa palestra e aprenda a criar filmes, a transferir fitas VHS para DVD ou venha conhecer mais sobre vídeo e suas possibilidades profissionais. Concorra a brindes e cursos.
Data: 20 de Março, às 19h

CURSO COMPLETO DE EDIÇÃO DE VÍDEO

Aprenda a capturar vídeo, editar com corte de cenas, efeitos especiais, filtros, legendas, trilha sonora, fotos e a gravar arquivos para web, multimídia, celular e até DVDs com menus personalizados. Inclui apostila e uma vídeo-aula.
Data: 22 e 23 de Março. 2 turmas (13h-17h ou 18h-22h)
Valor: R\$ 250,00 (até dia 20/03)

INSCRIÇÕES: (11) 6605-0563 ou envie um email para eventos@pinnacleclashome.com ou no próprio local.

LOCAL: Centro de Negócios SEBRAE/CE - Av. Monsenhor Tabosa, 777 - Praia de Iracema - Fortaleza

pinnacle
www.pinnacledeal.com



IMAGENS RODRIGUES

MORTO BANDIDO MAIS CAÇADO PELA POLÍCIA

MEL] Terminou ontem a trajetória do bandido mais procurado do Ceará. O assaltante e latrocida Ednaldo Evangelista da Cunha, o "Mel", 22, foi morto após tiroteio

com policiais no município de Canindé, a 113 quilômetros de Fortaleza. Segundo a Polícia, Mel teria reagido a uma ordem de prisão. O corpo foi removido para o IML de Sobral. **3**

BUCHICO] 10&11

JOVENS TALENTOS EM BUSCA DO SONHO

Giovana Bezerra, 17, luta para realizar o sonho de ser atriz.

PARTIDOS

DECISÃO DO TSE AMEAÇA MUDAR O RUMO DA POLÍTICA

A decisão do TSE de que o parlamentar que trocou de partido está sujeito a perder o mandato ameaça uma reviravolta na política brasileira, com impacto no Ceará. Tasso disse que o PSDB vai à Justiça para reaver os mandatos dos deputados que deixaram a legenda. **4, 20&24**

BOLSA FAMÍLIA

6 mil benefícios são bloqueados em março no Ceará

Governo federal bloqueou o pagamento de 6.092 benefícios do Bolsa Família no Ceará para o mês de março. Outras 17.136 famílias foram notificadas porque os filhos não estão cumprindo a meta de frequência escolar exigida pelo programa. **25**

UFC

27 mil vão às urnas para escolha do novo reitor

Mais de 27 mil eleitores, dentre estudantes, servidores e professores da UFC foram às urnas ontem para a escolha do novo reitor da instituição. Até o início da madrugada, o resultado ainda não havia sido divulgado. **2&22**

CASSADO

Dirceu diz que vai recuperar os direitos políticos

O ex-ministro José Dirceu, que teve o mandato de deputado cassado por causa do mensalão, disse em Fortaleza ter certeza de que recuperará na Justiça os seus direitos políticos. Ele considera o PAC um "grande acerto". **22**

20 anos de grandes amizades.

Saga Casa de Amigos



NATÁLIO RODRIGUES

CAMINHADA

ONDA DE ASSALTOS APAVORA FREQUENTADORES DA BEIRA MAR **8&9**



MAURI MELO

OS LADRÕES aproveitam o movimento na hora da caminhada e levam relógios e celulares das vítimas

MOTIM E FUGA

Dia de violência no IPPS e em Maranguape

A PM reprimiu ontem um motim no IPPS. Treze presos quebraram cadeados de celas em protesto contra as más condições do presídio. Na cadeia de Maranguape, três homens tentaram fugir e fizeram um agente refém. **10**

ECONOMIA] 28 E BRASIL] 12

GOL COMPRA A NOVA VARIG POR US\$ 275 MILHÕES E ENCOSTA NA TAM

BRASIL] 13

POLÍCIA FEDERAL PÁRA POR 24 HORAS EM TODO PAÍS

VERTICAL S/A] 27

ANUÁRIO DO CEARÁ 2007-2008 SERÁ LANÇADO NO DIA 31 DE MAIO

ESTUDO

Na Capital, saúde e segurança são as prioridades

De acordo com estudo realizado pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico, tanto nas áreas nobres como na periferia, as principais necessidades dos fortalezenses são segurança e novas políticas voltadas para a área da saúde. **7**

CRISE

Britânicos cortam relações com o governo do Irã

O governo da Grã-Bretanha anunciou ontem a suspensão de contatos diplomáticos com o Irã enquanto não for resolvida a crise em torno da detenção dos 15 militares britânicos. **34**

ISSN 1517-6819



GOL] 18

FERRÃO PERDE E DÁ ADEUS À TEMPORADA

O Ferroviário perdeu por 3 a 0 para o Icasa ontem à noite, no PV. O time Coral está fora da Série C e das semifinais do Estadual.

GOL] 17

LEÃO VENCE O QUIXADÁ EM JOGO SONOLENTO

DIVULGAÇÃO



VIAGEM & LAZER] 3A10

PARIS, SEMPRE CHARMOUSA E NA MODA

FORTALEZA-CE, QUINTA-FEIRA, 29 de março de 2007

TEMPO NO CEARÁ HOJE

SERRA DA IBIAPABA Nebulosidade variável com chuvas isoladas.
SERTÃO CENTRAL E INHAMUNES Nebulosidade variável com chuvas isoladas.
REGIÃO DO CARIRI Nebulosidade variável com chuvas isoladas.



FAIXA LITORÂNEA
Nebulosidade variável com chuvas isoladas.
REGIÃO JAGUARIBANA
Nebulosidade variável com chuvas isoladas.
 Fonte: Funceme - www.funceme.br



MARÉS DO DIA

02h39min 2,3
 08h23min 0,9
 14h26min 2,5
 21h00min 0,5
 Fonte: Diretoria de Hidrografia e Navegação - DHN

TEMPERATURA

MÍNIMA 24,0° C
 MÁXIMA 29,0° C

LUA DO MÊS

Crescente 24/4 Cheia 2/4
 Minguante 10/4 Nova 17/4

Mel é morto por PMs em Canindé

FIM DA CAÇA]

Em um cerco policial, o assaltante Ednaldo Evangelista da Cunha, o Mel, foi morto ontem com três tiros, em Canindé. A Polícia disse que ele reagiu à prisão. Centenas de pessoas foram até o hospital da cidade, em uma tentativa de ver o corpo. Mel era o homem mais procurado no Estado pela Polícia

Nicolau Araújo da Redação

Acabou na noite de ontem a trajetória do assaltante e latrocida Ednaldo Evangelista da Cunha, o Mel, 22 anos, após um tiroteio com policiais militares. O homem mais procurado do Estado foi morto com três tiros na localidade de Sousa, no município de Canindé, a 113 qui-

COMO ACONTECEU



1. Quatro policiais encontram Mel, nas proximidades de uma lagoa. A Polícia dá voz de prisão.



2. Segundo a Polícia, Mel reage e começa a disparar tiros com uma pistola. Começa o tiroteio.



3. O assaltante é atingido por dois disparos e cai morto no quintal da residência de seu pai.

lômetros de Fortaleza. Segundo a Polícia, Mel reagiu à voz de prisão fazendo uso de uma pistola, que teria sido tomada de assalto de um policial federal. Tão logo a notícia se espalhou, centenas de pessoas tentaram invadir o hospital da cidade, para ver o corpo. A Polícia teve que ser acionada para conter o tumulto. No fim da noite, o corpo foi removido para o Instituto Médico Legal (IML), em Sobral, para ser necropsiado. De acordo com a Polícia, o assaltante foi cercado nas proximidades da casa de seus pais, onde estava refugiado desde o último

confronto com policiais, no dia 19 passado, em Itapiúna, na Região Metropolitana, quando o comparsa Zaqueu Rodrigues de Sousa, o Kel, foi preso. De acordo ainda com a Polícia, Mel tentou furar mais um cerco policial, ao fazer uso de uma pistola. Atingido pelos tiros, o assaltante caiu morto no quintal da casa de seus pais. Mel era acusado de vários homicídios, a maioria no Siqueira e em Maracanaú, além de assaltos, formação de quadrilha e extorsão mediante sequestro. Ele ficou conhecido como "matador de policiais", após ser indiciado

por assassinatos de pelo menos quatro PMs. Segundo populares, os crimes de Mel foram intensificados depois da morte de seu irmão, em uma troca de tiros com policiais. Mas de acordo com o delegado Edval Amorim, o único policial que prendeu o assaltante, por duas vezes, os delitos tiveram início quando ele ainda era adolescente. Mesmo com o homem mais procurado do Estado, Mel continuava agindo em Fortaleza, Maracanaú, Canindé, Horizonte e Itapiúna, em ações marcadas por violência. A Polícia aponta Mel

como o autor de 13 homicídios, entre civis e militares.

Mel teria furado mais de 15 cercos policiais, quando trocou tiros, se escondeu em fossas, pintou os cabelos e até teria se vestido de mulher. A trajetória de quase um ano de intensas ações começou enfim a ser reprimida nos últimos dois meses, quando das prisões e mortes de alguns membros de seu bando.

Segundo a Polícia, a quadrilha de Mel passou a ser atacada por outros grupos criminosos que agiam nas mesmas áreas. O irmão de Zaqueu Rodrigues teria sido assassinado por integrantes de um grupo rival, no início do ano, como um aviso a Mel. Na época, a quadrilha chegou a negociar com a Polícia uma rendição. Mas a tentativa acabou em acusações mútuas. A quadrilha não assumiu alguns dos crimes a ela atribuída.

A maior baixa do grupo ocorreu até então no último dia 13, quando morreu Francisco Moraes da Silva, o Chico da Nadir, 25, em Horizonte. Ele era tido como um dos maiores amigos de Mel e seria o homem de confiança da quadrilha em Canindé e Horizonte. A Polícia deverá se pronunciar sobre o caso, hoje, em coletiva à imprensa, em local ainda a ser definido. (Colaborou Rosa Sá)

Trajetória começou aos 17 anos

Nascido a 31 de outubro de 1984, Ednaldo Evangelista da Cunha, o Mel, iniciou a sua trajetória de crimes quando tinha cerca de 17 anos. Sua ficha criminal registra pelo menos 20 ocorrências de roubos; latrocínios (roubo seguido de morte), lesão corporal, homicídios, além de uma tentativa não concretizada de matar alguém, extorsão mediante sequestro, porte ilegal de arma de fogo e fugas da prisão. Os municípios de Canindé e Maracanaú aparecem como sendo as principais áreas de ação de Mel e seu bando.

Nos registros da Polícia, os endereços na localidade de Cacimão do Meio, em Canindé e Alto Alegre, em Maracanaú, são identificados como locais nos quais Mel vivia e costumava agir. Uma das primeiras prisões do bandido data de 17 de julho de 2004 por porte ilegal de arma de fogo, registrada na delegacia do 30º Distrito Policial, no Conjunto São Cristóvão, em Fortaleza. Dois dias após, a ficha registra outro crime, dessa vez, uma ocorrência de lesão corporal.

SUPER FEIRÃO MULTIMARCAS CDA Car+

NÃO É A TOA QUE SEXTA É O DIA MAIS ESPERADO DA SEMANA.

O FEIRÃO CDA CAR+ COMEÇA AMANHÃ COM OS MELHORES SEMINOVOS QUE VOCÊ JÁ VIU.

DE 30 DE MARÇO A 1º DE ABRIL

+DE 200 OPÇÕES DE SEMINOVOS

PARCELAS A PARTIR DE R\$299

TROCO NA TROCA CERTIFICADO DE QUILOMETRAGEM

MELHORES TAXAS FINANCIAMENTO EM ATÉ 60 MESES

1ª PARCELA PARA MAIO

FAÇA A MELHOR ESCOLHA, SAIA DESSE FEIRÃO LEVANDO SEU SEMINOVO.



CLASSIC 03/03 4p básico
R\$19.000



PALIO FIRE 02/03 4p
R\$19.500
AR / VE/ TE



GOL GIII 1.0 04/04 4p básico
R\$20.850

VEÍCULO	ANO/MOD.	OPCIONAIS	RS
CELTA 2P	03/03	BÁSICO	18.000
PALIO WEEKEND ELX	00/01	COMPLETO	19.000
CLIO HATCH 4P 1.0	04/04	BÁSICO	19.000
FIESTA STREET	04/04	BÁSICO	19.000
CELTA 2P	02/03	AR	19.500
GOL GIII 4P 1.0	04/04	DH	20.000
CELTA SUPER 3P	03/04	AR	20.000
CELTA VHC 4P	03/04	AR	21.500
CORSA CLASSIC	04/05	BÁSICO	22.000
FIESTA EDGE 4P	02/03	COMPLETO	22.000
GOL GIII 4P 1.0	03/04	DH	22.000

VEÍCULO	ANO/MOD.	OPCIONAIS	RS
PALIO FIRE 4P 1.0	03/03	BÁSICO	22.500
CLIO SEDAN 1.0	03/04	COMPLETO	23.950
GOL G IV 4P 1.0	05/06	AR	24.900
CORSA CLASSIC	04/04	AR / DH	25.000
CORSA CLASSIC	05/05	AR / DH	27.000
CORSA CLASSIC	05/05	AR / DH	27.000
ASTRA SEDAN 2.0	02/03	COMPLETO	32.000
ASTRA SEDAN ELEGANCE	04/05	COMPLETO	37.000
CIVIC LX MT	04/04	COMPLETO	42.000
MILLE 4P	05/06	BÁSICO	20.850
SIENA ELX 1.0 16V	02/03	COMPLETO	23.900



APROVEITE TAMBÉM E CONFIRA OS LANÇAMENTOS 2008 DA FIAT.

AV. BORGES DE MELO, 1529 - EM FRENTE À RODOVIÁRIA.

Tumulto em velório

MULTIDÃO DE CURIOSOS] Dezenas de pessoas estiveram presentes ao velório de Ednaldo Evangelista da Cunha, o Mel. Todos queriam ver o homem mais caçado pela

Polícia. A família do acusado denuncia que ele foi vítima de execução. O Ministério Público pediu a realização de exame de parafina nas mãos de Mel e nas armas dos policiais

Ricardo Moura
Enviado a Canindé

O município de Canindé, a terra de São Francisco de Assis, foi palco de um outro tipo de peregrinação na tarde de ontem: a de curiosos que queriam ver de perto o corpo de Ednaldo Evangelista da Cunha, o Mel, 20, morto na última quarta-feira, dia 29, em um cerco policial. O movimento teve início ainda na noite de quarta, quando centenas de pessoas lotaram a frente do hospital onde Mel foi levado. Até fogos de artifício foram disparados em comemoração ao feito. Ontem, o centro das atenções foi a rua José Velloso Jucá, no bairro Palestina, onde mora a família do acusado.

A multidão começou a se formar logo no início da tarde, com a chegada de pequenos grupos a pé ou motocicletas. As notícias vinham pelo rádio e atraíram dezenas de curiosos ao local. O ambulante Luciano Coelho, 45, foi um deles. Morador do município de Cruz, a 272 quilômetros de Canindé, ele aproveitou a visita à casa dos pais para poder ver o velório. Se ele sabe quem é o Mel? Longe disso. "Na cidade em que moro, ninguém ouviu falar dele".

Entre as pessoas que conheciam Ednaldo Evangelista, a opinião geral era a de que a reputação dele era maior que os seus feitos. A dona-de-casa Maria Pereira, 45, disse que quando ele era pequeno, "nunca havia visto nenhuma danoção". Pelo contrário. "Ele sempre ajudava o meu pai a carregar água". Sobre os crimes que teriam sido cometidos pelo "homem mais caçado" do Ceará, ela discorreu. "O povo conversa demais, fica aumentando as coisas".

A dona-de-casa Edvânia Batista, 23, disse que a entrada de Ednaldo no mundo do crime foi "uma sur-

presa para todo mundo". "Ele era calmo, mas com o tempo foi se envolvendo com outras pessoas", comenta. O empurra-empurra e a demora na chegada do corpo fizeram com que o enterro, previsto para o fim da tarde de ontem, fosse adiado para a manhã de hoje.

A grande repercussão das ações criminosas que Mel cometeu ou teria cometido causou desconforto à família. Separados da população por um portão de ferro, os familiares de Mel não saíram de casa e nem deixavam ninguém entrar. Os jornalistas presentes ao velório chegaram a ser hostilizados. Houve até ameaça de quebra de equipamento, caso o repórter tentasse entrar no local. A PM esteve presente, mas somente por meio de rondas esporádicas.

O bairro da Palestina localiza-se nos arredores do monte onde está erguida a estátua de São Francisco de Assis. Em sua rua principal, é possível ver várias casas onde se fabricam santos de gesso. O problema, segundo os moradores, é que, além disso, não há muitas perspectivas para os jovens da região. Francisco Júnior, 19, afirma que o desejo de todos os jovens é ir embora para São Paulo. "Aqui é muito difícil porque não tem trabalho. Só se for para vender picolé ou terço, mas nem isso o padre não deixa mais. Só não fui embora ainda porque estou me curando de uma hérnia", disse.

De acordo com outro adolescente, essa situação acaba influenciando a entrada de outros jovens no mundo do crime. "Um amigo meu disse que queria entrar para a quadrilha do Mel", revela. Segundo o delegado regional de Canindé, Marcos Sandro Lira, dos seis integrantes que participavam do grupo do acusado em 2005, quatro eram daquela região. Hoje, todos estão mortos.



1 CORPO DE Mel é levado para a casa dos pais por amigos e familiares. O velório foi muito tumultuado, por causa do grande número de pessoas que queriam ver um dos homens mais procurados pela Polícia



2 DETALHE DA arma usada por Mel. A hipótese mais provável é que ele tenha sido morto por dois tiros: um na cabeça e outro nas costas



3 PAIS DE Mel vêem o corpo do filho ser colocado no caixão no Instituto Médico Legal (IML), acompanhados do advogado Haroldo Barbosa

Mel pode ter sido morto com dois tiros

O delegado regional de Canindé, Marcos Sandro Lira, disse na tarde de ontem que a hipótese mais provável é a que Ednaldo Evangelista da Cunha teria sido morto com dois tiros: um na cabeça e outro no abdome. O suposto terceiro tiro na perna teria sido efetuado em outro momento, uma vez que o ferimento encontrava-se quase cicatrizado. Ainda segundo o delegado, os disparos teriam partido de pistolas .40.

Na manhã de ontem, a promotora da Comarca de Canindé solicitou a realização de um exame de parafina nas mãos de Ednaldo Evangelista para saber se ele chegou a atirar com a pistola 9 mm que estava em seu poder. As armas usadas pelos policiais militares que participaram da operação deverão ser apreendidas e submetidas à exame. O MP quer saber em que circunstâncias se deu a morte de Mel.

Segundo Marcos Sandro, a pistola usada por Mel teria travado. Ela foi roubada de um delegado federal no dia 11 de dezembro de 2006. A arma possui o braço da Polícia Federal e é de uso exclusivo das Forças Armadas e da PF. O laudo do Instituto de Criminalística (IC) só deverá sair dentro de dez dias. Das nove cápsulas que havia na 9 mm, apenas uma foi deflagrada.



MÁS INFLUÊNCIAS

Para a comerciante **Maria do Carmo da Silva**, 60, as más companhias teriam levado Ednaldo Evangelista para o mundo do crime. A mudança teria ocorrido a partir do momento em que Mel deixou Canindé e mudou-se para o Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Segundo ela, não havia nada na infância dele e do irmão, morto em um latrocínio (roubo seguido de morte), que indicasse os rumos tomados pelos dois em seguida.



BONS CONSELHOS

O agricultor **José Maria Pereira**, 49, pai de oito filhos, disse que a única saída para evitar que os jovens cometam crimes é o diálogo. "Peia não dá jeito. O que dá jeito é conselho", ensina. Pereira também se queixou da falta de oportunidades para os jovens de Canindé. Até mesmo ele está sem emprego por causa do fraco inverno registrado esse ano na região.

Denúncia de execução

Os pais de Ednaldo Evangelista estiveram no Instituto Médico Legal (IML), na manhã de ontem, para liberar o corpo do filho. A defesa da família, que acompanhou o casal, acredita que o acusado foi vítima de uma execução. "Ele foi executado, não tenho nenhuma dúvida", assegurou Ricardo Alcântara, um dos advogados. Para a defesa, Mel teria levado quatro tiros: dois na cabeça, um nas costas e um nas pernas.

Segundo Alcântara, havia uma negociação por parte da Polícia Civil e de familiares para que o acusado se entregasse. Uma das condições seria a liberação da mãe dele, Maria de Nazaré Evangelista da Silva, 48, presa por porte ilegal de munição no fim de dezembro passado. "Depois

de ver a mãe livre, ele iria se entregar", disse.

Na tarde da última quarta-feira, o pedido foi realizado. Maria de Nazaré conquistou a liberdade graças a um alvará de soltura expedido pela juíza da Comarca de Canindé, Maria Valdenisa de Sousa Bernardo. A alegria, contudo, logo se desfez. Pouco tempo depois, Nazaré foi informada da morte do filho.

"Ele era um filho bom. Não era ruim não. Mas acompanhou pessoas ruins. Foi só o que deu", lembrou, com um livro do Novo Testamento guardado na blusa. O pai de Mel, Raimundo Edmar da Cunha, 64, soube da morte pelo rádio. Conformado, ele desabafou: "A Polícia queria era isso mesmo. Agora, pior que o Mel, no Canindé, tem muita gente".

MEMÓRIA

"Um simples pé de chinelo ou um pirangueiro"



LANDRY PEDROSA

Na década de 80, um bandido cearense, da cidade de Russas, de 21 anos, tornou-se famoso no Brasil inteiro por aterrorizar a população de várias cidades em seqüências de assaltos e fugas que deixavam a Polícia atônita. Fernando Soares Pereira, o "Fernando da Gata" acabou morrendo à bala, no dia 3 de setembro de 1982, durante uma perseguição policial, no município mineiro de Santa Rita do Sapucaí, que vivia em clima de terror em decorrência das ações bandidas. Mas de repente

o transformou numa espécie de "herói".

A morte de Fernando da Gata, que era acusado pela Polícia, na época, de 21 assaltos e 19 estupros somente em São Paulo foi noticiada com destaque na imprensa de todo o País, principalmente nos noticiários de televisão. O corpo dele foi sepultado, mesmo como indigente, de terno e gravata e urna de luxo, doados pela população da cidade mineira de Pouso Alegre, que também viveu em clima de terror. Lá um industrial muito conceituado na cidade, por conta do terror que se criou sobre Fernando da Gata,

matou em casa, de madrugada, a própria filha ao confundí-la com o assaltante.

Mas no Ceará o mito

Fernando da Gata também não foi diferente. Na época me reportei sobre o assunto nos noticiários policiais do O POVO. O corpo de Fernando da Gata, depois de exumado no cemitério de Pouso Alegre foi trazido de avião para Fortaleza. No momento do seu desembarque no Aeroporto Pinto Martins, dezenas de curiosos estavam lá e houve até quem o aplaudisse como herói. Do Aeroporto Pinto Martins, o corpo de Fernando da Gata foi

levado para Russas, na Região Jaguaribana. Na tarde do dia 21 de setembro foi sepultado. Dezenas de pessoas dormiram no portão principal do cemitério aguardando a hora do enterro. A Rádio Progresso de Russas anunciava em sucessivas edições extraordinárias a chegada de caravanas de cidades e distritos vizinhos, em "paus-de-arara" para assistirem o sepultamento. Muitos traziam flores. Um locutor de uma TV de Fortaleza disse que a emissora estava no ar extraordinariamente naquele momento (do enterro) por causa da importância do fato.

Depois do sepultamento de Fernando da Gata, a imprensa

cearense voltou a se reportar sobre o assaltante maníaco que aterrorizou cidades do País. O repórter Francisco Taylor, o "Mão Branca", da TV Cidade, questionou o fato de que o assaltante cearense morreu mais por fome do que pelo único tiro levado. Disse quando caçado nas matas de Santa Rita do Sapucaí passou dias sem se alimentar. O jornalista Oswald Barroso, do O POVO, na época questionou a fama que se formou sobre o assaltante e escreveu uma reportagem intitulada: "Fernando da Gata, um simples pé de chinelo ou apenas um pirangueiro?".

[LANDRY PEDROSA é repórter do Núcleo de Cotidiano

CURIOSIDADES

■ No momento em que o corpo de Ednaldo Evangelista estava sendo colocado no caixão, a mãe dele, Maria de Nazaré, disse ao pai, Raimundo Edmar: "Por que você deixou (que ele morresse). Se eu tivesse lá, não teria deixado".

■ Segundo um dos funcionários da empresa responsável pelo transporte e sepultamento de Mel, a família dele paga o plano funerário desde 2003.

■ Finalmente a verdadeira idade de Mel foi conhecida: 20 anos. A informação só foi confirmada quando Raimundo Edmar levou a certidão de nascimento ao IML. A data de nascimento de Mel, 26 de abril de 1986, não constava na ficha de antecedentes criminais dele.

■ A menos de 12 metros da casa da família de Mel, um homem em uma cadeira de balanço ouvia tudo o que estava acontecendo pelo rádio. "Para que ficar naquela confusão, se eu posso saber tudo daqui?".

■ Comentário de uma mulher presente ao velório: "Eles ficaram com raiva porque o povo não vai olhar o morto com sentimento, e sim, por curiosidade?".

■ Segundo informações de moradores, Mel teria estado na Palestina há seis dias. Quando estava no bairro, ele costumava andar de moto e conversar com conhecidos, sempre de modo furtivo, afirmam.

TEATRO EM HORIZONTE

Para comemorar o Dia Internacional do Teatro, serão realizadas atividades especiais, hoje, 31, a partir das 14 horas, no Centro Cultural Tasso Jereissati, em Horizonte. Toda a programação é gratuita.

MEL, CHORINHO E CACHAÇA

Os interessados em participar do I Festival Mel, Chorinho e Cachaça, de 28 a 30 de abril, podem se inscrever para integrar as oficinas de dança, música ou para conhecer roteiros turísticos de Viçosa do Ceará. Informações: (85) 3255.6669.

Família acusa a Polícia

A revolta dos familiares de Ednaldo Evangelista tinha uma direção: a Polícia. A mãe voltou a acusar os policiais de terem executado o filho. Maria Nazaré Evangelista conta que Mel não reagiu à abordagem da Polícia e nem estava armado. "Colocaram a arma na mão dele", afirmou a mãe, consolada por outros familiares no momento da entrada do caixão no cemitério. Nazaré disse que o filho foi atingido por um tiro, pediu para ser socorrido e depois sofreu outros dois

disparos. "Eles (policiais) não queriam que ele vivesse". A mãe do criminoso esteve presa no presídio Auri Moura Costa e foi libertada na última quarta-feira, dia da morte do filho. Ela era acusada de estar com munição, que seria repassada para Ednaldo Evangelista. Maria Nazaré negou que estivesse com a munição. "Foi tudo armado. Estas balas (cartuchos) não eram minhas. Mas graças a Deus a justiça foi feita e eu estou livre", denunciou. (R.G.)

Multidão acompanha enterro de Mel

EM CANINDÉ] O corpo de Ednaldo Evangelista da Cunha, o Mel, foi enterrado no fim da manhã de ontem, em Canindé, sob um clima de comoção e desespero dos familiares. Cerca de 600 pessoas acompanharam o cortejo, que passou pelas principais ruas do Centro, onde as pessoas esperavam nas calçadas

Rogério Gomes
enviado a Canindé

Comoção e desespero marcaram o enterro de Ednaldo Evangelista da Cunha, o Mel, 20, ontem pela manhã, em Canindé, município a 120 quilômetros de Fortaleza. Familiares e amigos saíram em cortejo pelas ruas da cidade e depois lotaram o cemitério. O caixão de Mel foi recebido com um buzinaço na entrada do cemitério promovido pelos amigos. "Temos respeito por ele", disse um deles que não quis se identificar. A Polícia Militar acompanhou de longe as homenagens ao criminoso, apontado como "matador de policiais". Viaturas da PM circulavam nas proximidades do cemitério e da igreja, mas sem fazer nenhuma abordagem.

O corpo de Ednaldo Evangelista deixou a residência da família por volta das 10h30min. Transportado num carro fune-rário, o caixão percorreu várias ruas do Centro de Canindé, onde as pessoas aguardavam nas calçadas. "Eu, nos meus 67 anos, nunca tinha visto um movimento como esse", afirmou a aposentada Maria de Lourdes da Silva. Ela conta que foi acompanhar o sepultamento pela fama que Mel ganhou na cidade. "Eu



O VELÓRIO e o enterro do Mel foram acompanhados por curiosos

tinha medo dele. Toda vez que batiam na porta da minha casa à noite, eu pensava se podia ser ele querendo levar as minhas coisas", disse a aposentada.

A impressão entre os moradores era a de que Mel acabou se transformando numa espécie de "celebridade". Para o comerciante Anivaldo Silva Lima, os crimes praticados por Ednaldo Evangelista ganharam notoriedade pela audiência que Mel empreendia a cada ação. "Todo mundo tinha medo dele. Aqui na região, ninguém topava fazer frente ao Mel", ressaltou.

Até quem não conhecia o criminoso, aproveitou a oportunidade para assistir a passagem do

cortejo. "Fiquei curioso. Vim do sítio para a cidade e aproveitei para dar uma olhadinha", confirmou o agricultor Gáuzio Pereira, que acompanhava o enterro da calçada da igreja.

Quando o caixão de Ednaldo Evangelista já estava para ser sepultado, às 11h45min, familiares do criminoso começaram a passar mal. O pai Raimundo Edmar da Cunha, 64, teve de ser amparado para sair do cemitério. A esposa e a irmã de Mel gritavam em desespero ao lado do caixão e também foram retiradas do local. Alguns amigos queriam que o caixão fosse aberto para que as pessoas pudessem ver Mel pela última vez, mas o pedido acabou não sendo atendido.

Família afirma que jovem incorporou espírito de Mel

Um fato estranho vem chamando a atenção dos moradores de Canindé. Um adolescente de 17 anos teria incorporado o espírito de Ednaldo Evangelista, o Mel, no momento em que ele morreu. O fato foi notícia em uma rádio local e serviu para alimentar mais a especulação sobre o homem mais procurado pela Polícia nos últimos anos.

Segundo o relato do pai do jovem, a possessão teria começado quando o

adolescente voltava para casa, depois da escola. Ele teria sentido-se mal, queixando-se de dor de cabeça. "Me mataram, minha avó me abandonou. Quando chegava em casa para comer fui morto", teria sido o grito do jovem.

O pai relata que na hora ninguém entendeu o que estava ocorrendo. Ele assegura que só soube da morte do Mel 20 minutos depois. Os vizinhos do assaltante morto, no bairro da Palestina, dizem

que a relação de Mel com os espíritos começou depois da morte da avó, Maria de Lourdes Cunha, em 2002. "Ela tinha muita fé. Vinha gente de Fortaleza para ser benzida por ela", diz uma moradora.

Segundo o relato dela, Mel garantia que o espírito da avó o protegia. "Ele dizia que o espírito da avó ficava pastorando, por isso não havia sido preso ou morto". (Ricardo Moura. Colaborou Laércio Azevedo, da Rádio Jornal de Canindé)

CHEVROLET DE CINEMA

ESTRELANDO NA SANAUTO:

ELES SÓ NÃO VÊM
ACOMPANHADOS
DE PIPOCA PARA
NÃO SUJAR DESTUFADO.

Corsa Hatch Joy 2007
com ar condicionado
FLEXPOWER
Entrada +
60 x R\$ 359.

Celta Life 2007
com ar condicionado
FLEXPOWER
Entrada +
60 x R\$ 359.

Classic Life 2006
com ar condicionado
Seminovo
R\$ 25.990
SIGA

**Planos com 0% de entrada | 60 meses para pagar
Compramos o seu seminovo | Troco na troca**

Av. Barão de Studart 1630 **3306.7700 SANAUTO**

Celta Life 2007, flexpower, com ar condicionado, com valor a vista de R\$ 25.980,00. Entrada de 50% mais 40 parcelas de R\$359,00, totalizando R\$34.490,00. TAC inclusa. Taxa de 1,25% am. (Sindicatos). Corsa Hatch 2007, flex power, com ar condicionado, por R\$ 29.980,00. Classic Life 2006 (seminovo), com ar condicionado, por R\$ 25.990,00 (1 unidade). Cadastro sujeito a aprovação. Fotos meramente ilustrativas. Reservamos o direito de corrigir falhas gráficas. Promoção válida até 31/03/2007.



Colégio Marista Mondubim.

Venha conhecer uma escola comprometida com a educação e o bem-estar das futuras gerações. Inauguração hoje, às 8h30min, à Av. Waldir Diogo, 1138 - Mondubim - Fortaleza - Ceará.

